

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão Individual do exercício de 2015 apresentados aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual, a que esta Unidade de Prestação de Contas (UPC) está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições: Resolução TCU nº 234, de 1/9/2010, Resolução TCU nº 244, de 20/7/2011, Instrução Normativa TCU nº 63, de 1/9/2010, Instrução Normativa TCU nº 72, 15/9/2013, Decisão Normativa nº 146, de 30/9/2015, Portaria TCU nº 321/2015, de 30/11/2015 e Portaria CGU nº 522/2015, de 4/3/2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Aluizio Mercadante

SECRETÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Machado Feres

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Paulo Henrique Gomes de Lima
Reitor e Presidente do COLDIR

Paulo Borges da Cunha
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio de Pádua Alves Pinto
PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Laura Maria Andrade de Sousa
PRÓ-REITORA DE ENSINO

Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Ayrton de Sá Brandim
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Luciana Soares da Rocha
DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Eduílson Lívio Neves da Costa Carneiro
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Ezequias Matos Esteves
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS TERESINA-CENTRAL

Francisca Assunção Almeida Félix
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS TERESINA-ZONA SUL

Odimógenes Soares Lopes
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS FLORIANO

Alexandre Borges Cristóvão
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PARNAÍBA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Elisberto Francisco Luz
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PICOS

Polyana Dias Miranda
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS ANGICAL

Laécio Barros Dias
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CORRENTE

Francisco Washington Soares Gonçalves
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PAULISTANA

Clayton da Costa Ribeiro
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PIRIPIRI

Francisco Nogueira Lima
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO

Miguel Antonio Rodrigues
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS URUÇUÍ

Sebastião Pereira do Nascimento
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS OEIRAS

Raimundo Nonato Alves da Silva
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PEDRO II

José Walter Silva e Silva
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Washington Moura Barbosa
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CAMPO MAIOR

Maria dos Remédios de Brito Silva
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS COCAL

Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ

Vitor Marques Costa
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DE JOSÉ DE FREITAS

Paulo Renato de Sousa
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DE PIO IX

Aurélio Agostinho Adão
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DO DIRCEU

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

CONSELHO SUPERIOR

PRESIDENTE

Paulo Henrique Gomes de Lima

REITOR

REPRESENTANTES DOCENTES

TITULAR

Marcony Santana Máximo
Franciéric Alves de Araújo
Antônio Alves de Carvalho Júnior
Domingos Alves de Carvalho Júnior
Aislan Rafael Rodrigues de Sousa

SUPLENTE

Willamys Rangel Nunes de Sousa
Francisco Marcelino Almeida de Araújo
Giselda dos Santos Costa
Josilene Bárbara Ribeiro Campos
Alline Alexandre de Sousa Leônidas

REPRESENTANTES DISCENTES

TITULAR

Paloma Maria Bezerra Nepomuceno
Wildrimak de Sousa Pereira
Moisés da Costa Moraes Neto
Manoel de Oliveira Alves Veras
Felipe Júnior Sabino Sousa

SUPLENTE

Caren Beatriz Brandão Nunes da Rocha
VAGO
Joyce Carvalho Lira dos Santos
VAGO
Jeiel Sousa Brito

REPRESENTANTES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

TITULAR

Uesllei Sousa Reis
Gustavo de Castro Nery
Clefra Vieira Guedelho
Thiago Henrique Costa Marques
Fernando Malheiros Nunes

SUPLENTE

Mariano Francisco de Sousa Filho
Allan Kout Lima de França
Karolina Nogueira Mendonça
VAGO
Stayce Mesquita Santiago

REPRESENTANTES EGRESSOS

TITULAR

Ronaldo Lopes da Rocha Mendes
Vago

SUPLENTE

Vago
Vago

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

TITULAR

Raimundo José Fontenele de Araújo Souza
Luciana Carvalho Freitas Cortez
Geraldo da Costa Nunes Neto
Irlândia Alves de Carvalho Dourado
Ana Lúcia dos Santos Dourado
Carlos Alberto Pereira da Silva

SUPLENTE

Sandra Ataíde Silva
Lauriane Costa Coelho Martins
Raimundo Aldário Ferreira Lima
Antonio Costa Castelo Branco
Sara Regina Mendes dos Reis
Márcia Raika e Silva Lima

REPRESENTANTES SETEC

TITULAR

Ivaldo José da Silva

SUPLENTE

Clécio Gomes dos Santos

REPRESENTANTES DIRETORES-GERAIS

TITULAR

Sebastião Pereira do Nascimento
Vago
Maria dos Remédios Brito e Silva
Polyana Dias Miranda
Francisco Washington Soares Gonçalves

SUPLENTE

Ezequias Matos Esteves
Alexandre Borges Cristóvão
Raimundo Nonato Alves da Silva
Vitor Marques Costa
Laécio Barros Dias

REPRESENTANTES EX-REITOR

TITULAR

Francisco das Chagas Santana

SUPLENTE

-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)

Pró-Reitor: Prof. Paulo Borges da Cunha

e-mail: pauloborges@ifpi.edu.br

Equipe Técnica:

Anaites Maria de Moraes Silva

Administradora

anaites@ifpi.edu.br

Ciro Lima Silva

Contador

cirolimasilva@ifpi.edu.br

Herson Lee Carvalho

Economista

hersonlee@ifpi.edu.br

Ricardo de Souza Oliveira

Técnico em Contabilidade

souzo@ifpi.edu.br

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PRODIN)

Pró-Reitor: Antônio de Pádua Alves Pinto

e-mail: padua.pinto@ifpi.edu.br

Equipe Técnica:

Diego Mendes Pinheiro Costa

Procurador Institucional

diegomendes@ifpi.edu.br

Jailton Rodrigues de Sousa

Secretário Executivo

jailtonsousa@ifpi.edu.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGU	Advocacia Geral da União
AUDIN	Auditoria Interna Geral
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Conselho Editorial
CEP	Comissão de Ética Pública
CEPES	Conselho de Ética em Pesquisa
CEPEX	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CERTIFIC	Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
CESVALE	Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba
CET	Centro de Educação Tecnológica
CEUT	Faculdade de Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas de Teresina
CEV	Cerimonial e Eventos
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CHRISFAPI	Christus Faculdade do Piauí
CIS/PCCTAE	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNAE	Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COLDIR	Colégio de Dirigentes
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPGF	Cartão Corporativo do Governo Federal
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
DIGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DIRCOM	Diretoria de Comunicação
DN	Decisão Normativa
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação a Distância
ECLOA	Eficácia em relação à meta da LOA
ECREP	Eficácia em relação à meta após a reprogramação
EFLOA	Eficiência em relação à meta na LOA
EFREP	Eficiência em relação à meta após a reprogramação
EJA	Educação de Jovens e Adultos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FACET	Faculdade de Tecnologia de Teresina
FACETE	Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina
FACID	Faculdade Integral Diferencial
FAEPI	Faculdade Evangélica do Piauí
FAERPÍ	Faculdade Entre Rios do Piauí
FAESF	Faculdade de Ensino Superior de Floriano
FAESPI	Faculdade de Ensino Superior do Piauí
FAETE	Faculdade das Atividades Empresariais de Teresina
FAIBRA	Faculdade Integrada do Brasil
FAPEPI	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí
FAPI	Faculdade do Piauí
FAR	Faculdade Ademar Rosado
FAT	Faculdade de Administração de Teresina
FATECI	Faculdade de Tecnologia Intensiva de Parnaíba
FATEPI	Faculdade de Tecnologia do Piauí
FATESP	Faculdade de Tecnologia, Educação Superior e Profissional
FCP	Faculdade dos Cerrados Piauienses
FECR	Faculdade Evangélica Cristo Rei
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIEPI	Federação das Indústrias do Estado do Piauí
FSA	Faculdade Santo Agostinho
FSG	Faculdade São Gabriel
GNU	Software livre
GRU	Guia de Recolhimento da União
ICESPI	Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí
ICF	Instituto Camilo Filho
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IESRSA	Instituto de Educação Superior Raimundo Sá
IEST	Instituto de Ensino Superior de Teresina
IF	Institutos Federais
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IN	Instrução Normativa
INTA	Faculdade Internacional do Delta
ISEPRO	Instituto Superior de Educação Programus
ISESJT	Instituto Superior São Judas Tadeu
ISESPI	Instituto Superior de Educação do Sul do Piauí

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LIFE	Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores
LOA	Lei Orçamentária Anual
ME	Micro e Pequenas Empresas
MEC	Ministério da Educação
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NIT	Núcleo de Informação Tecnológica
OCI	Órgão de Controle Interno
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAINT	Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBICJR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PLS	Plano de Logística Sustentável
POLAE	Política de Assistência Estudantil
POP	Procedimentos Operacionais Padronizados
PPA	Plano Plurianual
PRAEI	Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROAEX	Programa Institucional de Apoio à Extensão
PROAGRUPAR	Programa de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica
PRODIN	Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEJA-FIC	Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROFE	Procuradoria Federal
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
RAINT	Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna
RP	Restos a Pagar
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competências
RT	Retribuição por Titulação
SECOM	Secretaria de Comunicação Social

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISAC	Sistema de Apreciação e Registros de Atos de Admissão e Concessões
SISPES	Sistema do Projeto Esplanada Sustentável
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU	Sistema de Seleção Unificada do MEC
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TAM	Termo de Acordo de Metas
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UG	Unidade Gestora
UNINOVAFAPI	Centro Universitário da Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade de Prestação de Contas
VoIP	Voz sobre IP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– CANAIS DE REDES SOCIAIS DA UPC.....	85
Figura 2– EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DA AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EM 2015....	114
Figura 3– EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE ESTAGIÁRIOS NO ANO DE 2015.....	115
Figura 4– CONSOLIDAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO ANO 2015	145
Figura 5– CONSOLIDAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ANO 2015	145

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– DADOS E INFORMAÇÕES NÃO CONTEMPLADAS NO RELATÓRIO DE GESTÃO 2015	18
Quadro 2 – IDENTIFICAÇÃO DA UPC	19
Quadro 3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL VIGENTE NO EXERCÍCIO	31
Quadro 4 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS	34
Quadro 5 - MACROPROCESSOS DA PROEN.....	38
Quadro 6 – MACROPROCESSOS DA PROEX	47
Quadro 7 – MACROPROCESSOS DA PROPI.....	50
Quadro 8 – MACROPROCESSOS DA PRODIN	51
Quadro 9 - AÇÃO 20RJ.....	53
Quadro 10 - AÇÃO 20RG	54
Quadro 11– AÇÃO 20RL	55
Quadro 12 – AÇÃO 2994	57
Quadro 13–AÇÃO 6380	58
Quadro 14– RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	59
Quadro 15– RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.....	60
Quadro 16– RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UPC NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	61
Quadro 17– SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO	61
Quadro 18– RECEITAS POR NATUREZA	62
Quadro 19– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	62
Quadro 20– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	64
Quadro 21– CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	66
Quadro 22– UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	66
Quadro 23– CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	67
Quadro 24– INDICADORES DE GESTÃO, CONFORME DELIBERAÇÕES DO TCU	70
Quadro 25 – PRINCIPAIS TRABALHOS E CONSTATAÇÕES DE AUDITORIA EM 2015	80
Quadro 26- DEMANDAS NO E-SIC NO EXERCÍCIO DE 2015	87
Quadro 27– FORÇA DE TRABALHO DA UPC	89
Quadro 28– DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	90
Quadro 29– DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS ..	90
Quadro 30– DESPESAS COM PESSOAL.....	92
Quadro 31– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA.....	94
Quadro 32– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA /UNID. SEM UG	95
Quadro 33– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG ANGICAL.....	96
Quadro 34– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG CAMPO MAIOR	97
Quadro 35– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG COCAL	98
Quadro 36– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG CORRENTE.....	99
Quadro 37– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG FLORIANO.....	100
Quadro 38– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG OEIRAS	101
Quadro 39– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PARNAÍBA	102

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 40– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PAULISTANA.....	103
Quadro 41– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PEDRO II.....	104
Quadro 42– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PICOS	105
Quadro 43– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PIRIPIRI.....	106
Quadro 44– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG SÃO JOÃO DO PIAUÍ	107
Quadro 45– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG SÃO RAIMUNDO NONATO	108
Quadro 46– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG TERESINA-CENTRAL.....	109
Quadro 47– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG TERESINA ZONA SUL.....	110
Quadro 48– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG URUCUI	111
Quadro 49– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG VALENÇA.....	112
Quadro 50– QUANTIDADE DE ESTAGIÁRIOS A SEREM CONTRATADOS (TOTAL: 361).....	113
Quadro 51– DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DA AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO NO ANO DE 2015	114
Quadro 52– EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE ESTAGIÁRIO (ANO: 2015).....	115
Quadro 53– QUANTITATIVO DA FROTA POR CATEGORIA	118
Quadro 54– DETALHAMENTO DA FROTA POR CATEGORIA	118
Quadro 55– DETALHAMENTO DA FROTA POR KM RODADOS EM 2015	121
Quadro 56– IDADE MÉDIA DA FROTA EM 2015.....	122
Quadro 57– DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA EM 2015	122
Quadro 58– QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC....	125
Quadro 59– CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS NA UPC	126
Quadro 60– RELAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA RELACIONADAS À ATIVIDADE-FIM 2015	129
Quadro 61– OUTRAS CAPACITAÇÕES EM 2015.....	131
Quadro 62– FORÇA DE TRABALHO DE TI	132
Quadro 63– CAPACITAÇÕES REALIZADAS PELA RNP	135
Quadro 64– PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2015	137
Quadro 65 – RELAÇÃO DE SISTEMAS EM USO NO IFPI E SUAS FUNCIONALIDADES.....	139
Quadro 66– NECESSIDADES DE NOVOS SISTEMAS INFORMATIZADOS COLETADOS POR MEIO DE LEVANTAMENTOS DE SISTEMAS.....	142
Quadro 67– TÓPICOS DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	144
Quadro 68– RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI NO PERÍODO DE 2015	148
Quadro 69 - DESPESAS COM PUBLICIDADE	163

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	19
1.1 Identificação da unidade	19
1.2 Finalidade e competências	20
1.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade...	22
1.4 Ambiente de atuação	23
1.5 Organograma.....	31
1.6 Macroprocessos finalísticos	37
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	52
2.1 Planejamento organizacional	52
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	52
2.1.2 Estágios de implementação do planejamento estratégico	52
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	52
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	52
2.3 Desempenho orçamentário.....	53
2.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.	53
2.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	53
2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	59
2.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	59
2.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	59
2.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	60
2.3.6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise de prestações de contas	62
2.3.7 Informações sobre realização de receitas	62
2.3.8 Informações sobre a execução das despesas	62
2.3.9 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal..	66
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	69
2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	69
3 GOVERNANÇA.....	73
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	73
3.2 Atuação unidade de auditoria interna.....	76

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

3.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	84
3.4	Gestão de riscos e controles internos	84
4	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	85
4.1	Canais de acesso do cidadão	85
4.2	Carta de serviços ao cidadão	85
4.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	86
4.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	86
4.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	87
5	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	88
5.1	Desempenho financeiro no exercício	88
5.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	88
5.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	88
5.4	Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas	88
6	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	89
6.1	Gestão de pessoas	89
6.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	89
6.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	91
6.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	91
6.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	93
6.1.5	Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	115
6.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	117
6.2.1	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada	117
6.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	124
6.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	124
6.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas	126
6.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros	126
6.3	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados a atividade-fim	128
6.4	Gestão de tecnologia da informação	129
6.4.1	Principais sistemas de informações	136
6.5	Gestão ambiental e sustentabilidade	144

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6.5.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	146
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	147
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	147
7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	147
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	161
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.	161
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	162
7.6	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	163
	ANEXOS.....	164

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão constitui em um instrumento de prestação de contas relativa ao exercício de 2015 da Unidade de Prestação de Contas (UPC), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), contendo a descrição das atividades realizadas durante este exercício, a ser apresentado à comunidade interna, aos órgãos de controle interno e externo da administração pública e ao público em geral.

O formato e conteúdo deste documento seguem as orientações e atos normativos emanados do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo por referência os seguintes instrumentos legais: Resolução TCU nº 234, de 1/9/2010, Resolução TCU nº 244, de 20/7/2011, Instrução Normativa TCU nº 63, de 1/9/2010, Instrução Normativa TCU nº 72, 15/9/2013, Decisão Normativa nº 146, de 30/9/2015, Portaria TCU nº 321/2015, de 30/11/2015 e Portaria CGU nº 522/2015, de 4/3/2015.

O relatório gestão apresenta itens relevantes da gestão do IFPI durante o exercício de 2015, conforme descrição das seis seções, visando possibilitar a descrição dos elementos administrativos, contábeis e financeiros dos cenários da UPC e pelas unidades gestoras relacionadas: Reitoria, Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Floriano, Campus Picos, Campus Parnaíba, Campus Angical, Campus Paulistana, Campus Piri-piri, Campus São Raimundo Nonato, Campus Corrente, Campus Uruçuí, Campus Oeiras, Campus São João do Piauí, Campus Pedro II, Campus Valença do Piauí, Campus Campo Maior, Campus Cocal. A UPC também possui em sua estrutura três Campi Avançados, José de Freitas, Pio IX e Dirceu, que são subordinados à UG da reitoria, sendo suas movimentações de responsabilidade da mesma, pois não possuem código SIAFI/UG.

A primeira seção equivale à visão geral da unidade prestadora de contas, com identificação, finalidades e competências, normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade, ambiente de atuação, organograma e macroprocessos finalísticos.

A segunda seção equivale ao planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, que contemplam o planejamento organizacional, formas e instrumento de monitoramento da execução dos resultados dos planos, desempenho orçamentário, o desempenho operacional, apresentação e análise de indicadores de desempenho, informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos. As informações sobre indicadores estão presentes, nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005 – plenário e alterações posteriores.

A terceira seção equivale às informações sobre a governança, que contemplam a estrutura de governança da UPC, atuação da auditoria interna, sistema de correição e avaliação do funcionamento dos Controles Internos.

A quarta seção equivale ao relacionamento com a sociedade, que contemplam os canais de acesso do cidadão, a existência ou ausência de documentos e mecanismos de acesso à informação, bem como a avaliação de desempenho da UPC e as medidas de acessibilidade, conforme disposições legais.

A quinta seção equivale ao desempenho financeiro e informações contábeis, com informações sobre o desempenho, tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, sistemática de apuração de custos e apresentação das demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas.

A sexta seção equivale a áreas especiais de gestão, com informações sobre gestão de pessoas, gestão do patrimônio e da infraestrutura, gestão da tecnologia da informação, gestão ambiental e sustentabilidade.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A sétima seção equivale à conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle interno, com o tratamento das recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI), medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário e informações sobre as ações de publicidade e propaganda.

O relatório de gestão desta UPC não contemplarão os dados e informações relacionados aos seguintes itens e subitens, conforme descrição no Quadro 1.

Esclarecemos que a numeração do item e subitem discriminados no Quadro 1 estão em conformidade com a descrição de conteúdo na plataforma do e-Contas.

Quadro 1– DADOS E INFORMAÇÕES NÃO CONTEMPLADAS NO RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

SEÇÃO PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
2	2.6	Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, visto que a UPC não contratou com agências estrangeiras.
SEÇÃO GOVERNANÇA			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
3	3.5	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, visto que a UPC não contratou empresa de auditoria independente.
CONFORMIDADE DE GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
7	7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

A presente seção destaca os elementos identificadores da Unidade Prestadora de Contas (UPC), a finalidade e as competências institucionais, as normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento, ambiente de atuação, organograma funcional e os macroprocessos finalísticos.

1.1 Identificação da unidade

Os elementos identificadores da UPC está representado no Quadro 2.

Quadro 2 – IDENTIFICAÇÃO DA UPC

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 103847
Identificação da UPC			
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			
Denominação Abreviada: IFPI			
Código SIORG: 103847	Código LOA: 26431	Código SIAFI: 158146	
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 10.806.496/0001-49	
Principal Atividade: Educação Profissional e Tecnológica			Código CNAE: 85.42.2.00
Telefones/Fax de contato:	(086) 3131-1443	(86) 3131-1433	(86) 3131-1451
Endereço Eletrônico: reitoria@ifpi.edu.br		Página na Internet: http://www5.ifpi.edu.br/	
Endereço Postal: Avenida Presidente Jânio Quadros nº 330, Bairro Santa Isabel, Centro. CEP: 64053-390, Teresina (PI)			
Unidades Gestoras Relacionadas à UPC			
Código SIAFI	Nome	CNPJ	
158146	Reitoria	10.806.496/0001-49	
158353	Campus Teresina-Central	10.806.496/0003-00	
158354	Campus Teresina Zona Sul	10.806.496/0002-20	
158355	Campus Floriano	10.806.496/0004-91	
158356	Campus Picos	10.806.496/0005-72	
158357	Campus Parnaíba	10.806.496/0006-53	
158358	Campus Angical	10.806.496/0009-04	
158359	Campus Paulistana	10.806.496/0008-15	
158360	Campus Piripiri	10.806.496/0011-10	
158361	Campus São Raimundo Nonato	10.806.496/0012-00	
158362	Campus Corrente	10.806.496/0010-30	
158363	Campus Uruçuí	10.806.496/0007-34	
154701	Campus Oeiras	10.806.496/0014-63	
154704	Campus São João do Piauí	10.806.496/0013-82	
154705	Campus Pedro II	10.806.496/0015-14	
155199	Campus Valença do Piauí	10.806.496/0016-55	
155207	Campus Campo Maior	10.806.496/0016-06	
155214	Campus Cocal	10.806.496/0018-97	

Fonte: Pró-Reitoria de Administração (PROAD), 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1.2 Finalidade e competências

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) desenvolve suas ações em conformidade com a política educacional do Ministério da Educação (MEC), ficando suas ações sob monitoramento e avaliação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que obedece ao Plano de Metas do Governo Federal e o estabelecido na Constituição Federal – Título VIII, Cap. III, Seção I, ao qual a instituição atende integralmente.

Em termos legais, a ação institucional está prevista na Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Cap. III, Artigos 39, 40, 41 e 42, que trata da Educação Profissional. Nessa perspectiva, a finalidade da instituição, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; realizar pesquisas aplicadas e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para educação continuada e desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Com base nisso, os objetivos institucionais foram definidos na Lei nº 11.892/2008, da seguinte forma:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Assim sendo, o IFPI é uma instituição de educação profissional pública, que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na qual ocupa posição de referência educacional local, regional e nacional.

Na prática, a implantação de novos campi do IFPI vai elevar o número de matrículas da educação profissional no Estado e democratizar o acesso a um ensino de qualidade. Qualidade de ensino destacada pelos bons resultados obtidos em exames de avaliação, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e os vestibulares das mais diversas Universidades, nos quais os alunos do IFPI costumam a obter aprovações.

Atualmente, o IFPI oferece, nos rincões mais longínquos do Estado, em diversas áreas do conhecimento, cursos técnicos integrados ao ensino médio e na modalidade de educação de jovens e adultos, cursos técnicos concomitantes, para aqueles que estão cursando o ensino médio e desejam cursar o ensino profissionalizante, e cursos técnicos subsequentes, para aquelas pessoas que já concluíram ensino médio. Na educação superior, oferece cursos de graduação tecnológica, bacharelado e cursos formação de professores (licenciatura), além de cursos de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial e à distância, e *stricto sensu* (Mestrado), na modalidade presencial.

Em 2015 os cursos do IFPI, na modalidade a distância, que iniciaram em 2013 foram encerrados. Foram ofertados 10 cursos (09 Cursos Técnicos de Nível Médio e 01 do Profucionário) em 46 polos no estado do Piauí. De 8.979 alunos ingressantes em 2013, 4.772 concluíram os cursos, percentual de conclusão de 53%. O IFPI ofertou o Curso de Especialização em Educação Profissional integrada a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, modalidade a distância, que teve início em Maio de 2014 e término em Outubro de 2015. Este curso foi ofertado em 04 polos, teve 188 ingressantes e 66 concludentes, percentual de conclusão de 35%. Foi ofertado também o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Profissional integrada a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, modalidade a distância, que teve início em Março de 2015 e término em Outubro de 2015. Este curso foi ofertado em 04 polos, teve 200 ingressantes e 64 concludentes, percentual de conclusão de 32%.

O IFPI vem se destacando ainda pela atuação na pesquisa, ressaltando a implantação de diversos núcleos de pesquisa na Instituição, cujos índices de apresentações e publicações científicas cresceram significativamente e tendem a crescer ainda mais nos próximos anos. E instituiu programas de incentivo à pesquisa e inovação tecnológica com a criação do Programa Proagrupar e o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), bem como oferta programa de bolsas de iniciação científica (PIBIC e PIBIC Jr) para os estudantes.

Um dos projetos que envolvem a oferta de cursos e programas para os contingentes populacionais desfavorecidos e que tem provocado fortes impactos na vida institucional, tendo sido o atendimento de jovens e adultos em cursos técnicos integrados ao médio por meio do PROEJA e PROEJA-FIC. Além disso, tem aumentado, gradativamente, e de forma significativa a quantidade de programas de assistência estudantil, de modo a garantir não só o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos aos alunos carentes, o que requer crescentes investimentos para manutenção de tais programas.

Destaca-se, ainda, a adesão do IFPI em 2010 a Rede CERTIFIC que se constitui como uma Política Pública de Educação Profissional, Científica e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial Continuada (CERTIFIC).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Também, destaca-se a adesão do IFPI ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

O Pronatec objetiva: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; e melhorar a qualidade do ensino médio.

Ainda, sobre a implantação de programas de atendimento aos carentes, destaca-se o Programa Mulheres Mil direcionado ao atendimento exclusivo de mulheres em situação de vulnerabilidade social. O programa atualmente funciona nos seguintes Campi: Campo Maior, Parnaíba, Teresina Central.

Recursos foram obtidos para manter, ampliar e melhorar a infraestrutura física, laboratórios, equipamentos e salas de aula. A Instituição está primando por ter um corpo técnico e docente altamente qualificado, e para isso, está buscando elevar ainda mais a titulação do quadro de pessoal, tendo sido oferecidos programas de pós-graduação em parcerias, através de convênios, com outras instituições. No tocante a recursos humanos, convém ressaltar, também, que foram liberadas pelo MEC vagas tanto para o corpo técnico quanto para o corpo docente.

1.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanística, técnica e científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O IFPI tem sede em Teresina, capital do Estado do Piauí, e foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em dezembro de 2009, estava com 5 (cinco) campi em funcionamento: dois em Teresina, um em Floriano, um em Picos e um em Parnaíba. A portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, estabelece que o processo de expansão dos Institutos Federais poderá ocorrer mediante a constituição e estruturação das seguintes unidades administrativas, desde que sejam observados os objetivos, as finalidades, as características e a estrutura organizacional do IFPI:

a) Campus, voltado ao exercício das atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito, em sua área de abrangência territorial;

b) Campus Avançado, vinculado administrativamente a um campus ou, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada;

c) Polo de Inovação, destinado ao atendimento de demandas das cadeias produtivas por Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica;

d) Polo de Educação a Distância, destinado à oferta de cursos de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, que poderá ser criado por meio de parceria com órgãos da

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

administração pública, com o objetivo de expandir o atendimento às demandas por formação profissional em todo o território de abrangência do Instituto Federal;

e) Centros de Referência, vinculados às suas respectivas Reitorias, para o desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à educação profissional e tecnológica.

Em 2015, o IFPI possui uma Reitoria, 17 campi e 02 campi avançados, distribuídos em 17 municípios do Estado do Piauí. A Reitoria, 02 campi e 01 Campus avançado localizam-se na capital Teresina. Nas cidades de Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí, Valença do Piauí estão localizados 15 campi. O outro Campus Avançado está localizado na cidade Pio IX. Como parte do plano de expansão do Governo Federal, estão em fase de implantação um Campus Avançado, na cidade de José de Freitas e um Centro de Referência em Programas e Projetos Especiais, na cidade de Guadalupe.

Além da Lei de criação, as atividades desenvolvidas pelo IFPI são regulamentadas por: Resolução nº 1, de 31/08/2009, do Conselho Superior (CONSUP), que aprova o Estatuto do IFPI, publicada no DOU nº 168, de 02/09/2009; Resolução nº 20, de 06/12/2011, do Conselho Superior (CONSUP), que aprova o Regimento Interno do IFPI, publicada no Boletim de Serviço Edição Extra nº 05, de 06/12/2011; Resolução nº 58, de 23/10/2014, do Conselho Superior (CONSUP), que estabelece a Estrutura Organizacional do IFPI, publicada no Boletim de Serviço, em 27/11/2014; Manuais e publicações relacionadas as atividades da UPC. O IFPI dispõe ainda do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que contém as metas institucional para o período de 2015-2019, Esta documentação está disponível no site do IFPI, www5.ifpi.edu.br, na aba "acesso à informação", "institucional".

1.4 Ambiente de atuação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) é uma instituição de ensino, que integra a rede federal de educação, voltado para a formação de profissionais qualificados, para atender as demandas locais, de acordo com a especificidade de região onde ele atua. Com mais de cem anos de história e atuação no estado do Piauí, esta instituição tornou-se Instituto Federal, com status de universidade, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O IFPI, como instituição de educação básica, profissional e superior, com ação pluricurricular e multicampi, atua no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, nos níveis básicos, por meio dos cursos de nível médio integrado e técnico subsequente, no nível superior, através dos cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelado, e, no nível de pós-graduação, com cursos de especialização e mestrado.

Atua ainda na pesquisa e na extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em diversas áreas do conhecimento. Através da formação e qualificação de profissionais da pesquisa e da extensão, busca contribuir para o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em articulação com os setores produtivos da sociedade local e regional. Promove a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, na perspectiva do desenvolvimento social e econômico do Piauí e da região Nordeste do Brasil.

No que se refere à Pós-Graduação, o IFPI oferece cursos em nível de especialização *lato sensu*, e cursos *stricto sensu*, em nível de mestrado. O IFPI fomenta através de bolsas pesquisa a iniciação científica em três modalidades, conhecido como PIBIC, para alunos de graduação, PIBICjr, para alunos de nível médio/técnico e o PIBIC voluntário, em que os alunos participantes não recebem bolsas de pesquisa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Para o IFPI a Extensão, enquanto política institucional, é uma atividade capaz de direcionar um novo rumo à educação brasileira e, especificamente, à do Piauí ao contribuir na formação do profissional cidadão, em um espaço significativo de produção do conhecimento para a superação das desigualdades sociais existentes. Tem, como mecanismo articulador, a troca dialógica entre teoria e prática que proporciona a vivência e a formação de habilidades e competências necessárias à formação de um profissional de sucesso.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) do IFPI, unidade organizacional responsável por planejar, organizar, monitorar e avaliar as políticas de extensão, tem suas ações norteadas, em coerência com as leis supracitadas, pelas linhas traçadas no Plano Nacional de Extensão, e por sua Política de Extensão propostas neste documento, que tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento do IFPI e seus campi. Neste sentido, a Extensão, no IFPI, é entendida como prática que integra as atividades de ensino e de pesquisa, em resposta às demandas da população da região de seu entorno. Para tanto, são desenvolvidos dois eixos de atuação: o primeiro, centrado no planejamento, organização e realização de todo o conjunto das atividades; e o segundo, voltado inteiramente à operacionalização destas atividades, de forma a ampliar tanto o universo de atendimento, quanto o conhecimento por parte da comunidade.

No IFPI, as políticas para o ensino buscam oferecer aos alunos referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Em 2014, o IFPI está distribuído em 16 municípios do Estado do Piauí. A Reitoria e dois campi em Teresina, e os demais assim distribuídos: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí e Valença do Piauí. Nesse cenário, o IFPI procura formar profissionais de acordo com as demandas de cada região, de acordo com suas especificidades produtivas, tornando-se uma instituição de grande relevância para o desenvolvimento do estado do Piauí.

O estado do Piauí demonstra um forte interesse pela educação, haja vista que existe um grande número de organizações nesse setor, ofertando cursos em todos os níveis e modalidades de ensino. Dessa maneira, o mercado de atuação do IFPI é composto por uma grande quantidade de instituições privadas que oferecem produtos e serviços similares aos do IFPI, além da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no âmbito público. Estas instituições oferecem ao público do Piauí produtos e serviços nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, a citar: Centro de Educação Tecnológica (CET); Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba (CESVALE); Centro Universitário da Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí (UNINOVAFAPI); Christus Faculdade do Piauí (CHRISFAPI); Escolas da Rede Estadual de Ensino; Faculdade Ademar Rosado (FAR); Faculdade Maurício de Nassau-Aliança; Faculdade das Atividades Empresariais de Teresina (FAETE); Faculdade de Administração de Teresina (FAT); Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina (FACET); Faculdade de Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas de Teresina (FACULDADE CEUT); Faculdade de Ensino Superior de Floriano (FAESF); Faculdade de Ensino Superior do Piauí (FAESPI); Faculdade de Tecnologia de Teresina (FACULDADE CET); Faculdade de Tecnologia do Piauí (FATEPI); Faculdade de Tecnologia Intensiva de Parnaíba (FATECI); Faculdade de Tecnologia, Educação Superior e Profissional (FATESP); Faculdade do Médio Parnaíba; Faculdade do Piauí (FAPI); Faculdade dos Cerrados Piauienses (FCP); Faculdade Entre Rios do Piauí (FAERPI); Faculdade Evangélica Cristo Rei (FECR); Faculdade Evangélica do Piauí (FAEPI); Faculdade Integrada do Brasil (FAIBRA); Faculdade Integral Diferencial (FACID); Faculdade Internacional do Delta (INTA); Faculdade Maurício de Nassau; Faculdade Piauiense de Processamento de Dados (FPPD); Faculdade Santo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Agostinho (FSA); Faculdade São Gabriel (FSG); Fundação Municipal Wall Ferraz; Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI); Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho (ICF); Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (IESRSA); Instituto de Ensino Superior de Teresina (IEST); Instituto Euvaldo Lodi; Instituto Galileo de Ensino Superior; Instituto Superior de Educação do Sul do Piauí (ISESPI); Instituto Superior de Educação Programus (ISEPRO); Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu (ISESJT); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria; e outros.

No que se refere à oferta de curso de pós-graduação, ainda existe uma grande carência de cursos *stricto sensu*. Em nível de mestrado, apenas quatro instituições ofertam cursos desta natureza, conforme abaixo, IFPI, UESPI, UFPI, UNINOVAFAPI. Em nível de doutorado, somente a UFPI oferece cursos desta natureza no Estado do Piauí.

Com o intuito de qualificar seus servidores, o IFPI tem desenvolvido parcerias com instituições de outros Estados da Federação para oferta de cursos de mestrado e doutorado.

Nessa perspectiva, o IFPI, vem desenvolvendo ações nas áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, contribuindo para o desenvolvimento das regiões do estado, capacitando profissionais capazes de satisfazer as demandas existentes no mercado local e regional.

Na área do ensino, em sua atuação consolidada no campo da formação profissional, atualmente o IFPI oferece cursos nas modalidades presencial e a distância, enquadrados nos seguintes eixos tecnológicos: ambiente e saúde; segurança; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social, infraestrutura; gestão e negócios; turismo, hospitalidade e lazer; informação e comunicação; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial e recursos naturais.

Esta oferta considera o atendimento às demandas educacionais, socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho local e da região, numa tentativa de comungar os interesses dos diversos setores representativos da sociedade. Assim, A PROEN busca conciliar a demanda identificada com a vocação e a capacidade do IFPI, em termos de reais condições de viabilizar a referida proposta em relação à infraestrutura física, corpo docente e técnico, acervo bibliográfico, instalações e equipamentos necessários.

Dessa forma, o papel do IFPI não é o de apenas receber demandas da sociedade, mas prioritariamente, prestar um atendimento educativo-escolar à comunidade discente nas diferentes etapas da Educação Básica e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como na Graduação Tecnológica e Licenciaturas e na Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*, nas formas presencial e a distância, como forma de viabilizar uma educação enquanto prática social que efetive a missão de formar o profissional-cidadão com condições de atuar no mundo do trabalho, na perspectiva de edificação de uma sociedade mais igualitária.

No campo da Pesquisa, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI), vem desenvolvendo ações no sentido de fortalecer o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado do Piauí no que se refere à pesquisa, pós-graduação e inovação.

O mercado de atuação do IFPI referente às ações desenvolvidas pela PROPI é ainda muito novo. No Piauí, as organizações responsáveis por ensino, pesquisa e extensão ainda tem um enfoque muito direcionado às ações de ensino. As ações de pesquisa e inovação são recentes. A maioria do empresariado local ainda não acredita que a pesquisa e inovação possam agregar valor e diferenciar do ponto de vista competitivo. Este cenário vem mudando com a competitividade crescente no mercado piauiense, forçando as empresas a mudarem a visão estratégica. A maioria das pesquisas desenvolvidas ainda tem um enfoque meramente acadêmico, o que ainda não chega a se caracterizar como inovação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

As ações de inovação vêm se ampliando a cada ano. As pesquisas desenvolvidas são mapeadas para verificar aquelas que têm potencial inovador. Reflexo disso foi o depósito da primeira patente.

Outra ação importante é o contato com instituições ligadas ao empresariado local, como o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), ligado a Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI). Assim, as ações de inovação atendem não somente os pesquisadores do IFPI como todos aqueles interessados na área.

Anualmente o IFPI realiza o VI Simpósio de Produtividade em Pesquisa e VI Encontro de Iniciação Científica do IFPI – VI ENCIPRO, que tem a finalidade de apresentar à sociedade as pesquisas desenvolvidas no IFPI, especialmente PIBIC e PROAGRUPAR. O evento também é aberto a outros pesquisadores interessados em apresentar os resultados de suas pesquisas. Tem-se percebido que o ENCIPRO recebe cada vez mais participante a cada ano, demonstrando a credibilidade do evento.

No tocante à Extensão, a Pró-Reitoria de Extensão vem oportunizando a comunidade acadêmica externa e interna, uma melhor qualificação profissional. Entre os serviços ofertados a alunos e servidores dispomos de cursos de capacitação e aperfeiçoamento na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada), nas áreas de Informática, Línguas Estrangeiras, Inclusão (Libras e Braille), em Educação do Campo, Quilombola e nas Relações Étnico- Raciais, entre outros.

No que se refere a oferta de estágios, o IFPI através da contratação de serviços de um agente de integração, oportuniza vagas, para discentes dos cursos técnico e superior internos e provenientes de outras instituições de ensino no Estado, nas mais diversas áreas, para atendimento aos setores administrativos na reitoria e nos 17 *campi* em funcionamento. Para as Licenciaturas do IFPI, implantamos em 2014, o “Projeto Escola de Aplicação de Estágios”, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), para estágios no Ensino Médio.

Além destes serviços, a PROEX oferece aos servidores e discentes, através do Programa Institucional de Apoio à Extensão (ProAEx), a submissão de propostas de cursos e projetos em comunidades alvo, possibilitando a *práxis* acadêmica e a prestação de serviços para comunidades em situação de risco.

Em 2013 tornou-se política institucional o atendimento a alunos em situação de vulnerabilidade social, através da Política de Assistência Estudantil (POLAE), cujo maior benefício é a permanência do aluno na escola. Atualmente, o cenário político, econômico e social, em todos os níveis, tem exigido das organizações uma agilidade cada vez maior para identificar as ameaças existentes ao desenvolvimento de suas atividades, bem como traçar estratégias eficazes para saná-las. Nesse sentido, por se tratar de uma instituição que está voltada para a oferta do ensino, em diferentes níveis e modalidades, o IFPI tem como principal ameaça a evasão escolar, cujas consequências trazem fortes prejuízos para todos os envolvidos no processo, seja para o estudante, para a escolar e para a própria sociedade.

A esse respeito, o IFPI através de suas Pró-Reitorias tem desenvolvido uma série de ações com vistas a minimizar tais consequências negativas da evasão escolar. A política de combate à evasão e retenção contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) representam de forma concreta a continuidade e criação de programas e estratégias com esse fim.

O Instituto Federal do Piauí, para estimular a permanência, o êxito acadêmico e a consequente conclusão do curso em tempo hábil, desenvolve as seguintes atividades permanentes, articulando-as ao ensino, à pesquisa e à extensão por meios dos programas e projetos veiculados pela Política de Assistência Estudantil:

- a) Realização de ações de acompanhamento dos alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- b) Identificação e minimização das lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior, promovendo mecanismos de nivelamento e oferecendo condições para aprendizagens significativas;
- c) Identificação e minimização dos problemas de ordem psicológica ou psicopedagógica que interfiram na aprendizagem;
- d) Investimento nas potencialidades e disponibilidades evidenciadas pelos alunos, por meio do estímulo à canalização desse diferencial em monitorias de ensino;
- e) Estímulo à participação em projetos de iniciação científica, promovendo a possibilidade do fornecimento de bolsas e incentivos para tal;
- f) Viabilização de oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica.

Os estudantes do IFPI recebem atendimento psicológico, atendimento médico – odontológico e serviços de assistência social. O acompanhamento pedagógico é desenvolvido pelas equipes pedagógicas do IFPI.

No intuito de enfrentar a problemática do baixo desempenho de alunos ingressantes nos cursos integrados de nível médio, o IFPI criou o Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI), cujo objetivo principal é acolher o aluno ingressante nas suas especificidades e principalmente nas suas dificuldades de aprendizagem, precisamente nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Física e Química, como forma de promover o êxito e sua permanência. Tal Programa, que se desenvolve por meio de monitorias, insere-se na Política de Assistência Estudantil (POLAE), que condensa as Políticas de Atendimento aos Discentes.

Para efetivar o acompanhamento pedagógico dos alunos, o IFPI desenvolverá um Programa de Acompanhamento do Estudante por equipe multiprofissional.

O IFPI pretende criar uma rede de apoio ao estudante, em conformidade com as prioridades da assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, em busca da efetividade institucional, uma vez que muitos jovens chegam à instituição em condições mínimas de permanência em seus cursos.

Em relação ao ensino superior, o processo de reformulação/criação dos projetos dos cursos, bem como a inclusão de estratégias que englobam o nivelamento também estão sendo direcionadas para atacar essa ameaça. Nesse sentido, O IFPI realiza uma série de ações para promoção da permanência com êxito, estabelecidas a partir da participação em programas, projetos e atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação.

Uma das estratégias comuns a todos os cursos de graduação está relacionada à iniciação à pesquisa por meio da participação no PIBIC. Nesse programa, os alunos recebem uma bolsa para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica com duração de um ano.

Outra ação que fomenta a permanência dos discentes comuns a todos os cursos de graduação são os eventos realizados em cada curso. Tais eventos discutem e promovem tanto a produção e divulgação científica da área quanto a discussão sobre a inserção profissional e outras questões de interesse dos alunos.

Ainda no campo das ações comuns aos cursos de graduação para a promoção da permanência está a realização de visitas técnicas. Essas visitas promovem a associação teoria-prática com o conhecimento de diferentes contextos locais, regionais e nacionais, despertando assim, a motivação e o interesse do aluno.

Há ainda outras estratégias que promovem de maneira significativa a permanência dos alunos. Trata-se da participação no PIBID, cujo objetivo é promover a iniciação à docência e o estímulo à formação de futuros professores, o que concorre com os objetivos de permanência dos discentes. Outra estratégia importante é a inclusão no currículo das licenciaturas de componentes curriculares

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

com o objetivo de realizar o nivelamento de conhecimento para os alunos que ingressam na instituição. Essa estratégia assume importância, principalmente com a democratização do ensino superior e a elevação do número de alunos oriundos da rede pública básica de ensino, historicamente, marcada pela baixa qualidade da educação.

Atender às emergências dos contextos locais na oferta de cursos é uma oportunidade de consolidar a nossa atuação, propiciando um interesse maior da comunidade em nossos serviços, contribuindo assim, para a permanência com êxito de nossos alunos, uma vez que estes reconhecem a importância e o retorno da sua área de formação no mercado de trabalho.

Aliado às ações supracitadas, o IFPI está buscando desenvolver procedimentos capazes de corrigir algumas distorções que refletem diretamente na oferta do ensino, funcionando como um fomentador da evasão. A seguir estão expostos alguns desses entraves:

- a) Burocracia enfrentada para aquisição de materiais consumo, de equipamentos e contratação de mão-de-obra qualificada para manutenção preventiva e corretiva principalmente os importados utilizados nos laboratórios. Este problema é agravado pela insuficiência de pessoal na Procuradoria Federal do IFPI, haja vista que os processos de compra devem ter o parecer do referido setor;
- b) Descontinuidade na demanda de determinados cursos, em regiões e áreas específicas de formação profissional. Este aspecto exige do IFPI uma mobilidade de infraestrutura e de pessoal difícil de ser atendida pelas políticas do governo;
- c) Nos cursos de Pós-Graduações Stricto Sensu faltam espaços específicos para os alunos desenvolverem as suas atividades práticas, conforme previsto nos projetos aprovados. Atualmente o Programa de Mestrado contam com 10 cotas de bolsas da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) e 03 cotas de bolsas – CAPES perfazendo um total de 13 (treze) bolsas, para um total de 45 (quarenta e cinco) alunos. A instituição reconhece ainda, algumas limitações que dificultam a integralização dos cursos de pós-graduação, decorrentes de uma realidade nacional, mas, dentro de um diagnóstico e planejamento, buscará implementar ações que minimizem a evasão escolar desta categoria.

Além da evasão escolar, motivada por fatores internos e externos, existe ainda a concorrência de instituições públicas e privadas que ofertam os mesmos serviços prestados pelo IFPI. Nessa perspectiva, torna-se necessário o desenvolvimento de diferenciais competitivos que tornem o IFPI mais atraente e que sejam capazes de manter os estudantes nesta instituição de ensino.

Em contrapartida às ameaças citadas anteriormente, o IFPI atua num mercado que oferece oportunidades latentes, e que merecem o desenvolvimento de ações direcionadas para atendê-las. Atualmente com 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios, o estado do Piauí tem atraído novos investidores e criado novas frentes de atuação econômica, tais como Agrícola, Mineração, Química, Arranjos Produtivos Locais, etc. Assim, há possibilidades para oferta de diversos cursos, nos diferentes níveis de ensino.

Nesse sentido, as Pro-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa e Inovação têm realizado esforços para atualizar os cursos e ações já existentes, bem como oferecer novos cursos de acordo com as novas demandas das regiões do estado do Piauí. Como exemplo disso, o primeiro curso Stricto Sensu, em nível de Mestrado em Engenharia de Materiais no Piauí só iniciou em 2012, no IFPI. Portanto, a comunidade ainda aguarda por mais cursos de Tecnologia nas mais diversas áreas da Engenharia.

Especificamente na área de Extensão, a PROEX vem desenvolvendo cursos de Formação Inicial e Continuada ofertada para membros da comunidade interna e externa; Qualificação de nossos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

alunos através da oferta de estágio não obrigatório nos diversos setores da administração interna; Parcerias firmadas para qualificação profissional dos discentes em diversas empresas e órgãos públicos, através da oferta de monitorias voluntárias. Programas e projetos de extensão, obedecendo suas áreas temáticas e as cadeias produtivas dos *campi*.

Outro aspecto do IFPI que merece destaque diz respeito ao relacionamento que este mantém com seus clientes, sejam internos ou externos. Internamente, o Instituto vem desenvolvendo ações que proporcionem aos seus servidores o constante aperfeiçoamento profissional, por meio de cursos que vão de treinamentos e capacitações a pós-graduação *Stricto Sensu*.

No que se refere ao seu relacionamento com o público externo, o IFPI, configurado como um instituição de ensino, atua em três eixos básicos, o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, os clientes do Instituto são, de forma genérica, a sociedade piauiense, e de forma mais específica as empresas, indústrias e o próprio setor público.

Relacionado ao ensino, os principais clientes dos produtos e serviços ofertados pelo IFPI são as pessoas que ingressam nesta instituição nos cursos regulares oferecidos em todos os níveis de ensino. Neste processo, o instituto promove a formação de profissionais capazes de atender as demandas da sociedade na qual está inserido, tanto no setor público como privado.

De forma complementar ao ensino, são desenvolvidas ações no campo da extensão, oportunizando aos estudantes aliar a teoria, vista em sala de aula, à prática através do estágio. Nessa perspectiva, as empresas e órgãos públicos relacionam-se com o IFPI recebendo os estudantes e proporcionando uma formação profissional de maior qualidade, de modo a maximizar os investimentos públicos na formação profissional dos cidadãos.

Relativo à pesquisa, as ações do Instituto estão voltadas para a realização de pesquisas aplicadas, sobretudo no Programa *Stricto Sensu*, através do Mestrado em Engenharia de Materiais. O esforço aplicado busca aliar a necessidade de proporcionar a pesquisa científica, característica peculiar dos cursos *Stricto Sensu*, à melhoria dos processos existentes nas empresas e indústrias instaladas no ambiente de atuação do IFPI.

Esta busca pela prestação de serviços de qualidade, capazes de suprir as demandas da sociedade, tem se tornado cada vez mais complexa devido aos riscos impostos pelo ambiente, seja do nível local ao internacional. Este ambiente globalizado exige das organizações que o compõem a capacidade de adaptação às constantes mudanças impostas por fatores como tecnologia, mudança de legislação, crises financeiras, parcerias internacionais, fatores ambientais, etc. É neste ambiente que o IFPI desenvolve suas atividades. Nesse sentido, os riscos inerentes à atuação do Instituto não estão exclusivamente relacionados à conjuntura do Piauí, mas estes riscos podem ser originados e sofrerem influência de diversos outros ambientes.

Neste contexto, a evolução das tecnologias merece destaque e apresenta-se como um forte risco ao desenvolvimento das atividades do IFPI, bem como à manutenção da qualidade dos serviços prestados por esta instituição. Este risco não se apresenta de forma direta, mas indireta através da morosidade no processo de aquisição de equipamentos, que acaba ocasionando uma defasagem tecnológica dos laboratórios, refletindo, assim, na formação profissional dos estudantes.

O IFPI, por meio da PROEN, busca a participação em programas com CNPq e a CAPES, como o Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE).

Além disso, buscam-se outras formas de parceria, tais como uso de tecnologias desenvolvidas por empresas que têm interesse em compartilhar conhecimento. Outra ação é a busca pela verticalização da utilização dos laboratórios, ou seja, o IFPI procura estruturar laboratórios que sejam úteis para mais de um curso, potencializando a aplicação do recurso público e saneando a demanda de aquisição de novos equipamentos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Constituem-se também como riscos de mercado para o IFPI: O surgimento de cursos similares aos do IFPI oferecidos por instituições privadas, fato que pode ocasionar a evasão escolar; Cortes orçamentários, a exemplo do que ocorreu neste ano de 2016, dificultando a execução de ações antes planejadas ou mesmo a continuidade de algumas já iniciadas; Saturação do mercado de trabalho para determinadas áreas profissionais, a médio e longo prazo.

Como forma de enfrentamento destes riscos, o Instituto busca aplicar de maneira consciente os recursos disponíveis, realizando estudos ou mesmo se baseando em dados já existentes para planejar suas ações, com vistas a evitar a descontinuidade na prestação de determinados serviços essenciais.

Frente ao ambiente dinâmico no qual o IFPI atua, que exige deste agilidade para se adaptar e atingir a sua missão, que é oferecer uma educação de excelência voltada para as demandas sociais, destacam-se algumas mudanças ocorridas nos últimos exercícios e que refletiram nas ações do Instituto, conforme segue:

Na área de atuação da PROPI, houve um aumento da transparência na avaliação dos projetos de pesquisa submetidos à Pró-Reitoria, com a participação de avaliadores externos, fato este que amplia a credibilidade desta ação. Outro ponto importante é que ocorreu um acréscimo nas receitas destinadas à pesquisa, sobretudo nos anos de 2012 e 2013, oportunizando a execução de um maior número de projetos e ações voltadas para a pesquisa.

No que se refere à PROEN, as principais mudanças foram: a participação nas decisões estratégicas do IFPI, através dos órgãos colegiados, o aumento da transparência dos atos da gestão, sobretudo, após a criação e implementação da Plataforma Remov; A implementação do Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante - PRAEI e aumento do número de monitorias para os alunos veteranos, no combate à evasão e à retenção escolar/acadêmica medidas tenham tomadas, como por exemplo; A implementação da Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso aos candidatos oriundos das escolas públicas; A garantia de 5% das vagas para o ingresso de pessoas com deficiência, o que vale ressaltar é uma política de inclusão que atesta a preocupação, a defesa e a oferta de educação pública de qualidade a todos, indistintamente; A adoção de medidas relacionadas ao acolhimento dos novos docentes, com vistas à criação de uma identidade institucional; A verticalização da oferta de cursos nos campi, de acordo com os eixos tecnológicos já existentes.

A Pró-Reitoria de Extensão nos últimos 2 (dois) anos sofreu numerosas e relevantes mudanças em seu cenário. Em 2013, foi aprovado através do Conselho Superior, a Resolução nº 034/2013, que institui o Programa Institucional de Apoio a Extensão do IFPI (ProAEx). O Programa conta com 17 subprogramas que trabalham desde a Inovação Tecnológica, Estágios, Arte e Música, Eventos Institucionais, Esportes, Línguas Estrangeiras, Cursos de Curta Duração, Economia Solidária e Criativa, Inclusão e Diversidade, entre outras ações.

A cada Edital publicado, a comunidade acadêmica, incluindo docentes, discentes e técnico-administrativos têm a oportunidade de participar submetendo propostas de projetos para execução nos seus *campi* de origem.

Além do ProAEx, foi instituído a Política de Estágios e de Egressos, que favoreceu aos discentes do IFPI e profissionais formados a oportunidade de interagir com empresas do Estado, bem como retornar ao Instituto para contribuir com a formação de novos profissionais.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1.5 Organograma

A administração do IFPI é composta pela Reitoria e pela Direção-Geral dos Campi, com a colaboração dos órgãos superiores, colegiados, consultivos e demais unidades organizacionais executivas componentes da estrutura organizacional.

A Reitoria é a unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do IFPI.

A Diretoria-Geral é a unidade organizacional executiva responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Campus.

O IFPI tem 05 (cinco) Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPI) e 02 (duas) diretorias sistêmicas subordinadas à Reitoria, responsáveis por atuar de forma sistêmica e integrada no âmbito do IFPI, em assuntos relacionados à Gestão de Pessoas, Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) e à Tecnologia da Informação, Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

A estrutura organizacional possui as unidades organizacionais em sua composição, conforme resolução do Conselho Superior (CONSUP) nº 058 de 23 de outubro de 2014, publicadas no Boletim de Serviço, do mês de novembro de 2014, descrita no quadro resumo a seguir.

Quadro 3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL VIGENTE NO EXERCÍCIO

1. Órgãos Superiores Colegiados:

1.1. O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão superior colegiado máximo do IFPI, de caráter consultivo e deliberativo, instituído nos termos do artigo 10, § 3º da Lei nº. 11.892, de 29/12/2008 e artigos 8º e 9º do Estatuto, da Resolução Nº 001, de 31/8/2009.

1.1.1 Auditoria Interna Geral (AUDIN) é a unidade organizacional de controle interno, responsável por assistir aos gestores do IFPI quanto às matérias que, no âmbito de sua atuação, sejam concernentes à defesa do patrimônio público e fortalecimento da gestão, por meio de atividades de auditoria, correição, controladoria e ouvidoria.

1.2. O Colégio de Dirigentes (COLDIR) é o órgão superior consultivo e de apoio ao processo decisório da Reitoria, em matérias e assuntos com abrangência para o IFPI.

2. Órgãos Consultivos:

2.1. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) é o órgão colegiado normativo, consultivo e deliberativo em matérias relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e inovação, pós-graduação e extensão do IFPI.

2.2. O Conselho de Ética em Pesquisa (CEPES) é o órgão colegiado consultivo, normativo e educativo, responsável por fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, envolvendo seres humanos e animais de laboratório do IFPI.

2.3. O Conselho Editoria (CE) é o órgão consultivo, normativo e executivo, responsável pela formulação e pela implementação do programa editorial do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

2.4 Conselho Técnico Empresarial: em fase de estruturação e implementação.

2.5 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação é um fórum de natureza consultiva e deliberativa, que estabelece políticas e diretrizes sobre os princípios de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

2.6 Comitê de Segurança da Informação e Comunicação define as diretrizes para a Segurança da Informação, visando preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações no âmbito do IFPI.

2.7 Comitê Gestor Institucional: Em fase de estruturação e implementação.

2.8 Conselho Discente: Em fase de estruturação e implementação.

3. Órgãos executivos:

3.1. A Reitoria é a unidade organizacional executiva da administração central, que planeja, administra, representa, superintende, monitora e avalia as estratégias, as políticas e as atividades do IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

3.1.1. O Gabinete da Reitoria é a unidade organizacional responsável por assessorar, organizar, assistir, coordenar e articular a ação administrativa da Reitoria.

3.1.2. A Procuradoria Federal (PROFE) é responsável por prestar assessoramento jurídico ao Reitor e aos órgãos da administração superior do IFPI, bem como auxiliar os órgãos de representação judicial na defesa dos interesses do IFPI perante o Judiciário.

3.1.3. A Controladoria Interna é a unidade organizacional de controle interno, responsável por assistir aos gestores do IFPI quanto às matérias que, no âmbito de sua atuação, sejam concernentes à defesa do patrimônio público e fortalecimento da gestão, por meio de atividades de auditoria, correição, controladoria e ouvidoria.

3.1.4. Diretoria de Comunicação Social é a unidade organizacional de assessoramento subordinada à Reitoria, responsável pelas políticas de comunicação no que se refere à divulgação interna e externa das atividades institucionais do IFPI.

3.1.5. Diretoria de Relações Internacionais é a unidade organizacional de assessoramento subordinada à Reitoria, responsável por desenvolver e estimular relações internacionais do IFPI, através de projetos, convênios, parcerias e intercâmbios internacionais.

3.1.6. O Cerimonial e Eventos (CEV) é a unidade organizacional responsável por planejar, organizar, executar e coordenar eventos da Reitoria, zelando pelas normas do Cerimonial Público nas solenidades do IFPI.

3.1.7. A Comissão de Ética Pública (CEP) possui o papel consultivo e educativo pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171, de 22/6/1994 e dos princípios constitucionais, através da transparência das condutas na Administração Pública no IFPI.

3.1.8. A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE) é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo do IFPI.

3.1.9. A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente do IFPI.

3.1.10. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação, execução e acompanhamento da política de avaliação do ensino superior do IFPI.

3.1.11. Comissão de Avaliação de Estágio Probatório é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação, execução e acompanhamento da política de avaliação do estágio probatório de servidores do IFPI, conforme disposição legal vigente.

3.1.12. Bolsa Formação.

3.1.13. Campus Avançado do Dirceu.

3.1.14. Campus Avançado de Pio IX.

3.2 PRO-REITORIAS.

3.2.1 A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de administração e planejamento orçamentário para o IFPI.

3.2.2 A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) promove as políticas e diretrizes de desenvolvimento institucional e suas aplicações nos campi, monitora a implementação dos planos de gestão, contando, para isso, com a assessoria da Diretoria de Desenvolvimento Institucional, e atua na articulação do Planejamento Estratégico no IFPI e sua aplicação nos campi, definindo prioridades de atuação e desenvolvimento.

3.2.3 A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de ensino para o IFPI.

3.2.4 A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de extensão para o IFPI.

3.2.5 A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação para o IFPI.

3.3 DIRETORIAS SISTÊMICAS.

3.3.1 A Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) é a unidade organizacional sistêmica responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas do IFPI.

3.3.2 A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) é a unidade organizacional sistêmica responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com a macrogestão de Tecnologia da Informação (TI) e comunicação para o IFPI.

4. A Diretoria-Geral dos Campi é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.4.1 A Diretoria-Geral dos Campi Avançados unidade

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

organizacional executiva responsável pelo desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada.

Fonte: PRODIN, 2016.

As informações referentes às competências das áreas ou subunidades estratégicas que integram a estrutura da unidade jurisdicionada estão descritas conforme Quadro 4.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 4 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitoria	planeja, administra, representa, superintende, monitora e avalia as estratégias, as políticas e as atividades do IFPI.	Paulo Henrique Gomes de Lima.	Reitor	2015
Pro-Reitoria de Administração	responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de administração e planejamento orçamentário para o IFPI.	Paulo Borges da Cunha.	Pro-Reitor de Administração	2015
Pro-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	promove as políticas e diretrizes de desenvolvimento institucional e suas aplicações nos campi, monitora a implementação dos planos de gestão e atua na articulação do Planejamento Estratégico no IFPI e sua aplicação nos campi, definindo prioridades de atuação e desenvolvimento.	Antonio de Pádua Alves Pinto.	Pro-Reitor de Desenvolvimento Institucional	2015
Pro-Reitoria de Ensino	responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de ensino para o IFPI.	Laura Maria Andrade de Sousa	Pro-Reitora de Ensino	2015
Pro-Reitoria de Extensão	responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de extensão para o IFPI.	Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes.	Pro-Reitora de Extensão	2015
Pro-Reitoria Pesquisa e Inovação	responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação para o IFPI.	Ayrton de Sá Brandim.	Pro-Reitor de Pesquisa e Inovação	2015
Diretoria de Gestão de Pessoas	responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas do IFPI.	Luciana Soares da Rocha	Diretora de Gestão de Pessoas	2015
Diretoria de Tecnologia da Informação	responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com a macrogestão de Tecnologia da Informação (TI) e comunicação para o IFPI.	Eduilson Lívio Neves da Costa Carneiro	Diretor de Tecnologia da Informação	2015
Diretoria Geral do Campus Angical	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Polyana Dias Miranda	Diretora Geral	2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Diretoria Geral do Campus Campo Maior	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Washington Moura Barbosa	Diretor Geral Pro-Tempore	2015
Diretoria Geral do Campus Cocal	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Maria dos Remédios de Brito Silva	Diretora Geral Pro-Tempore	2015
Diretoria Geral do Campus Corrente	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Laécio Barros Dias	Diretor Geral	2015
Diretoria Geral do Campus Floriano	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Odimógenes Soares Lopes	Diretor Geral	2015
Diretoria Geral do Campus Oeiras	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Irineu de Sousa Júnior	Diretor Geral Pro-Tempore	Jan-Mar/2015
		Sebastião Pereira do Nascimento	Diretor Geral Pro-Tempore	Mar-dez/2015
Diretoria Geral do Campus Parnaíba	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Alexandre Borges Cristóvão	Diretor Geral	2015
Diretoria Geral do Campus Paulistana	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Francisco Washington Soares Gonçalves	Diretor Geral	2015
Diretoria Geral do Campus Pedro II	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Raimundo Nonato Alves da Silva	Diretor Geral Pro-Tempore	2015
Diretoria Geral do Campus Picos	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Haroldo Reis de Macedo	Diretor Geral	2015
Diretoria Geral do Campus Piripiri	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Clayton Costa Ribeiro	Diretor Geral	2015
Diretoria Geral do Campus São João do Piauí	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	José Walter Silva e Filho	Diretor Geral Pro-Tempore	2015
Diretoria Geral do Campus São Raimundo Nonato	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Francisco Nogueira Lima	Diretor Geral	2015
Diretoria Geral do Campus Teresina Central	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Ezequias Matos Esteves	Diretor Geral	2015
Diretoria Geral do Campus Teresina Zona Sul	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Francisca Assunção de Almeida Félix	Diretor Geral	2015
Diretoria Geral do Campus Uruçuí	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Miguel Antonio Rodrigues	Diretor Geral	2015
Diretoria Geral do Campus Valença	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Saul Mark Lima Coelho	Diretor Geral Pro-Tempore	Jan-Mar/2015
		Conceição de Maria Veras Lima Verde	Diretor Geral Pro-Tempore	Mar-dez/2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Diretoria Geral do Campus Avançado Dirceu	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus avançado.	Aurélio Agostinho Adão	Diretor Geral Pro-Tempore	2015
Diretoria Geral do Campus Avançado Pio IX	responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus avançado.	Paulo Renato de Souza	Diretor Geral Pro-Tempore	2015

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, ano exercício 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1.6 Macroprocessos finalísticos

Toda a estratégia de atuação do Instituto Federal do Piauí (IFPI) fundamentou-se, no exercício de 2015, em torno do programa governamental de desenvolvimento da Educação Profissional, como fator de catalisação de toda a política institucional. No cumprimento da sua função social educativa, o IFPI garante, em todos os níveis de ensino, a oportunidade de todos concorrerem às vagas ofertadas, pois é aberto um processo seletivo de acordo com o nível de ensino.

Em relação à oferta educacional, o IFPI, como os demais Institutos Federais, apresenta uma característica ímpar dentre as instituições educacionais. Trata-se da flexibilidade curricular de organização de itinerários formativos com vistas à formação do educando a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico. E caso queira continuar seus estudos, participa do Enem para se candidatar a uma graduação tecnológica, podendo dar seguimento nas especializações.

O caminho percorrido pelo formando da educação básica até a educação superior dentro da Instituição, numa mesma área de conhecimento científico e tecnológico, constitui um modelo de qualidade educacional já aprovado no país, pelos resultados de destaque obtidos pelos egressos dos IF's.

De forma complementar, o IFPI trata o ensino profissional como atividade indissociável da extensão e da pesquisa, objetivando contribuir para as mudanças planetárias na busca do desenvolvimento sustentável, local, regional e nacional, por meio da construção e reconstrução de conhecimentos científicos e tecnológicos.

No trabalho com os eixos temáticos dos conteúdos curriculares há o incentivo para trabalhos de pesquisa e a investigação científica, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem um acervo de grande importância para a comunidade. Articuladas com essas atividades surgem naturalmente às ações de extensão garantindo a participação de membros da sociedade, na oferta de atividades como: Estágio e Emprego, Visitas Técnicas, Eventos, Cursos de Formação Inicial e Continuada, Projetos Tecnológicos, Serviços Tecnológicos, Projetos Sociais, Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos, Acompanhamento de Egressos e Empreendedorismo, favorecendo a constituição de parcerias e acordos de intercâmbios com instituições, empresas e outros centros no compartilhamento de tecnologias.

Outro ponto a ser destacado deste Instituto Federal é a otimização da infraestrutura, quanto às instalações físicas de salas de aulas, laboratórios, equipamentos, salas multimídias e outros ambientes de apoio didático-pedagógico, bem como no que se refere aos recursos de pessoal técnico-administrativo e de docentes, uma vez que atendem simultaneamente de forma articulada os discentes dos cursos técnicos e superiores da educação profissional e tecnológica, bem como das especializações e mestrado. Essa condição tem oportunizado aos professores, mostrar uma visão ampla do que seja educação e de suas relações com o mundo do trabalho e com a sociedade em que vivemos, aliando teoria e prática.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 5 - MACROPROCESSOS DA PROEN

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES	PROGRAMAS VINCULADOS	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS		
Oferta de Vagas/Cursos	Assegurar anualmente, por campus, a oferta regular de, no mínimo, 50% das vagas para os cursos de nível técnico e PROEJA, na modalidade presencial, nos termos da Lei nº 11.892/2008.	Levantamento das vagas por curso/campus	-	PROEN/DIRETORIA DE ENSINO DO CAMPUS/COMISSÃO DO EXAME CLASSIFICATÓRIO/DTI		
		Elaboração do Edital do Exame Classificatório				
		Divulgação do Edital				
		Realização de prova				
		Matrícula e ocupação das vagas				
	Assegurar anualmente, por campus, a oferta regular de 20% das vagas para os cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, nos termos da Lei nº 11.892/2008.	Levantamento das vagas por curso/campus	-	PROEN/DES//PI/CONTROLE ACADÊMICO DO CAMPUS		
		Elaboração do Edital do SISU				
		Divulgação do Edital				
		Matrícula e ocupação das vagas				
		Implantação de novos cursos de Licenciatura - Ciências Biológicas nos Campi Pedro II e Uruçuí; Química em Cocal e Paulistana; Matemática em Cocal.				
		Elaboração e divulgação das vagas/cursos junto as escolas públicas da educação básica			PARFOR	PROEN/COORDENAÇÃO GERAL, DE ÁREA E LOCAL E DE CURSO DO PARFOR; CONTROLE ACADÊMICO
		Formação das turmas mediante pré-inscrições na Plataforma Freire e validação pelas Secretarias de Educação				
Convocação para matrícula, inserção no Sistema da Plataforma Freire e envio da turma à CAPES						

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Oferta de Vagas/Cursos	Assegurar anualmente a oferta regular de vagas para os cursos superiores de tecnologia, nos termos da Lei nº 11.892/2008.	Levantamento das vagas por curso/campus	-	PROEN/DES//PI/CONTROLE ACADÊMICO DO CAMPUS
		Elaboração do Edital do SISU		
		Divulgação do Edital		
		Matrícula e ocupação das vagas		
	Assegurar anualmente a oferta regular de vagas para os cursos de bacharelado, nos termos da Lei nº 11.892/2008.	Implantação de novos cursos de Tecnologia – Design de Moda em Piripiri	-	PROEN/DES
		Levantamento das vagas por curso/campus	-	PROEN/DES//PI/CONTROLE ACADÊMICO DO CAMPUS
		Elaboração do Edital do SISU		
		Divulgação do Edital		
		Matrícula e ocupação das vagas		
	Implantação de novos cursos de Bacharelado – Administração em Piripiri e Ciências Agrônômicas em Uruçuí	-	PROEN/DES	
	Assegurar a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor.	Elaboração de metodologia para definição da necessidade/demanda de professor por disciplina/curso	-	PROEN/CAMPUS/DIGEP
		Levantamento da necessidade de professores por disciplina e encaminhamento para nomeação		PROEN/DES
		Abertura de edital de transferência externa para curso superior		
		Abertura de Edital de chamada pública para ocupação das vagas de nível técnico e FIC		
		Oferta de nivelamento e monitoria para os ingressantes dos cursos integrados e monitoria aos veteranos	PRAEI E MONITORIA	PROEN/PROEX/CAMPUS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Ofertar cursos nos mais diversos níveis e modalidades da educação profissional técnica e superior.	Levantamento das demandas locais e regionais e das potencialidades do Campus para definição das ofertas	-	PROEN/DES/DET/CAMPUS
		Elaboração e submissão dos projetos aos órgãos colegiados superiores e implementação dos cursos	-	PROEN/DES
	Realizar anualmente/semestralmente processo seletivo para ingresso de alunos para ocupar as novas vagas disponibilizadas e as vagas ociosas.	Abertura de edital de transferência externa para curso superior	-	PROEN/DES
		Abertura de Edital de chamada pública para ocupação das vagas de nível técnico e FIC	-	PROEN/DET
Organização e Gestão do Ensino	Verticalizar a oferta de curso em relação aos eixos tecnológicos existentes nos campi, otimizando a infraestrutura, o quadro de pessoal, os recursos de gestão e os recursos informacionais, atendendo às demandas sociais e educacionais para consolidar os eixos tecnológicos.	Realização de estudo quanti-qualitativo de demandas por curso superior dentro dos eixos existentes nos campi	-	PROEN/CAMPUS
		Elaboração dos Projetos e divulgação dos cursos	-	PROEN/DES/DET/CAMPUS
	Prover o quadro docente com professores efetivo/substitutos dos campi, necessários ao desenvolvimento dos currículos dos cursos.	Provimento por meio de concurso público.	-	PROEN/DIGEP
	Ampliar a oferta de vagas nos campi, segundo as condições materiais existentes por meio de	Levantamento das demandas socioeconômico-ambientais por meio de estudos/pesquisa no setor produtivo, consulta	-	PROEN/CAMPUS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	pesquisas documental e de campo para definição dos cursos a ser ofertados por campus.	á comunidade e coleta de dados e indicadores oficiais.	-	PROEN/DES/DET/CAMPUS
	Estruturar/implementar os ambientes de aprendizagem com os materiais e equipamentos necessários ao desenvolvimento das aulas práticas/currículo.	Aquisição de materiais segundo os objetivos educacionais, perfil do egresso propostos no PPC para efetivação das aulas práticas.	-	PROEN/CAMPUS/PROAD
	Normatizar o uso dos laboratórios obedecendo às normas de segurança.	Formação de comissões; elaboração de normas específicas para uso dos laboratórios.	-	PROEN/CAMPUS
	Ampliar anualmente o acervo bibliográfico informacional das bibliotecas dos campi de forma a favorecer o acesso à informação atualizada à comunidade em geral.	Encontro de Bibliotecários do IFPI	-	PROEN/CAMPUS
		Elaboração de Regulamento de Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC)	-	
Organização e Gestão do Ensino	Incentivar e subsidiar a produção de material didático-pedagógico para os cursos técnicos.	Não realizada	-	PROEN/Diretoria de Política Pedagógicas/DES/DET
	Alinhar as matrizes curriculares dos cursos de oferta comum no âmbito do IFPI.	---	-	
	Alcançar a meta mínima de 90% de eficiência da Instituição, no ano de	Implementação da Política de Assistência Estudantil - PRAEI e Monitoria	-	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	2016, com meta intermediária de, no mínimo, 85% no ano de 2015, medida semestralmente.	Acompanhamento		
	Alcançar o índice de 80% de eficácia da Instituição até o ano 2016, com meta intermediária de, no mínimo, 75% no ano de 2015, medida semestralmente, definindo-se aqui que o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.	Não se aplica	-	PROEN/DES/DET
	Adotar formas de acesso aos cursos técnicos e superiores assentadas em ações afirmativas.	Implementação da Política de Cotas	-	PROEN/DES/DET
	Ampliar o número de bolsas de monitoria.	---	-	PROEN/DES/DET
	Oferecer monitoria no contra turno das aulas, no decorrer do curso, para alunos ingressantes e veteranos.	---	-	PROEN/DES/DET/CAMPUS
Organização e Gestão do Ensino	Implementar o currículo do curso técnico integrado em três anos, nos campi, de acordo com as condições estruturais e de pessoal.	---	-	PROEN/DET

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Criar condições físicas, ambientais e materiais que facilitem aos alunos com deficiências, altas habilidades ou com mobilidade reduzida a desenvolver o currículo escolar.	Ainda em fase de elaboração de proposta e aquisição de materiais	-	PROEN/DES/DET/CAMPUS
	Implantar salas multifuncionais para prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência, visando ao atendimento educacional especializado.			
	Proporcionar aos docentes formação continuada em métodos específicos para atender às necessidades educacionais do aluno com deficiência.	---	-	PROEN/DES/DET/CAMPUS
	Implantar ações de políticas de combate à evasão e de retenção.	Ambientação dos alunos ingressantes dos cursos de graduação.	-	PROEN/DES/CAMPUS
		Fortalecimento das ações de acompanhamento e gestão dos cursos pelos colegiados e NDE.	-	PROEN/DES/CAMPUS
	Ofertar, para os cursos técnicos concomitantes/subsequentes e superiores, disciplinas com maior índice de reprovações que causam impacto no índice de eficácia.	---	-	PROEN/DES/DET
	Ofertar disciplinas para os alunos em progressão parcial para o ensino concomitante/subsequente.	---	-	PROEN/DET

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Acompanhamento e Avaliação do Ensino	Avaliar anualmente todos os cursos oferecidos nos campi do IFPI, adotando os indicadores propostos pelo MEC/INEP, tanto para os cursos superiores, como para os cursos de educação básica e técnica.	Acompanhamento das ações dos colegiados e NDE na supervisão e operacionalização do PPC e demais políticas do ensino superior.	-	PROEN/DES/DET
	Reformular/elaborar os projetos pedagógicos dos cursos, obedecendo aos preceitos legais, vocação institucional e arranjos produtivos, culturais e socioeducacionais.	Planejamento e elaboração do projeto do I Fórum de Tecnologia e Bacharelado do IFPI	-	PROEN/DES
	Realizar encontros periódicos para análise das avaliações internas e externas.	Visitas de supervisão aos campi;	-	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
		Reunião sistemáticas com os Diretores de Ensino	-	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
		Reunião com coordenadores de curso técnico integrado	-	PROEN/DET
		Realização I Encontro das Equipes Pedagógicas do IFPI	-	PROEN/ Diretoria de Políticas Pedagógicas
	Estabelecer diálogo permanente com os movimentos sociais, populares, sindicais, entidades acadêmicas, agentes dos setores produtivos e organizações não governamentais.	Participação em reunião com o Sindicato dos docentes e técnico administrativos e Grêmios Estudantil do IFPI para discutir e socializar as questões do ensino	-	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
Implantar o Fórum Permanente das Licenciaturas.	---	-	PROEN/DES	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	Fortalecer/constituir os colegiados e núcleos docentes estruturantes dos cursos superiores.	Palestra aos docentes ingressantes e coordenadores de curso sobre a importância e atribuições do NDE e Colegiado de Curso na	-	PROEN/DES
ENSINO	Criar o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos técnicos.	Não realizada	-	PROEN/DET
	Adotar critérios de distribuição das disciplinas entre os docentes, compatibilizando a formação com o nível de atuação.	Em apreciação de minuta pelos órgãos colegiados - Colégio de Dirigentes	-	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
	Institucionalizar o Programa de Ambientação institucional aos servidores ingressantes.	Em tramitação	-	PROEN/Diretoria de Políticas Pedagógicas
	Promover cursos de formação continuada para os servidores em exercício.	Em fase de elaboração	-	PROEN/DIGEP
	Colaborar com a PROPI e com a DIGEP na implementação de uma política de formação stricto sensu, contemplando as mais diversas áreas de formação.	Em fase de diálogo com a UFPI para convênio de Mestrado em Educação - 13 vagas para mestrado e 9 para doutorado	-	PROEN
	Incrementar o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID).	Realização de seminários de contextualização do Programa;	-	PROEN/PIBID
ENSINO		Visita aos campi e escolas da rede pública	-	PROEN/PIBID

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Divulgar o PIBID nas escolas de educação básica, incentivando a participação dos professores supervisores.	Lançamento de Edital de seleção de coordenadores e supervisores	-	
Incrementar o sistema de gestão pedagógica e acadêmica.	---	-	PROEN/DES/DET/Diretoria de Políticas Pedagógicas
Otimizar o uso do Q-Acadêmico em todos os campi para o gerenciamento dos dados e informações pedagógicas e acadêmicas.	---	-	PROEN/PI/Controles Acadêmicos
Integrar o sistema acadêmico com o Pergamum.	---	-	PROEN/PI/Controles Acadêmicos
Revisar/atualizar as Normas dos Procedimentos Acadêmicos.	Instituição de comissão para revisão e reformulação das normas e procedimentos acadêmicos - em andamento	-	PROEN/PI/Controles Acadêmicos
Instruir e uniformizar as ações do ensino.	Elaboração e encaminhamento de orientações normativas aos campi	-	PROEN/PI/Diretoria de Políticas Pedagógicas

Fonte: PROEN.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 6 – MACROPROCESSOS DA PROEX

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES	PROGRAMA VINCULADO	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Atendimento ao estudante em caráter Universal	Atendimento aos estudantes do IFPI com objetivo de atender às necessidades básicas e de incentivo a formação acadêmica, visando o desenvolvimento integral dos mesmos no processo educacional.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Oferta de alimentação gratuita; 2. Assistência à saúde; 3. Acompanhamento e suporte ao ensino; 4. Incentivo a participação político acadêmica, cultural e desportiva; 5. Programa de acolhimento ao estudante ingressante - PRAEI; 6. Monitoria; 7. Iniciação Científica; 8. Projetos de extensão; 9. Visitas Técnicas; 10. Apoio às ações para estudantes com necessidades Educacionais Específicas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) 2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI (POLAE) - Programa universal; 	Pró-Reitoria de Extensão / Diretoria de Assistência Estudantil / Pró-Reitoria de Administração / Diretoria Geral dos Campi dos IFPI / comissão de assistência Estudantil dos campi.
Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social	Atendimento direcionado ao estudante que se encontra em situação de Vulnerabilidade Social.	<p>Atendimento ao estudante através de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Benefício permanente; 2. Benefício Atleta; 3. Benefício Cultura; 4. Benefício Eventual; 5. Benefício Moradia. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPI (POLAE) - Programa de Atendimento ao estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS). 	Pró-Reitoria de Extensão / Diretoria de Assistência Estudantil / Pró-Reitoria de Administração / Diretoria Geral dos Campi dos IFPI / Comissão de Assistência Estudantil dos campi.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

<p>Apoio a Projetos de Extensão e lançamento de Editais de Extensão.</p>	<p>Lançamento de Editais e prospecção de projetos para fomento, com o objetivo de oportunizar a comunidade acadêmica a realização de projetos direcionados às demandas sociais.</p>	<p>1. Lançamento dos Editais PIBEX n.º 065/2015, Edital PIBEX In n.º 066/2015, Edital PROIC n.º 068/2016, Edital Eventos n.º 067/2015, Edital Cursos de Curta Duração n.º 069/2016, Edital Oficinas de Arte n.º 071/2015, e Edital Projeto Intervalo n.º 070/2015; 2. Fomento de projetos na área da Economia Solidária e Criativa, como o projeto “Formação de Mulheres de Empreendimentos Econômicos Solidários para uso das redes sociais web no âmbito do Marketing Digital”.</p>	<p>ProAEx.</p>	<p>Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária; Diretoria de Assistência Estudantil; e Diretoria de Extensão Acadêmica e Eventos Institucionais.</p>
<p>Registro e Acompanhamento</p>	<p>Momento onde se realiza o acompanhamento e registro dos projetos contemplados.</p>	<p>1. Receber os projetos para cadastro na Pró-Reitoria de Extensão; 2. Registrar e acompanhamento da execução dos projetos; 3. Controlar todas as ações referentes à execução dos projetos; 4. Emitir os certificados e outros documentos comprobatórios da execução dos projetos realizados.</p>	<p>ProAEx.</p>	<p>Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária; Diretoria de Assistência Estudantil; e Diretoria de Extensão Acadêmica e Eventos Institucionais.</p>
<p>Interação Cultural</p>	<p>Trata-se de ações culturais</p>	<p>1. Estimular a criação e o funcionamento de grupos artísticos e culturais na comunidade acadêmica em interação com a comunidade externa; 2. Buscar e divulgar editais externos de apoio a ações culturais, bem como fomentar e coordenar a elaboração de projetos para os mesmos; 3. Acompanhar a execução das ações de extensão cultural;</p>	<p>ProAEx.</p>	<p>Diretoria de Extensão Acadêmica e Eventos Institucionais.</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		4. Promover a interação das ações culturais com as ações de extensão.		
Eventos e Divulgação	Suporte técnico e operacional a todos os eventos promovidos pela PROEX.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer e aprimorar diferentes formas de comunicação com a comunidade acadêmica nas questões relacionadas à extensão e à cultura; 2. Produzir materiais informativos relacionados à extensão e à cultura direcionados à comunidade acadêmica e às comunidades externas; 3. Manter atualizadas as informações relacionadas à PROEX no sítio do IFPI na Internet. 	ProAEx.	Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária; Diretoria de Assistência Estudantil; e Diretoria de Extensão Acadêmica e Eventos Institucionais.

Fonte: PROEX.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 7 – MACROPROCESSOS DA PROPI

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES	PROGRAMA VINCULADO	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Pesquisa & Inovação	Iniciação Científica Iniciação Científica em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico Estruturação e Reestruturação de Infraestrutura Laboratorial	Edital PIBIC/PIBIC Jr. Edital PIBIC/PIBIC Jr. – IT Edital PROAGRUPAR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC /PIBIC Jr; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Inovação e Desenvolvimento Tecnológico - PIBIC /PIBIC Jr. – IT; Programa de Apoio à Pesquisa, Estruturação e Reestruturação de Infraestrutura Laboratorial - PROAGRUPAR-INFRA.	Diretoria de Pesquisa e Inovação
Pós-Graduação	Especialização	Levantamento de Necessidades de capacitação nos Campi; Oferta de Cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado.	Cursos Institucionais ofertados nos Campi, conforme autorização do CONSUP.	Diretoria de Pós-Graduação
	Mestrado/Minter Doutorado/Dinter		Mestrado em Ciência da Propriedade Intelectual; Mestrado em Tecnologias e Gestão em Educação a Distância; Mestrado em Educação – UNINOVE; Doutorado em Física; Doutorado em engenharia civil.	
	Mestrado Institucional		Mestrado Institucional em Engenharia de Materiais – Campus Teresina Central	
Inovação	Política de Inovação Especialização Mestrado Doutorado	Divulgação; Prospecção Tecnológica; Depósitos de Softwares e Patentes junto ao INPI; Política de Propriedade Intelectual.		ASNIT

Fonte: PROPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 8 – MACROPROCESSOS DA PRODIN

MACROPROCESSOS	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS AÇÕES	PROGRAMA VINCULADO	SUBUNIDADES RESPONSÁVEIS
Infraestrutura física	Obras de construção, ampliação e reformas na estrutura do IFPI.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforma e construção da nova sede da Reitoria; 2. Adequação do espaço do almoxarifado da reitoria com a utilização de divisórias; 3. Perfuração de poço no Campus de Angical; 	-	Diretoria de Desenvolvimento Institucional / Departamento de Engenharia Institucional.
Acessibilidade e segurança predial.	Ações relativas ao cumprimento das normas de acessibilidade e combate à incêndio e pânico.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de diagnóstico nos campi, a fim de adequá-los à legislação de acessibilidade das pessoas com deficiência; 2. Elaboração e implementação de um projeto de combate a incêndio e pânico no Campus Teresina Central. 	-	Diretoria de Desenvolvimento Institucional / Departamento de Engenharia Institucional.

Fonte: PRODIN.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Esta seção apresenta o planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional, estruturada em três grandes eixos: planejamento organizacional, resultados da execução orçamentária e resultados operacionais.

2.1 Planejamento organizacional

O planejamento da unidade é descrito por meio dos quadros de ações/subtítulos nas dimensões física e financeira da execução de cada ação, destacando valores executados a título de restos a pagar no decorrer do exercício e demais dados, conforme itens a seguir.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos que a UPC no exercício estão em consonância com a LOA 2015:

- Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho;
- Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência;

2.1.2 Estágios de implementação do planejamento estratégico

A UPC fundamenta o planejamento estratégico por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em vigor para o período de 2015-2019 e com a Lei Orçamentária Anual de 2015. Os estágios de implementação ocorrem de forma preventiva e corretiva, aliado às disponibilidades orçamentárias e financeiras em cada exercício.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A UPC busca a vinculação de metas institucionais com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Termo de Acordo de Metas (TAM) aprovado pelo MEC e a Lei Orçamentária Anual de 2015.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Para cada ação da LOA 2015 existe um representante pelo controle e monitoramento no SIMEC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.3 Desempenho orçamentário

O desempenho orçamentário da UPC no exercício está em consonância com a LOA 2015 e são descritos nas ações/OFSS nos itens a seguir. Ressalta-se que no exercício de 2015 ocorreu limitação da cota para empenho, pois embora tivéssemos previsão orçamentária, a capacidade de empenho foi reduzida por problemas de arrecadação da União.

2.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Os objetivos que a UPC no exercício estão em consonância com a LOA 2015 nos programas 2030, de educação básica e 2031, de educação profissional e tecnológica. Os principais resultados alcançados estão descritos nos itens de ações OFSS, parte constante neste relatório.

2.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A execução física e financeira das ações da LOA são representadas por ação 20RJ, 20RG, 20RL, 2994 e 6380, conforme descrição nos Quadros a seguir.

Quadro 9 - AÇÃO 20RJ

Identificação da Ação							
Código	20RJ			Tipo: Atividade			
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica						
Iniciativa	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.						
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Código: 0597						
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA Código: 2030 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0022 - Piauí	186.000,00	186.000,00	0	0	0	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0022 - Piauí	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para	Pessoa beneficiada	40	40	0		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente, inclusive na implementação da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação.						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0022 - Piauí	159.733,05	1.979,32				

Fonte: SIMEC e TESOIRO GERENCIAL 2015.

Análise Crítica: a Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA) foi de 0%; Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP) foi de 0%; Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA) foi de 0% e a Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP) foi de 0%. Justifica-se a não realização da ação por motivo de bloqueio de recursos, conforme instrução da SPO.

Quadro 10 - AÇÃO 20RG

Identificação da Ação							
Código	20RG		Tipo: Atividade				
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Código: 2031 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0022 - Piauí	15.000.000,00	15.000.000,00	5.153.048,62	3.494.787,55	3.206.646,41	288.141,14	1.658.261,07
0981 - Teresina	9.300.000,00	9.300.000,00	0	0	0	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
00022 - Piauí	Construção, modernização, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas.	Projeto Viabilizado	80	80	11		
0981 - Teresina	Construção, modernização, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas.	Projeto Viabilizado	1	1	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Nº do subtítulo/Localizador	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0022 - Piauí	7.095.934,26	4.314.379,07	1.740.668,23	Construção, modernização, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas.	Projeto Viabilizado	11

Fonte: SIMEC e TESOIRO GERENCIAL 2015.

Análise Crítica: a Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA) foi de 59,02%; Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP) foi de 59,02%; Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA) foi de 13,75% e a Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP) foi de 13,75%. Justifica-se o baixo cumprimento da ação, pela limitação da cota para empenho no período, pois embora a UPC possuísse previsão orçamentária, a capacidade de empenho foi reduzida por problemas de arrecadação da União, além disso, ocorreu problemas no processo licitatório. Quanto à emenda 0981 não foi liberada, portanto não foi possível execução.

Quadro 11– AÇÃO 20RL

Identificação da Ação							
Código	20RL Tipo: Atividade						
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Código:2031 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0022 - Piauí	58.813.324,00	60.449.324,00	52.830.215,00	38.522.761,97	31.331.895,10	7.190.866,87	14.307.453,03
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0022 - Piauí	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os	Estudante matriculado	30.000	30.000	19.081		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Garantir a gestão e o funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0022 - Piauí	17.825.647,24	13.596.576,61	486.032,39	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Garantir a gestão e o funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.	Aluno Matriculado	6.747

Fonte: SIMEC e TESOIRO GERENCIAL 2015.

Análise Crítica: a Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA) foi de 100%; Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP) foi de 100%; Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA) foi de 63,60% e a Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP) foi de 63,60%. Justifica-se o baixo percentual da eficácia da ação, motivado pela greve dos docentes na instituição no período de maio a outubro/2015, do qual não ocorreram ingressantes para o segundo semestre de 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 12 – AÇÃO 2994

Identificação da Ação							
Código	2994		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A2						
Objetivo	- Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: -0582						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Código:2031 Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0022 - Piauí	12.654.518,00	12.654.518,00	9.321.241,41	4.990.870,21	4.783.049,09	207.821,12	4.330.371,20
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0022 - Piauí	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola. Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho escolar.	Aluno assistido	44.000	44.000	18.000		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0022 - Piauí	2.582.153,47	1.255.223,88	3.517,62	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola. Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho escolar.	Aluno assistido	18.000	

Fonte: SIMEC e TESOIRO GERENCIAL 2015.

Análise Crítica: a Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA) foi de 103,60%; Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP) foi de 103,60%; Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA) foi de 40,91% e a Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP) foi de 40,91%. Justifica-se o baixo percentual de eficácia da ação, motivado pela paralisação de docentes (greve).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 13–AÇÃO 6380

Identificação da Ação							
Código	6380		Tipo: Atividade				
Descrição	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582						
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		Código: 2031		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0022 - Piauí	1.715.000,00	1.715.000,00	90.756,01	90.756,01	14.856,01	75.900,00	
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0022 - Piauí	Suporte para implementação da expansão e desenvolvimento referente à formação de alunos, expansão de vagas, modernização científica e tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários. Além de apoio pedagógico a projetos de Educação Profissional do campo, e elevação de escolaridade de Jovens e adultos, incluindo capacitação de docentes, bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, equipamentos e outros. Promover a modernização e atualização das instituições de ensino da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo as instituições que ofertam educação profissional do campo de modo a possibilitar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas/técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da Educação Profissional. 0001 – Mulheres Mil – Brasil Sem Miséria (Ação Prioritária Brasil sem Miséria) 007 – PROEXT (Ação não Prioritária)	Instituição apoiada	6	6	2		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0022 - Piauí	40.813,37	17.053,44	4.753,75	Suporte para implementação da expansão e desenvolvimento referente à formação de alunos, expansão de vagas, modernização científica e tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários. Além de apoio pedagógico a projetos de Educação Profissional do campo, e elevação de escolaridade de Jovens e adultos, incluindo capacitação de docentes, bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, equipamentos e outros. Promover a modernização e atualização das instituições de ensino da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo as instituições que ofertam educação profissional do campo de modo a possibilitar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas/técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da Educação Profissional. 0001 – Mulheres Mil – Brasil Sem Miséria (Ação Prioritária Brasil sem Miséria) 007 – PROEXT (Ação não Prioritária)	Instituição apoiada	2	

Fonte: SIMEC e TESOIRO GERENCIAL 2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Análise Crítica: a Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA) foi de 629,89%; Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP) foi de 629,89%; Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA) foi de 33,33% e a Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP) foi de 33,33%. Justifica-se o baixo percentual de eficácia da ação, motivado por paralisação de docentes (greve).

2.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No exercício de 2015, alguns fatores prejudicaram a eficácia do desempenho orçamentário:

- Paralisação por motivo de greve dos docentes, que mesmo com a compensação da carga horária, o ciclo orçamentário para execução tem um período fixo, quando do retorno da greve não foi possível à execução na totalidade;
- Limitação da cota para empenho no período, pois embora a UPC possuísse previsão orçamentária, a capacidade de empenho foi reduzida por problemas de arrecadação da União;
- Problemas operacionais internos.

2.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

No exercício de 2015 não houve execução de valores relativos a Ações não previstas na LOA 2015.

2.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

A UPC apresenta o demonstrativo de restos a pagar, conforme Quadro 14.

Quadro 14– RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	4.453.712,12	4.357.782,78	91.583,37	4.345,97
2013	114.179,69	5.602,45	108.577,24	0,0
2012	8.544,23	6.532,51	2.011,72	0,0
2011	7.576,86	8,73	-	7.568,13
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	22.812.543,63	18.173.154,37	91.528,18	4.547.860,08
2013	7.060.103,36	1.511.652,81	2.161.313,97	3.387.136,58
2012	731.212,17	228.643,70	78.946,40	423.622,07
2011	68.997,93	-	-	68.997,93

Fonte: Tesouro Gerencial 2015 (consulta 03/03/2016).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A análise crítica da movimentação de restos a pagar no exercício de 2015 está fundamentada em:

- a) Os impactos de restos a pagar na gestão financeira existem, porém são necessários para o bom funcionamento da instituição. Alguns bens que foram adquiridos no exercício de 2014 foram entregues em 2015, pois é do interesse da administração exigir o cumprimento assumido pelo credor;
- b) As circunstâncias para existência de restos a pagar na UPC estão em conformidade com o artigo 68, do Decreto Nº 93.872/86, cabendo a instituição realizar uma revisão de valores inscritos em 2011, 2012 e 2013, fazendo suas respectivas baixas ou cancelamentos;
- c) Todos os registros de restos a pagar estão lançados devidamente no SIAFI, e os empenhos que perderam sua vigência serão devidamente cancelados.

2.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

A UPC apresenta a descrição dos instrumentos celebrados, conforme Quadros a seguir.

Quadro 15– RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ					
UG/GESTÃO:	158146/26431					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
Contrato	1			184.073,77		
Termo de execução descentralizada	2			262.711,21		
Termo de Cooperação		1	1	315.016,35	177.875,47	227.235,01
Totais	3	1	1	761.801,33	177.875,47	227.235,01

Fonte: PROPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 16– RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA
UPC NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ					
UG/GESTÃO: 158146/26431					
Exercício da Prestação das Contas 2015	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Termo de Cooperação	Contratos	Termo de execução descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	1	2
		Montante Repassado	563.678,91	184.073,77	262.711,21
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	646.431,62		

Fonte: PROPI.

Quadro 17– SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ				
UG/GESTÃO: 158146/26431				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos			
	Termo de Cooperação	Contratos	Termo de execução descentralizada	
Contas analisadas	Quantidade aprovada			
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)			
Contas NÃO analisadas	Quantidade	2	1	2
	Montante repassado (R\$)	1.210.110,53	184.073,77	262.711,21

Fonte: PROPI.

Quanto ao perfil dos atrasos de análise das contas prestadas por recebedores de recursos, a PROPI manifesta que todos os processos só prevêm relatório no final, portanto, não estão em atraso.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.3.6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise de prestações de contas

Segundo a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) todos os instrumentos celebrados, contratos, termos de cooperação e termo de execução descentralização em vigência estão com a previsão de relatórios para o final da vigência dos processos. Desta forma, não são solicitados relatórios anuais. Contudo, os valores informados estão sendo acompanhados em planilha própria do IFPI para desembolso anual. A efetivação da análise dos relatórios dos programas só será possível após o término da vigência dos mesmos, como previsto nos processos.

2.3.7 Informações sobre realização de receitas

As receitas da UPC sofreram redução em relação ao programado, em decorrência da não realização de concurso público programado para o exercício de 2015.

Quadro 18– RECEITAS POR NATUREZA

NATUREZA DA RECEITA		FTE	RECEITA	
			Prevista	Realizada
1600.13.00	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	250	179.913,00	100.685,20
1600.16.00	SERVICOS EDUCACIONAIS	250	4.233.553,00	537.209,97
1600.50.00	TAR. INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	250	4.064,00	910,00
1918.99.00	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	250	0	2,89
1922.07.00	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	100	0	227.487,70
			4.417.530,00	866.295,76

Fonte: PROAD.

2.3.8 Informações sobre a execução das despesas

Os dados apresentados estão relacionados à execução de despesas, conforme Quadros a seguir.

Quadro 19– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Unidade orçamentária:26431	Código UO: 26431		UGO: 26431	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	24.860.868,74	27.451.296,42	19.911.054,30	26.201.692,57
a) Convite	28.511,08	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	183.130,46	-	183.130,46
c) Concorrência	539.066,34	1.308.465,50	539.066,34	1.308.465,50
d) Pregão	24.293.291,32	25.959.700,46	19.371.987,96	24.710.096,61
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	9.694.257,63	9.090.403,46	7.761.421,19	8.660.191,55
h) Dispensa	7.342.463,51	7.374.125,87	6.139.037,62	7.016.667,73
i) Inexigibilidade	2.351.794,12	1.716.277,59	1.622.383,57	1.643.523,82
3. Regime de Execução Especial	60.912,38	38.553,43	60.912,38	38.553,43
j) Suprimento de Fundos	60.912,38	38.553,43	60.912,38	38.553,43
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	222.250.052,38	160.478.120,14	221.974.028,63	160.414.293,56
k) Pagamento em Folha	220.773.618,21	158.888.798,97	220.679.181,86	158.824.972,39
l) Diárias	1.476.434,17	1.589.321,17	1.294.846,77	1.589.321,17
5. Outros	-	20.605.229,86	-	19.785.774,67
6. Total (1+2+3+4+5)	256.866.091,13	217.663.603,31	249.707.416,50	215.097.505,78

Fonte: Tesouro Gerencial, 2015 (3/mar/2016); Siafi Gerencial, 2014.

A UPC no ano de 2015 teve alguns eventos negativos sobre a execução orçamentária, tempestividade da liberação de recursos, limitação da cota para empenho e paralisação da instituição por motivo de greve. O volume da modalidade de licitação teve uma redução, enquanto o volume de contratações diretas teve um aumento comparado ao exercício de 2014.

A movimentação de pagamento de pessoal também teve um aumento, motivado por admissões, pagamento por retribuição por titulação e Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 20– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Unidade Orçamentária: 26431			Código UO: 26431		UGO: 26431			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<i>Nome do elemento de despesa</i>								
<i>Vencimentos e vantagens fixas-pessoal civil</i>	159.322.002,66	110.662.071,58	159.322.002,66	110.662.071,58			159.290.340,33	110.640.901,87
<i>Obrigações patronais</i>	28.592.917,75	20.329.405,34	28.576.716,45	20.301.406,33		27.999,01	28.513.942,43	20.258.749,46
<i>Aposent.RPPS, reser.remuner. e refor.militar</i>	22.468.478,81	19.804.180,02	22.468.478,81	19.804.180,02			22.468.478,81	19.804.180,02
<i>Pensões do RPPS e do militar</i>	4.724.252,30	4.256.951,90	4.724.252,30	4.256.951,90			4.724.252,30	4.256.951,90
<i>Contratação por tempo determinad – pes.civil</i>	3.452.815,03	2.959.861,57	3.452.815,03	2.959.861,57			3.452.815,03	2.959.861,57
<i>Sentenças judiciais</i>	674.168,88	522.130,06	674.168,88	522.130,06			674.168,88	522.130,06
<i>Despesas de exercícios anteriores</i>	414.317,29	113.984,61	414.317,29	113.984,61			414.317,29	113.984,61
<i>Outras despesas variáveis – pessoal civil</i>	343.755,76	264.743,00	343.755,76	264.743,00			343.755,76	264.743,00
<i>Contribuição a entidade fechada previdência</i>	16.223,97	3.469,90	16.223,97	3.469,90			16.223,97	3.469,90
<i>Auxílio-alimentação</i>	8.437.874,02	6.840.490,69	8.437.874,02	6.840.490,69			8.437.874,02	6.840.490,69
<i>Indenizações e Restituições</i>	4.056.366,81	3.045.661,72	3.966.425,88	3.030.571,72		15.090,00	3.961.625,30	3.030.107,09
<i>Contratação por tempo determinado-pessoal civil(auxílios)</i>	412.059,05	355.329,77	412.059,05	355.329,77			412.059,05	355.329,77
<i>Demais elementos do grupo</i>	382.026,17	295.947,64	382.026,17	295.947,64			382.026,17	295.947,64
2.Juros e Encargos da Dívida								
<i>Nome do elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

3.Outras Despesas Correntes									
<i>Nome do elemento de despesa</i>									
<i>Locação de mão-de-obra</i>	27.088.192,73	20.629.313,35	22.338.855,71	18.142.044,39	4.749.337,02	2.487.268,96	18.825.101,22	17.137.272,02	
<i>Outros Serv.Pessoa Juridica</i>	10.244.012,62	11.139.332,66	7.183.336,03	8.931.431,75	3.060.676,59	2.207.900,91	6.016.038,33	8.494.516,45	
<i>Material de Consumo</i>	7.240.153,77	6.162.788,28	1.929.309,16	2.782.901,85	5.310.844,61	3.379.886,43	1.464.415,90	2.758.902,96	
<i>Outros Serv.Pessoa Física</i>	2.614.900,49	1.690.437,69	2.085.778,15	1.164.573,83	529.122,34	525.863,86	2.027.351,31	1.107.867,31	
<i>Diárias</i>	1.470.539,67	1.851.691,77	1.470.539,67	1.851.691,77				1.851.691,77	
<i>Disp. Exercícios Anteriores</i>	455.170,29	248.265,89	455.170,29	241.639,64		6.626,25	387.670,29	241.639,64	
<i>Passagens e Despesas com Locomoção</i>	812.461,27	1.108.402,65	506.005,79	797.557,20	306.455,48	220.845,45	443.658,00	772.526,47	
<i>Demais elementos do grupo</i>	152.523,67	8.130.017,00	140.536,28	8.015.361,31	11.987,39	120.342,96	61.965,28	7.877.905,31	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
4.Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
<i>Nome do elemento de despesa</i>									
<i>Equipamentos e Material Permanente</i>	11.214.484,33	15.699.304,22	5.139.922,92	4.240.822,12	6.074.561,41	11.458.482,50	3.549.912,93	4.051.723,65	
<i>Obras e Instalações</i>	957.314,43	2.321.269,54	770.282,28	1.506.527,59	187.032,15	814.741,95	736.797,20	1.506.527,59	
<i>Demais elementos do grupo</i>	388.695,73	217.933,60	253.820,73	124.796,60	134.875,00	93.137,00	23.596,31	124.796,60	
5. Inversões Financeiras									
<i>Nome do elemento de despesa</i>									
<i>Demais elementos do grupo</i>									
6.Amortização da Dívida									
<i>Nome do elemento de despesa</i>									
<i>Demais elementos do grupo</i>									

Fonte: Tesouro Gerencial, 2015 (3/mar/2016); Siafi Gerencial, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.3.9 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Este subitem apresenta informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de suprimento de fundos utilizados por Unidade Gestora (UG) vinculada à UPC, responsável pela apresentação do presente relatório de gestão, de forma a possibilitar a análise sucinta da evolução dos gastos efetuados por essas modalidades de pagamento.

O IFPI só utiliza Suprimento de Fundos através do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), não registrando ocorrência de movimentação de fundo por meio da Conta Tipo B, conforme Quadro....

Quadro 21– CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	158146	Reitoria			03	19.000,00	8.000,00
	158353	Teresina-Central			22	55.731,31	6.500,00
	158354	Teresina Zona Sul			10	24.000,00	5.000,00
	158355	Floriano			03	15.000,00	5.000,00
2014	158146	Reitoria			03	11.000,00	5.000,00
	158353	Teresina-Central			08	49.000,00	8.000,00
	158354	Teresina Zona Sul			03	6.000,00	2.000,00
	158355	Floriano			03	9.000,00	3.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial 2014, Tesouro Gerencial 2015 e SIAFI 2015.

O valor total de suprimento de fundos corresponde à movimentação de concessão e todos os movimentos não utilizados, foram devidamente anulados, conforme disposição legal.

A UPC no ano de 2015 registrou ocorrência de movimentação de suprimento de fundo por Cartão de Pagamento do Governo Federal (saque + fatura), no valor de R\$ 61.044,38 (sessenta e um mil, quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos), conforme movimentação no Quadro 22.

Quadro 22– UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	158146	Reitoria					461,00	461,00
	158353	Teresina-Central			02	480,00	40.678,21	41.158,21
	158354	Teresina Zona Sul					13.045,54	13.045,54
	158355	Floriano					6.379,63	6.379,63
2014	158146	Reitoria					4.691,09	4.691,09
	158353	Teresina-Central			04	1.800,00	26.208,10	28.008,10
	158354	Teresina Zona Sul					2.141,35	2.145,35
	158355	Floriano					5.512,89	5.512,89

Fonte: Fonte: SIAFI Gerencial 2014, Tesouro Gerencial 2015 e SIAFI 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

O IFPI no ano de 2015 registrou a movimentação de classificação dos gastos com suprimento de fundos, conforme Quadro 23.

Quadro 23– CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158146	Reitoria	339030	96 – MATERIAL DE CONSUMO – PGTO ANTECIPADO	0,00
		339039	17 – MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	320,00
			19 – MANUT. E CONSERV. DE VEÍCULOS	141,00
158353	Teresina Central	339030	03 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. PARA OUTRAS FINALIDADES	1.499,81
			01 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	9.278,10
			42 – FERRAMENTAS	612,43
			19 – MATERIAL DE ACONDIONAMENTO E EMBALAGEM	412,30
			21 – MATERIAL DE COPA E COZINHA	198,14
			16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	191,90
			22 – MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	308,70
			17 – MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	144,77
			28 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	131,80
			26 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	1.793,10
			09 – MATERIAL FARMACOLÓGICO	3.060,05
			36 – MATERIAL HOSPITALAR	508,25
			35 – MATERIAL LABORATORIAL	1.067,23
			10 – MATERIAL ODONTOLÓGICO	4.489,09
			29 – MATERIAL P/ ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	170,00
			24 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	9.515,50
			25 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS MÓVEIS	494,55
			30 – MATERIAL P/ COMUNICAÇÕES	27,19
		339039	17 – MANUT. E CONSERV. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.349,30
			95 – MANUT. E CONS. EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	180,00
20 – MANUT. E CONS. DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	1.637,00			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

			16 – MANUT. E CONS. DE BENS IMÓVEIS	1.130,00
			19 – MANUT. E CONS. DE VEÍCULOS	480,00
			83 – SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	600,00
			46 – SERVIÇOS DOMÉSTICOS	1.198,50
			63 – SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	548,50
158354	Teresina Zona Sul	339030	01 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	11.786,66
			96 – MATERIAL DE CONSUMO – PGTO ANTECIPADO	815,90
			39 – MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	76,48
		339039	96 – OUTROS SERVIÇOS E TERCEIROS PJ – PGTO ANTECIPADO	366,50
158355	Floriano	339030	16 – MATERIAL DE EXPEDIENTE	145,00
			44 – MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	357,00
			26 – MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	1.443,99
			10 – MATERIAL ODONTOLÓGICO	116,64
			29 – MATERIAL P/ ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	700,00
			24 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	3.190,60
			25 – MATERIAL P/ MANUT. DE BENS MÓVEIS	426,40
TOTAL				60.912,38
Nota explicativa: a classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício 2015 está com valor a menor de R\$ 132,00, tendo em vista que esta diferença está relacionada a regularização de um valor pertencente a 2014 e realizado em 2015.				

Fonte: Fonte: SIAFI Gerencial 2014, Tesouro Gerencial 2015 e SIAFI 2015.

Esta UPC utilizou o Cartão de Pagamentos do Governo Federal em 4 UG's (Reitoria, Teresina Central, Teresina Zona Sul e Floriano), cuja finalidade foi para atender demandas de despesas de pequeno vulto, assim como para a utilização em viagens pelos motoristas. As duas movimentações de saque foram realizadas pelo motorista em viagens institucionais, totalizando R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais). No ano de 2015 a UPC reduziu o valor do saque, contudo aumentou a movimentação do Cartão de Pagamento via faturas. A movimentação de suprimento de fundos do exercício foi realizada e encaminhada para análise da auditoria, que emitiu o devido parecer de aprovação.

Como análise crítica, a UPC deverá implantar um maior controle no item e subitem de despesa, no momento da reclassificação da despesa e o controle de justificativas., bem como realizar um melhor planejamento para aquisição de materiais e serviços.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

A UPC também realiza a análise de indicadores relacionados, monitorados no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC):

a) Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA):

$$\left(\frac{\text{Valor da Dotação Atual (em R\$ 1,00) / Meta Física na LOA}}{\text{Valor Liquidado (em R\$ 1,00) / Meta Física Realizada}} \right) \times 100$$

b) Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP):

$$\left(\frac{\text{Valor da Reprogramação Financeira (em R\$ 1,00) / Meta Física reprogramada na LOA}}{\text{Valor Liquidado (em R\$ 1,00) / Meta Física Realizada}} \right) \times 100$$

c) Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA):

$$\left(\frac{\text{Meta Física Realizada}}{\text{Meta Física na LOA}} \right) \times 100$$

d) Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP):

$$\left(\frac{\text{Meta Física Realizada}}{\text{Meta Física Reprogramada}} \right) \times 100$$

Na análise crítica das ações OFSS foram destacados os percentuais de eficiência e eficácia, conforme o perfil da ação.

2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Neste subitem serão apresentados os principais indicadores de desempenho: acadêmicos, administrativos, socioeconômicos e gestão de pessoas, conforme as deliberações do TCU, que serão descritos no Quadro 24.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 24– INDICADORES DE GESTÃO, CONFORME DELIBERAÇÕES DO TCU

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2015	2014	2013	2012	2011
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos / Número de Vagas	7,75	8,4	6,47	6,46	6,01
	Relação Ingressos/Aluno	Nº de Ingressantes / Número Total Matriculados	27,41	25,9	30,01	36,1	41,92
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados	4,19	7,24	11,90	9,5	4,05
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Concluídos + Integralizados + Evadidos + Desligados + Transferidos Externos	39,42	55,21	51,28	54,3	-
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Nº Total de Retidos / Número Total Matriculados	47,79	46,22	42,16	44,8	-
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Total de Matriculados / ((Docentes 20h *0,5) + Docentes 40 h + Docentes DE)	20,39	19,42	35,50	31,43	26,97
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Gastos Correntes / Total de Matriculados	11.884,99	10.032,31	6.456,58	4.911,58	6.443,13
	Percentual de Gastos com Pessoal	(Gastos com Pessoal * 100)/ Gastos Totais	73,29	61,47	74,2	61,40	56,27
	Percentual de Gastos com outros Custeios	(Gastos com Outros Custeios*100) / Gastos Totais	16,40	17,44	20,8	16,85	22,92
	Percentual de Gastos com Investimentos	((Gastos com Investimentos + Gastos com Inversões Financeiras) * 100) / Gastos Totais	6,17	17,2	14,6	17,88	14,05
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	0,5 SM < RFP <= 1 SM	23	1.706,40	-	-	-
		1 SM < RFP <= 1,5 SM	10				
		1,5 SM < RFP <= 2,5 SM	8				
		2,5 SM < RFP <= 3 SM	5				
		RFP <= 0,5 SM	49				
		RFP > 3 SM	4				
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	((Qtde de docentes Graduados*1)+(Qtde de docentes Aperfeiçoados*2) + (Qtde de docentes Especialistas*3) + (Qtde de docentes Mestres*4) + (Qtde de docentes Doutores*5)) / (Qtde de docentes Graduados + Qtde de docentes Aperfeiçoados + Qtde de docentes Especialistas + Qtde de docentes Mestres + Qtde de docentes Doutores)	3,44	3,28	3,25	2,89	3,10

Fonte : SISTEC e SIAFI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Análise Crítica dos indicadores:

a) Análise de Indicadores Acadêmicos:

Os Indicadores de Desempenho dispostos no Quadro 24, foram obtidos do arquivo Indicadores de Gestão 2015 enviado a UPC pela Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da Rede Federal da SETEC/MEC. Os indicadores acadêmicos dividem-se em seis tipos:

- i. Relação Candidato/ Vaga: Este indicador leva em consideração a procura pelos cursos ofertados e, todos os processos seletivos de ingresso realizados pelo IFPI. Analisando-se os dados, verificamos que comparado ao ano anterior, houve um decréscimo de 7,7% na relação, fato que se deve pelo aumento do número de vagas ofertadas, em 2015 a UPC ofertou 6.215 vagas, aumentando em cerca de 20% o número de vagas em relação ao ano de 2014, ano em que a UPC ofertou 5.140 vagas, aumentando principalmente nas unidades não-consolidadas (Campus com menos de cinco anos). Em 2014 as unidades não-consolidadas ofertaram 620 vagas, em 2015 as unidades não consolidadas ofertaram 1.437 vagas.
- ii. Relação de Ingressos/Alunos: este índice apresenta o percentual de estudantes ingressantes na instituição em relação ao total de alunos. No ano de 2015, o índice 27.1, apresentou uma evolução de 5,8% em relação a 2014, este aumento foi provocado pela oferta de novas vagas nas unidades não-consolidadas. Comprovada pelo aumento de 20% do número de vagas ofertadas.
- iii. Relação Concluintes/Aluno: Índice que relaciona o total de concluintes com o total de alunos. Este índice teve uma diminuição de 42% em relação ao ano anterior, provocado por diversos fatores:
 - Aumento considerável do número de alunos, com o aumento do número de alunos ingressantes;
 - A greve de docentes na UJ, entre os meses de maio e outubro do ano de 2015, provocou alterações no calendário acadêmico do ano letivo de 2015 que se encerra apenas em maio de 2016, desta forma todos os alunos que se formam no segundo semestre do ano letivo de 2015, só devem constar nos indicadores de 2016.
- iv. Índice de Eficiência Acadêmica: corresponde ao número de Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Concluídos + Integralizados + Evadidos + Desligados + Transferidos Externos. Este índice teve uma diminuição de aproximadamente 28.5% em relação ao ano anterior, as causas desta diminuição são:
 - A greve de docentes na UJ, entre os meses de maio e outubro do ano de 2015, provocou alterações no calendário acadêmico do ano letivo de 2015 que se encerra apenas em maio de 2016, desta forma todos os alunos que se formam no segundo semestre do ano letivo de 2015, só devem constar nos indicadores de 2016;
 - A mobilidade acadêmica com o SISU e da certificação do ensino médio através do ENEM, que provoca a evasão dos alunos maiores de 18 anos do Ensino Médio Integrado.
- v. Índice de Retenção do Fluxo Escolar, obtido pela relação entre o número total de Retidos e o número total de Matriculados. Este índice vem apresentando um aumento em relação ao ano de 2014 de 1,57%, apresentando uma elevação de

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- 3.39% em relação a 2014. Tal elevação dar-se-á pela não conclusão dos alunos no segundo semestre de 2015. Aumentando o índice de alunos considerados retidos.
- vi. Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral: este índice teve um leve acréscimo de 5%, com o aumento do número de vagas e consequentemente o número de alunos na UJ e a estabilização no contrato de novos docentes, com a UPC, o número de docentes neste período aumentou de 981 para 1.047 docentes, principalmente com a necessidade com aumento de turmas nos campi não consolidados.
- b) Análise de Indicadores Administrativos:
- i. Gastos Correntes por Aluno: este índice que relaciona Gastos Correntes / Total de Matriculados, indica o investimento feito pela UPC em cada aluno. São considerados gastos correntes, todos os gastos da instituição menos os gastos com investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas. Estes valores tiveram um acréscimo significativo no ano 2015, em torno de 18 %, principalmente devido à elevação dos gastos com pessoal e encargos sociais devido o funcionamento de novos cursos em campi não consolidados, consequentemente maior número de servidores e um maiores custos de funcionamento;
 - ii. Percentual de Gastos com Pessoal: percentual da despesa geral do IFPI destinada à folha de pagamento dos Servidores. Considera-se gastos com pessoal aqueles efetuados com servidores ativos, sentenças judiciais e precatórios cujas despesas foram liquidadas em 2015, acrescidas dos restos a pagar não-processados pagos. Constatou-se em 2015 que 73.29% dos gastos totais foram gastos com pessoal, um aumento percentual de 19%, acompanhando também os gastos correntes por aluno. Outro fator que contribuiu foi o aumento da titulação dos docentes, exemplificando houve um aumento de 15% no número de mestres, e 38% no número de doutores, e a progressão funcional dos docentes por Reconhecimento de Saberes e Competências, consequentemente o aumento dos gastos com pessoal.
 - iii. Percentual de Gastos com outros Custeios: este indicador tem por objetivo quantificar o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais. Estes valores variaram de 17,44% em 2014 para 16,40% em 2015, que demonstra uma variação negativa de 1,04 pontos percentuais, a qual foi ocasionada em função do crescimento dos gastos totais terem sido maiores do que o crescimento dos gastos com outros custeios.
 - iv. Percentual de Gastos com Investimentos, quantifica o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais, ou seja, gastos de todas as fontes e todos os grupos de despesa, exceto bolsa formação. Este índice em 2015 apresentou um decréscimo de 68% em relação a 2014 devido a finalização das obras de implantação ou reforma de diversas instalações dentre elas ginásios escolares, laboratórios, novas salas de aula, refeitórios nos campi e a nova sede da reitoria.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

3 GOVERNANÇA

Esta seção apresenta a estrutura de governança da UPC, explicitando sua estrutura, os mecanismos para apuração de ilícitos administrativos, a atuação da auditoria interna, sistema de correição e gestão de riscos e controles internos.

3.1 Descrição das estruturas de governança

A Estrutura de Governança do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí tem como base a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais; o Estatuto do IFPI aprovado pela Resolução nº 01/2009-CONSUP, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 2 de setembro de 2009; e o Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº 020/2011-CONSUP, de 06 de dezembro de 2011.

De acordo com a Lei nº 11.892, os Institutos Federais se organizam em estrutura multicampus, tendo como órgãos superiores responsáveis pela sua administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e como órgão executivo de administração central a Reitoria, que inclui um reitor e cinco pró-reitores. Cada Campus é administrado por um diretor-geral. Além do Conselho Superior (CONSUP) e do Colégio de Dirigentes (CODIR), o IFPI possui ainda o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e o Conselho de Ética em Pesquisa (CEPES). As competências desses órgãos colegiados estão previstas no arts. 9º, 11, 13 e 15 do Regimento Interno do IFPI.

O Conselho Superior, órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo, é formado por representantes dos docentes, técnico-administrativos, discentes e egressos da Instituição, bem como a sociedade civil, do Ministério da Educação e do próprio Colégio de Dirigentes. Dentre as suas competências, estão as seguintes:

- a) aprovar a política geral para a atuação institucional e zelar pelo seu cumprimento;
- b) aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor e dos Diretores-Gerais dos Campi;
- c) aprovar o plano de desenvolvimento institucional, o plano geral de cada gestão e os planos anuais de ação, assim como a proposta orçamentária anual;
- d) aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais;
- e) aprovar o projeto político-pedagógico;
- f) autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- g) apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
- h) deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pela Instituição;
- i) autorizar a criação e extinção de cursos no âmbito do Instituto, bem como o registro de diplomas;
- j) aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do IFPI;
- k) deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

Já o CODIR, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria administrativa, é composto pelos pró-reitores e diretores-gerais, além dos diretores sistêmicos. É de sua competência, entre outras:

- a) definir a distribuição interna de recursos;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- b) estabelecer normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- c) deliberar, mediante solicitação da Reitoria, sobre alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFPI;
- d) propor normas e ações para o aperfeiçoamento da gestão;
- e) aprovar o calendário de referência anual;
- f) elaborar e aprovar o seu próprio regimento.

O CEPEX, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, reúne os pró-reitores de Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão e representantes dos coordenadores de cursos, docentes, discentes, técnico-administrativos, equipe técnico-pedagógica e sociedade civil, tendo, entre outras, as seguintes competências:

- a) delinear diretrizes e definir prioridades institucionais nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão;
- b) elaborar e aprovar o seu próprio regimento;
- c) emitir parecer conclusivo prévio ao Conselho Superior sobre o projeto político-pedagógico e apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações;
- d) deliberar sobre desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou adequação de cursos e programas e emitir parecer conclusivo prévio ao CONSUP no caso de criação ou extinção;
- e) estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos;
- f) criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos;
- g) emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

O Conselho de Ética em Pesquisa (CEPES) é órgão colegiado consultivo, normativo e educativo, responsável por fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, envolvendo seres humanos e animais de laboratório do IFPI. Compete ao CEPES:

- a) analisar os projetos e protocolos de pesquisa envolvendo animais de laboratório e seres humanos pertencentes ao IFPI ou fora dele;
- b) expedir instruções e orientar os pesquisadores, conforme disposição legal sobre o assunto;
- c) emitir parecer consubstanciado sobre o ensaio, documentos estudados e data de revisão;
- d) garantir a manutenção dos aspectos éticos em pesquisa envolvendo seres humanos;
- e) acompanhar o desenvolvimento de projetos através da análise de relatórios semestrais dos pesquisadores, nas situações exigidas pela legislação;
- f) manter comunicação regular e permanente com o Comitê Nacional de Ética em pesquisa (CONEP/MS);
- g) desempenhar papel consultivo e educativo e promover a reflexão em torno da ética na pesquisa;
- h) controlar e resguardar a confidencialidade dos dados na área;
- i) receber e analisar as denúncias de abusos ou notificações sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo;
- j) analisar e emitir parecer sobre a continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa;
- k) desenvolver outras atribuições afins.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Esses órgãos colegiados obedecem a normas gerais de funcionamentos previstas no Regimento Geral. Assim, através de reuniões periódicas, com pauta determinada, decidem sobre as questões que lhe são apresentadas. Existem ainda, órgãos consultivos, os quais encontram-se descritos a seguir.

O Conselho Editorial do Instituto Federal do Piauí é um órgão consultivo, normativo e executivo, responsável pela formulação e implementação da política de editoração e publicação da Revista SOMMA, em suas versões eletrônica e impressa, bem como de livros editados pelo IFPI. Foi instituído pela Resolução CONSUP 049/2012 e, além do estabelecimento de normas editoriais, apresenta como atribuições: a emissão de pareceres sobre matérias submetidas a sua apreciação e o controle de qualidade de material a ser editado pelo IFPI. Compete ainda ao Conselho Editoria fomentar a pesquisa e a produção científica, literária e cultural, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e fortalecimento da difusão científico-cultural do Piauí.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) foi constituído pela Resolução Nº 032/2010-CONSUP em 15 de setembro de 2010. O CGTI é um fórum de natureza consultiva e deliberativa, que estabelece políticas e diretrizes sobre os princípios de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Os objetivos compreendem em homologar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e deliberar no âmbito do IFPI sobre os princípios de Tecnologia da Informação, a arquitetura de TI, inclusive os requisitos de segurança, integração e padronização de dados, informações e sistemas, a Infraestrutura de TI, em especial a rede corporativa e seus serviços, os níveis de acesso, o compartilhamento das informações e os sistemas de suporte, as necessidades de aplicações corporativas, especificando e priorizando as soluções que serão adquiridas, contratadas ou desenvolvidas e os investimentos em TI na distribuição do orçamento, dos limites e prioridades dos projetos e ações.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicação foi constituído pela Portaria Interna Nº 242, de 13 de fevereiro de 2014. Ele define as diretrizes para a Segurança da Informação, visando preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações no âmbito do IFPI. Dentre as competências desse comitê têm-se assessorar na implementação das ações de segurança da informação e comunicações, constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação e comunicações, propor alteração na Política de Segurança da Informação e Comunicações e propor normas relativas à segurança da informação e comunicações.

Quanto aos órgãos executivos, no âmbito da administração central, o IFPI é dirigido pelo Reitor, que além do Gabinete e Assessorias, dispõe na Reitoria de uma estrutura de cinco Pró-Reitorias (Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão, Administração e Desenvolvimento Institucional) e duas Diretorias Sistêmicas (Gestão de pessoas e Gestão de Tecnologia da Informação), às quais estão subordinadas diretorias e/ou coordenações e que se encarregam da supervisão, coordenação e articulação nas áreas sob a sua responsabilidade.

A Reitoria conta ainda com um órgão de consultoria jurídica (Procuradoria Federal) e vários órgãos de assessoramento, a saber: Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) e Comissão de Ética, cujas composições e competências estão previstas no Regimento Geral do IFPI e nos respectivos Regimentos Internos. É importante salientar que esses órgãos atuam de maneira independente em relação à gestão, contribuindo para obter o diagnóstico da realidade institucional e, por conseguinte, para a solução dos problemas identificados, exercendo, pois, uma forma de controle e fiscalização.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A mesma estrutura executiva existente na administração central é encontrada na organização de cada Campus, observados os níveis de descentralização, os graus de hierarquização e a articulação funcional dos órgãos em relação à administração central. Em termos de execução, cada Campus é dirigido por um Diretor-Geral, que além do Gabinete, dispõe de uma estrutura de Diretorias e Coordenações, às quais estão subordinadas diretamente ao Diretor-Geral, mas que se relacionam funcionalmente com as respectivas Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas.

A par dessa estrutura de governança na Reitoria e nos Campus, existe a Auditoria Interna Geral, que atua como órgão de controle da gestão do IFPI. Conforme prevê o Art. 23 do Regimento Geral, a Auditoria Geral é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

A Unidade de Auditoria Interna da Reitoria está vinculada administrativamente ao Conselho Superior, tendo como objetivo exercer orientação, acompanhamento, controle e fiscalização dos atos e fatos administrativos do IFPI, devendo atuar de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão. Além disso, deve propor as ações corretivas necessárias, buscando sempre agregar valor à gestão e racionalizar as ações de controle. Deve, também, prestar assessoramento à alta administração da entidade, tendo, as seguintes competências:

- a) realizar auditorias internas periódicas no IFPI;
- b) analisar os procedimentos, rotinas e controles internos;
- c) avaliar a eficiência, eficácia e economia na aplicação e utilização dos recursos públicos;
- d) dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público;
- e) assessorar a gestão nas ações de controle;
- f) apoiar, dentro de suas especificidades, no âmbito do IFPI, os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU);
- g) verificar a aplicação de normas, legislação vigente e diretrizes traçadas pela administração;
- h) elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna (RAINT);
- i) manter registro atualizado da tramitação e dos resultados dos processos auditados;
- j) desenvolver outras atribuições afins.

Os trabalhos da Auditoria Interna do IFPI são efetivados de acordo com as ações do Plano Anual de Auditoria Interna, elaborado pela Auditoria Interna e com as necessidades e solicitações que surgem no decorrer do ano.

3.2 Atuação unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna Geral, que atua como órgão de controle da gestão do IFPI. Conforme prevê o Art. 23 do Regimento Geral, a Auditoria Geral é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

A Unidade de Auditoria Interna da Reitoria está vinculada administrativamente ao Conselho Superior, tendo como objetivo exercer orientação, acompanhamento, controle e fiscalização dos atos e fatos administrativos do IFPI, devendo atuar de forma a contribuir para o alcance dos resultados

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão. No ano de 2015, não houve alterações na estrutura organizacional da Auditoria Interna.

Além disso, deve propor as ações corretivas necessárias, buscando sempre agregar valor à gestão e racionalizar as ações de controle. Deve, também, prestar assessoramento à alta administração da entidade, tendo, as seguintes competências:

- a) realizar auditorias internas periódicas no IFPI;
- b) analisar os procedimentos, rotinas e controles internos;
- c) avaliar a eficiência, eficácia e economia na aplicação e utilização dos recursos públicos;
- d) dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público;
- e) assessorar a gestão nas ações de controle;
- f) apoiar, dentro de suas especificidades, no âmbito do IFPI, os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU);
- g) verificar a aplicação de normas, legislação vigente e diretrizes traçadas pela administração;
- h) elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna (RAINT);
- i) manter registro atualizado da tramitação e dos resultados dos processos auditados;
- j) desenvolver outras atribuições afins.

Os trabalhos da Auditoria Interna do IFPI são efetivados de acordo com as ações do Plano Anual de Auditoria Interna, elaborado pela Auditoria Interna e com as necessidades e solicitações que surgem no decorrer do ano.

Durante o exercício de 2015, a Unidade de Auditoria Interna realizou 08 (oito) ações de auditoria nas áreas de Gestão Operacional, Gestão do Suprimento de Bens e Serviços e Gestão Financeira.

Os assuntos abordados nos Relatórios de Auditoria Interna emitidos no exercício em referência, com relato sobre as áreas, unidades e setores auditados, além de escopos examinados, cronogramas executados e recursos empregados, encontram-se descritos abaixo:

- a) **Número do relatório:** 001/2015
 - **Áreas/unidades/setores auditados:** Áreas referentes aos relatórios emitidos pelos auditores à época dos trabalhos no ano de 2014/ Reitoria e demais Campi/Setores relativos ao local de realização das ações de auditoria no ano de 2014;
 - **Escopos examinados:** Os trabalhos foram realizados analisando-se as manifestações dos Campi supramencionados no que se refere ao cumprimento das recomendações efetuadas no decorrer das ações de auditoria realizadas no ano de 2014.
 - **Cronograma executado:** Período de 02.02.2015 a 13.03.2015.
 - **Recursos humanos e materiais empregados:** 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopiadora, telefone, internet, serviço postal, entre outros.
- b) **Número do relatório:** 002/2015
 - **Áreas/unidades/setores auditados:** Gestão Operacional/ IFPI/Coordenação-Geral do PRONATEC;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- **Escopos examinados:** Os trabalhos foram realizados para avaliar os procedimentos e controles dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do PRONATEC, relativos à Pactuação 2014;
 - **Cronograma executado:** Período de 16.03.2015 a 05.05.2015;
 - **Recursos humanos e materiais empregados:** 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopiadora, telefone, internet, entre outros.
- c) **Número do relatório:** 003/2015
- **Áreas/unidades/setores auditados:** Gestão Financeira/IFPI/ Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças da Reitoria;
 - **Escopos examinados:** Os trabalhos foram realizados para verificar os processos resultantes de inscrição em restos a pagar da Reitoria, Campus Teresina Central e Campus Teresina Zona Sul, considerando o volume de despesas inscritas no exercício anterior;
 - **Cronograma executado:** Período de 04.05.2015 a 12.06.2015;
 - **Recursos humanos e materiais empregados:** 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopiadora, telefone, internet, serviço postal, entre outros.
- d) **Número do relatório:** 004/2015
- **Áreas/unidades/setores auditados:** Gestão Operacional/ IFPI/Pró-Reitoria de Administração e Setor de Contabilidade;
 - **Escopos examinados:** Os trabalhos foram realizados por meio de análises e consolidação de informações coletadas a partir da apresentação de documentos extraídos de sistemas utilizados, para verificação da execução das metas do Plano Plurianual no âmbito do IFPI relativas ao Programa Educação Profissional e Tecnológica e ao Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação;
 - **Cronograma executado:** Período de 22.06.2015 a 30.07.2015;
 - **Recursos humanos e materiais empregados:** 03 (três) servidores Auditor Interno. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopiadora, telefone, internet, entre outros.
- e) **Número do relatório:** 005/2015
- **Áreas/unidades/setores auditados:** Gestão do Suprimento de Bens e Serviços/IFPI/Pró-Reitoria de Administração e Setor de Contabilidade da Reitoria;
 - **Escopos examinados:** Os trabalhos foram realizados para analisar, por amostragem, editais, contratos, termos de referência e projetos básicos, vigentes no exercício de 2015 e assinados pela Reitoria, a fim de verificar se os mesmos atendem aos critérios de sustentabilidade ambiental definidos na legislação;
 - **Cronograma executado:** Período de 03/08/2015 a 28/08/2015;
 - **Recursos humanos e materiais empregados:** 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopiadora, telefone, internet, entre outros.
- f) **Número do relatório:** 006/2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- **Áreas/unidades/setores auditados:** Gestão Financeira/IFPI/Departamento de Administração e Setor de Contabilidade;
 - **Escopos examinados:** Os trabalhos foram realizados para avaliar a eficácia da gestão do Instituto Federal do Piauí quanto à regularidade nas concessões de suprimento de fundos via Cartão de Pagamento do Governo Federal, originados em todas as Unidades componentes da estrutura do Instituto Federal do Piauí;
 - **Cronograma executado:** Período de 31/08/2015 a 30/09/2015;
 - **Recursos humanos e materiais empregados:** 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopiadora, telefone, internet, entre outros.
- g) **Número do relatório:** 007/2015
- **Áreas/unidades/setores auditados:** Gestão do Suprimento de Bens e Serviços/Reitoria/Pró-Reitoria de Administração e Setor de Contabilidade;
 - **Escopos examinados:** Os trabalhos foram realizados nos processos correspondentes, para avaliar a situação das transferências mediante convênio ou instrumentos congêneres, assinados ou vigentes no exercício 2015, pela Reitoria/IFPI;
 - **Cronograma executado:** Período de 25.09.2015 a 16.11.2015;
 - **Recursos humanos e materiais empregados:** 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopiadora, telefone, internet, entre outros.
- h) **Número do relatório:** 008/2015
- **Áreas/unidades/setores auditados:** Gestão do Suprimento de Bens e Serviços/Reitoria/Departamento de Administração e Setor de Contabilidade;
 - **Escopos examinados:** Os trabalhos foram realizados para avaliar a legalidade e formalidade dos certames licitatórios, identificando a existência de inconsistências nos processos ocorridos no IFPI, realizados no exercício 2015, pela Reitoria/IFPI;
 - **Cronograma executado:** Período de 09.11.2015 a 18.12.2015;
 - **Recursos humanos e materiais empregados:** 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopiadora, telefone, internet, entre outros.

Ao longo do exercício de 2015, a Auditoria Interna, atenta à observância e ao cumprimento pelos gestores do IFPI dos princípios que regem a administração pública, executou plenamente as 13 (treze) ações previstas no PAINT/2015. Os trabalhos de auditoria mais relevantes realizados pelos auditores do IFPI no exercício 2015, e respectivas constatações encontram-se descritos a seguir.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 25 – PRINCIPAIS TRABALHOS E CONSTATAÇÕES DE AUDITORIA EM 2015

Nº do Relatório	Ação do PAIN-T	Constatações e Providências Adotadas
002/2015	Acompanhamento da execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC	Ao término dos trabalhos, ressaltamos que, apesar de não terem sido relatadas constatações, que gerariam específicas recomendações aos gestores, ausência motivada pela já informada incompletude e atraso na prestação das informações, pode-se observar que, inclusive pela dificuldade na obtenção precisa e pontual de dados e evidências, o que não nos permite opinar com segurança acerca da qualidade dos registros e dificulta seu posterior resgate, os controles internos referentes ao PRONATEC, em geral, merecem diligente atenção por parte da equipe diretiva da Reitoria e da Coordenação-Geral do Programa, a fim de que todos os normativos vigentes, internos ou externos, sejam atendidos e respeitados, que os controles internos administrativos internos sejam ampliados e melhorados e, em cenário mais amplo, que o Programa alcance, com eficiência e eficácia, a sua real finalidade.
003/2015	Avaliação da conformidade da inscrição de restos a pagar	Os exames realizados nos Restos a Pagar inscritos pelas Unidades Teresina Central, Teresina Zona Sul e Reitoria do Instituto Federal do Piauí não constataram impropriedades/irregularidades significativas, apresentando apenas alguns pontos que podem ser melhorados, contribuindo para o aperfeiçoamento dos controles. Apesar de não terem sido encontradas constatações relevantes contrárias à legislação vigente, fazem-se abaixo menções pontuais acerca de boas práticas sempre aplicáveis: <ul style="list-style-type: none"> • Recomenda-se que se proceda, no final de cada exercício, à anulação das notas de empenho que sequer tenham sido formalmente assumidas por credor específico, sob pena de descumprimento legal (art.35 do Decreto nº 93.872/86); • Recomenda-se aos gestores que provoquem a atuação dos órgãos competentes do MEC no sentido de que os recursos financeiros sejam disponibilizados em tempo hábil para que a execução dos mesmos possa se dar ainda dentro do exercício e em conformidade com a legislação vigente.
004/2015	Acompanhamento da programação e execução dos objetivos e metas dos programas ou ações de responsabilidade da Entidade	Tendo em vista a análise dos índices, percebe-se a necessidade de um maior empenho dos gestores em prol do cumprimento das metas fixadas ou de uma melhor avaliação quando do planejamento das mesmas a fim de se estabelecer metas que efetivamente se possam cumprir durante o exercício. Quanto aos controles internos, não foram encontradas falhas que comprometessem sua confiabilidade, entretanto é necessário um empenho dos gestores na manutenção da confiabilidade, eficiência e eficácia dos controles internos, procurando sempre melhora-los para manter confiabilidade da mensuração e divulgação das informações produzidas por seus sistemas de informações.
005/2015	Avaliação da aderência aos critérios de sustentabilidade ambiental	Ao término dos trabalhos, ressaltamos que a busca pela gestão integrada e participativa da política ambiental deve ser responsabilidade da Reitoria, em parceria com todas as Unidades Gestoras (UG) relacionadas à Unidade Jurisdicionada (UJ) do IFPI, tendo sempre em curso, práticas institucionais, socioambientais, fazendo-se implementar, efetivamente, as propostas aqui apresentadas, como avanço das metas do PDI/IFPI 2015 a 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		<p>É preciso que a Instituição busque cada vez mais se adequar a essa recente exigência de sustentabilidade que vem surgindo como uma necessidade global e que agora vem sendo positivada na nossa legislação, buscando assim estar em conformidade com as mesmas. No entanto, além de verificar os aspectos sustentáveis, atentar, também, para o custo-benefício da exigência desses critérios em alguns aspectos, tendo em vista que, o critério de sustentabilidade não pode, em nosso entender, se sobrepor ao princípio da eficiência.</p>
006/2015	Avaliação da gestão do uso dos Cartões de Pagamento do Governo Federal	<p>Em face dos exames realizados, bem como da avaliação efetuada no período a que se refere a presente Auditoria, não foram encontradas distorções relevantes na gestão de recursos executados pelas Unidades na modalidade suprimento de fundos. Desta forma, somos de opinião que este Relatório conclui pela regularidade na supramencionada gestão.</p>
007/2015	Avaliação da situação das transferências mediante convênio ou instrumentos congêneres	<p>CONSTATAÇÃO (001) Ausência de regularização de processo perante o SICONV. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA GESTÃO DA UNIDADE: “Quanto à regularização perante o SICONV, não foi possível realizar nenhuma intervenção, uma vez que não temos hoje no IFPI, um servidor habilitado com qualificação e acesso ao sistema SICONV.”</p> <p>CONSTATAÇÃO (002) – Ausência no processo de documento que comprove a publicação do instrumento. Ausência do extrato de publicação no Diário Oficial da União-DOU do Termo Aditivo celebrado, de acordo com o § Único do Art. 46 da Portaria Interministerial nº 507/2011, ampliando a execução do objeto com a oferta de mais 06(seis) vagas. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA GESTÃO DA UNIDADE: “Em resposta ao questionamento feito por esta AUDIN quanto ao quesito acima, informamos que foi juntado aos autos do processo, quando da provocação, o comprovante do extrato do DOU, de 29/10/2015.”</p> <p>CONSTATAÇÃO: (003) – Referente ao processo nº 23172.001607/2014-44 Ausência de documentos e formalidades essenciais à validade do instrumento. Diante da verificação deste processo, observaram-se as seguintes ausências:</p> <ol style="list-style-type: none"> Do Plano de Trabalho e do Termo de Referência; Do edital e dos resultados da seleção fase a fase; Da comprovação da publicação no diário oficial; Da assinatura dos termos, em especial do TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA, para que comece a contar o prazo da publicação e o início da vigência do respectivo documento. <p>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA GESTÃO DA UNIDADE: “O plano de trabalho está distribuído no projeto aprovado pela Capes, com código de proposta 192038 (fl.03). As disciplinas ofertadas, bem como o planejamento do estágio obrigatório dos alunos, com os prazos de todas as etapas da proposta. O termo de referência não se aplica ao caso, pois o pacto é realizado entre instituições federais em termo de cooperação técnica. O edital utilizado pelos coordenadores do programa na UFAL, para a abertura de processo seletivo para o Programa de Pós- Graduação em Física foi o mesmo utilizado no processo seletivo do Dinter</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		<p>realizado entre o IFPI e a UFAL (conforme folhas no processo fls.62 a 69). O edital 09/2015 PROPEP/UFAL. A seleção dos alunos foi realizada na UFAL. Os resultados foram enviados por e-mail para esta Pró-reitoria (conforme folha no processo fl.48). Ainda não foi publicado no diário oficial, pois falta o Reitor da UFAL assinar o termo (conforme folha fls.70 a 74). “O termo de execução descentralizada não foi assinado ainda pelo Reitor da Universidade Federal de Alagoas, mas já foi encaminhado o documento para tal com a assinatura do Reitor do Instituto Federal do Piauí.” Somadas às recomendações relativas às impropriedades detectadas, faz-se pertinente sugerir o que segue, recomendações genericamente aplicáveis a todos, conforme o caso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • que os processos objetos desta ação, bem como os demais convênios, termos de cooperação e congêneres que venham a ser firmados pelo IFPI sejam compostos por documentos que comprovem, de forma clara, a execução física de seu objeto, conforme acordado em seus planos de trabalho, possibilitando desta forma maior controle na verificação da prestação de contas dos valores transferidos; • que se proporcione a capacitação no SICONV dos servidores envolvidos nas atividades relacionadas aos convênios, caso haja previsão/possibilidade de celebração de novos convênios com repasse de recurso federal, visando o atendimento da legislação aplicável; • que se atente à correta contabilização dos atos e fatos ligados aos convênios, que na sistemática atual ocorre através da integração existente entre os sistemas SICONV e SIAFI, proporcionando maior transparência aos convênios celebrados, uma vez que estarão disponíveis à consulta através do Portal SICONV na internet. <p>Em face dos exames realizados, bem como da avaliação efetuada no período a que se refere a presente Auditoria, somos de opinião que os controles internos referentes à celebração de convênios e instrumentos congêneres no Instituto Federal do Piauí, especialmente no que se refere à devida preparação, tramitação e atendimento a formalidades exigidas em normativos legais e essenciais à eficácia dos instrumentos celebrados, demonstraram-se ineficientes. Há evidente fragilidade na aplicação de mecanismos de controle eficazes para mitigar, de forma padronizada, as falhas detectadas, comprometendo a utilização dos recursos públicos, bem como os princípios da eficiência, eficácia e efetividade. É fundamental, portanto, que os gestores do convênio entendam como parte de seu trabalho a análise e execução das questões formais do processo e a importância do esmero na organização e adequação dos documentos pertinentes à prestação de contas dos convênios e instrumentos congêneres celebrados pela Instituição. As impropriedades detectadas necessitam, por parte dos gestores, de ações efetivas de melhoria e de acompanhamento da implementação das recomendações e providências, sejam elas preventivas ou corretivas.</p>
008/2015	Avaliação, amostragem, por da	CONSTATAÇÃO (001): Ausência de documentos comprobatórios.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	<p>regularidade dos processos licitatórios</p>	<p>Tendo em vista que o processo referido afigura-se à capacitação específica e dentro da esfera de inovação tecnológica de servidores do IFPI, deve comprovar-se nos autos a inviabilidade de competição ao enquadramento da modalidade direta.</p> <p>No entanto, observou-se a ausência de argumentos para justificar a inexigibilidade de licitação, explicitando a importância da contratação direta com a empresa contratada, já que as especificações do projeto não foram apresentadas à produção do sistema web real proposto, como também não constam os nomes dos servidores contemplados, e, ainda, a definição do período do curso a ser realizado.</p> <p>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA GESTÃO DA UNIDADE: “Quanto à ausência de documentos comprobatórios sobre a inexigibilidade realizada no processo nº 23172.001145-46, quanto aos quesitos solicitados, foram apresentados pelo setor solicitante que os servidores não foram elencados por ainda não definirem a data de realização do curso, cujo esta a empresa somente define após contratação, evitando, assim uma possível interrupção nas ausências programadas dos servidores, quanto às especificações do sistema web proposto estendida a necessidade de obter o conhecimento necessário para desenvolvimento e manutenção ao SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública), que é uma sistema amplamente utilizado pela instituição. Dessa forma, o setor solicitante e o respectivo executor do processo vem a se justificar junto à Auditoria Interna do IFPI.”</p> <p>CONSTATAÇÃO (002): Ausência de justificativa de preços Em análise ao processo citado, observou-se que não ficou demonstrada a justificativa dos preços, que no caso da inexigibilidade, apesar de difícil aplicação, não há razão para isentá-la.</p> <p>Afirma-se ser a justificativa praticável, podendo comprovar a razoabilidade do preço contratado através da comparação com serviços equivalentes em dimensões e complexidade, prestados pelo mesmo profissional ou empresas a outros órgãos e entes públicos, assim feito no Processo nº 23172.000589/2015-64(FI. 44).</p> <p>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA GESTÃO DA UNIDADE: “Quanto à ausência de justificativa de preços, como executor do processo nº 23172.00145/2015-46, venho a reconhecer a falha, tendo assim passado despercebido, não sendo rotineira a devida ocorrência nos trâmites do setor em questão, onde me proponho a conseguir, em caso de necessidade, as devidas comprovações.”</p> <p>CONSTATAÇÃO (003): Ausência de pareceres técnicos ou jurídicos sobre a inexigibilidade.</p> <p>Não foram encontrados nos processos acima enumerados, pareceres técnicos ou jurídicos que justifiquem a inexigibilidade, conforme dispõe o Art. 38, VI da Lei 8.666/93.</p> <p>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA GESTÃO DA UNIDADE: “Quanto à ausência de pareceres técnicos ou jurídicos sobre as inexigibilidades realizadas nos processos nº 23172.001145/2015-46 e 23172.001309/2015-35, justifica-se baseado na Orientação Normativa nº 46, de 26 de fevereiro de 2014”.</p> <p>Ao término dos trabalhos, ressaltamos que as considerações desta AUDIN reportam às questões pontuais ou formais que devem</p>
--	--	--

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		passar desse instrumento para a prática corretiva dos lapsos encontrados. Por fim, a produção deste Relatório visa minimizar falhas formais, como também de controle e fiscalização, a fim de garantir a consecução dos objetos licitados, dentro do Princípio da Legalidade e da Lei de Licitações e Contratos.
--	--	---

Fonte: AUDIN, 2015.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Esta UPC possui em sua estrutura organizacional a unidade de Controladoria Interna, composta pelos seguintes órgãos: Corregedoria Geral, Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), nos termos da Resolução do Conselho Superior nº 58, de 23 de outubro de 2014.

Os processos instaurados na Instituição, nas modalidades de sindicância e processos disciplinares, são executados por comissões designadas para cada finalidade específica. Após o término dos trabalhos pelas comissões, os processos são encaminhados para lançamento no sistema CGU/PAD. A partir de fevereiro de 2015 as funções de Ouvidoria e Corregedoria foram ocupadas e durante o exercício foram executadas as seguintes atividades, conforme Quadro 26.

Quadro 26– ATIVIDADES EXECUTADAS EM 2015

Ordem	Discriminação	Quantidade	%
1	Processo Administrativo Disciplinar	11	15%
2	Sindicância	6	8%
3	Reconhecimento de Dívida	9	12%
4	Nada Consta	9	12%
5	Juízo de Admissibilidade	18	25%
6	Defesa (TCU/CGU/MPF/MFE)	6	8%
7	Treinamento	1	1%
8	Acumulação	3	4%
9	Parecer Técnico	6	8%
10	Demanda Ouvidoria	4	5%
TOTAL		73	100%

Fonte: Controladoria Interna.

Vale ressaltar, que outras atividades foram desempenhadas pelos servidores que fazem a Controladoria Interna, principalmente no monitoramento e acompanhamento das demandas solicitadas, como também no assessoramento e apoio as Comissões de PAD e Sindicância.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

Nada a informar, visto que o setor da Controladoria não encaminhou resposta para anexar neste subitem.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Nesta Seção a UPC apresenta dados relacionados à descrição dos canais de acesso do cidadão, informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão, demonstração de mecanismos de avaliação, mecanismos de transparência e detalhamento de informações relevantes e as medidas adotadas pela unidade com vistas ao cumprimento da acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

4.1 Canais de acesso do cidadão

Esta UPC possui canal de comunicação do cidadão, criado em 2012, Resolução nº 17, 14/5/2012, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), conforme disposição da Lei nº 12.527, de 18/11/2011. O acesso ao SIC está disponível na homepage da instituição, que possui todas as informações possíveis da instituição, e também é acessado pelo e-mail institucional: sic@ifpi.edu.br.

A Diretoria de Comunicação (DIRCOM) do Instituto Federal do Piauí é o setor responsável pelo desenvolvimento de ações e ferramentas de comunicação institucionais construídas sobre três áreas de atuação: a instituição e os servidores, a instituição e a comunidade acadêmica, a instituição e a sociedade.

As redes sociais têm figurado dentre os canais de comunicação utilizados pelas organizações para se relacionarem com seus públicos de interesse, funcionando, assim, como uma “ouvidoria virtual”. Diante desse cenário, o IFPI está presente nas redes sociais Facebook, Twitter, Youtube e Instagram (Figura 1).

Figura 1 – CANAIS DE REDES SOCIAIS DA UPC



Fonte: Diretoria de Comunicação (DIRCOM)

No recebimento das manifestações (reclamações, sugestões, elogios) oriundas da sociedade através dos canais citados, a DIRCOM atua na triagem e encaminhamento para o setor competente na instituição, agindo diversas vezes também no retorno ao cidadão, indicando de como o interessado poderá obter a devida informação. A DIRCOM atua prestando atendimento presencial, por telefone ou internet. Os principais canais utilizados são o Facebook e no Twitter.

O IFPI também possui a Ouvidoria, órgão vinculado à Controladoria Interna, com atendimento presencial na sede da Reitoria, por e-mail: ouvidoria@ifpi.edu.br, ou por telefone (86) 3131-1442.

O site do IFPI traz informações sobre a instituição, sua estrutura, cursos, programas e projetos, informações de interesse dos servidores, estudantes e comunidade, além de notícias com as ações do Instituto e dados sobre “Acesso à Informação”, como mecanismo de transparência de gestão.

4.2 Carta de serviços ao cidadão

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Esta UPC ainda não desenvolveu e implantou a Carta de Serviços ao Cidadão.

4.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Não há mecanismo oficial para mensuração da satisfação dos cidadãos-usuários. No ano de 2015 a DIRCOM não realizou pesquisa de opinião com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do Instituto Federal do Piauí.

Esta UPC ainda não desenvolveu e implantou a Pesquisa de Satisfação junto aos usuários de seus serviços, em relação ao cumprimento de compromissos dos padrões de qualidade fixados na Carta de Serviços ao Cidadão. Porém, segundo dados da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), está UPC, possui uma Comissão Própria de Avaliação do IFPI, cujas finalidades são a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

A PROEN destaca que a proposta de autoavaliação visa contribuir de forma processual e participativa na melhoria e no aperfeiçoamento da qualidade institucional. A avaliação Institucional enquanto instrumento de gestão na instituição educacional é concebida como um poderoso e imprescindível instrumento gerencial e pedagógico que envolve aferição, revisão e construção dos seus serviços. Revela ainda, a adequação e a qualidade do desempenho institucional, com base em critérios, gerando insumos para os processos de tomadas de decisões e implantação de resultados. Participam deste processo, docentes, discentes e técnico-administrativos em educação.

A autoavaliação é um fator fundamental para a garantia da qualidade. Somente através de um rigoroso e contínuo processo de autoavaliação o IFPI poderá responder às demandas que lhe são impostas e exercer a sua missão institucional da qual depende a sua sobrevivência no futuro. Os resultados do relatório de autoavaliação institucional do IFPI estão disponíveis no sítio da instituição no endereço eletrônico:

<http://www5.ifpi.edu.br/attachments/article/6037/RELAT%C3%93RIO%20CPA%20IFPI%202015.pdf>

Além do relatório anual de autoavaliação, a instituição realizou a coleta de dados para enfrentar evasão e retenção escolar, com alunos regulares e alunos evadidos, no endereço eletrônico:

http://www5.ifpi.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6085:ifpi-coleta-dados-para-enfrentar-evasao-e-retencao-escolar

A coleta foi utilizada de forma a subsidiar a elaboração do plano estratégico de combate à evasão escolar e retenção, com o objetivo de coletar informações a fim de produzir um diagnóstico das causas de evasão e retenção. Dados que irão nos orientar na implementação de ações administrativas e pedagógicas que ampliem as possibilidades de permanência e êxito do aluno.

4.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O site da UPC apresenta dados e informações instituídos pela Lei de Acesso à Informação, contribuindo para a transparência da gestão. Os dados estão relacionados a dados institucionais, ações e programas, auditorias, convênios, despesas, licitações e contratos servidores e outros. Também é disponibilizado o Boletim de Serviço Eletrônico e as resoluções expedidas pelo Conselho Superior.

Segundo a Controladoria Interna, o IFPI possui um local de atendimento presencial na sede da reitoria para o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e também por meio de plataforma eletrônica no e-SIC, disponível em: <http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/>, cujo banner está disponível no site da instituição. As demandas do exercício de 2015 estão descritas no Quadro 27.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 27- DEMANDAS NO E-SIC NO EXERCÍCIO DE 2015

Demanda	Quantidade	Resolvida	Não Resolvida
Concursos e vagas	27	27	0
Ensino	5	4	1
Contratos e gastos	4	3	1
Servidores	1	1	0
Estrutura e Processos	9	7	2
TOTAL	46	42	4

Fonte: Controladoria Interna, 2015.

Outro recurso disponibilizado é o Boletim de Notícias Eletrônico (*Newsletter*), que é enviado semanalmente, por e-mail, aos nossos servidores, aposentados, além de outros Institutos participantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR950), a Acessibilidade é definida como a condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em nossa UPC há o reconhecimento de uma necessidade de diagnóstico e a devida adequação gradual da infraestrutura do Campus relativa à acessibilidade, com inclusão de espaços de acessibilidade em diversos pontos, principalmente às decorrentes de recomendações de auditorias da CGU. Diante desta realidade, o Departamento de Engenharia da Reitoria está realizando um estudo e revisão da infraestrutura dos 22 prédios, com o diagnóstico sobre acessibilidade e prevenção e combate a incêndios, bem como a adequação de projetos arquitetônicos da instituição.

Na nova sede da reitoria, a infraestrutura possui:

- a) Rampas;
- b) Espaços livres de obstáculos e barreiras;
- c) Elevadores de acesso;
- d) Banheiros adaptados;
- e) Guias táteis para deficientes visuais nos corredores;
- f) Vaga de estacionamento reservadas a pessoas com necessidades especiais.

O IFPI procura desempenhar ações promovendo reflexões sobre a educação e profissionalização de pessoas com deficiência, visando à remoção de barreiras que impedem a acessibilidade em suas várias dimensões além da arquitetônica, pedagógica, propondo ações que favoreçam à permanência de alunos com necessidades especiais no IFPI e a formação da comunidade acadêmica para a inclusão; tecnológico, estimulando a realização de pesquisas e ações em tecnologias assistivas para o desenvolvimento de equipamentos, serviços e estratégias que permitam a acessibilidade ao conhecimento com autonomia; e linguístico, garantindo às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Nesta Seção a UPC apresenta dados relacionados ao desempenho financeiros no exercício e demais itens, relacionados ao tratamento contábil da depreciação, amortização, exaustão, avaliação e mensuração de ativos e passivos, e as demonstrações contábeis.

5.1 Desempenho financeiro no exercício

No exercício de 2015, a UPC recebeu de ingressos no valor de R\$ 380.187.079,53 (trezentos e oitenta milhões, cento e oitenta e sete mil, setenta e nove reais e cinquenta e três centavos), enquanto em 2014 foi de R\$ 567.099.157,54 (quinhentos e sessenta e sete milhões, noventa e nove mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). A movimentação a maior em 2014 foi devido a realização de um concurso público.

Quanto aos dispêndios, em 2015 a UPC efetuou pagamentos e incorreu em obrigações, conforme demonstrativo no balanço financeiro do Anexo 1.

A gestão financeira da UPC encontrou dificuldades para realizar os pagamentos devidos, motivados pelos repasses realizados pela setorial, com valores insuficientes para honrar compromissos assumidos no exercício. Também ocorreu contingenciamento, por motivo de dificuldade de arrecadação da receita da União.

5.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A UPC ainda não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10. Justificamos por meio deste, que o sistema utilizado pelo IFPI, o sistema SUAP, não está adaptado para realizar depreciação, amortização e exaustão de bens de forma fidedigna. A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) está trabalhando para que o sistema seja adaptado às normas legais.

5.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, visto que a UPC não implantou um estudo sobre o Sistema de Custos.

5.4 Demonstrações contábeis exigidas pela lei 4.320/64 e notas explicativas

A UPC apresenta as demonstrações contábeis exigidas pela lei nº 4.320/64, conforme anexos:

- a) Balanço financeiro (Anexo 1);
- b) Balanço orçamentário (Anexo 2);
- c) Balanço patrimonial (Anexo 3);
- d) Demonstrações dos fluxos de caixa (Anexo 4);
- e) Demonstrações das variações patrimoniais (Anexo 5).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Nesta Seção a UPC apresenta dados relacionados a áreas especiais de gestão e demais itens, relacionada gestão de pessoas, gestão de patrimônio e da infraestrutura, gestão da tecnologia da informação, gestão ambiental e sustentabilidade.

6.1 Gestão de pessoas

Este item destaca informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UPC, que será subdividido em cinco subitens, conforme descrição a seguir.

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

A força de trabalho do IFPI é composta por servidores da carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (Lei nº 11.091/20015) e Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Lei nº 12.772/2012), bem como de Professores Substitutos (Lei nº 8.745/1993), conforme descrição no Quadro 28.

Quadro 28– FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5	1944	173	81
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5	1944	173	81
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão		1939	171	80
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	3	3	2	1
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		93	82	57
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4.Total de Servidores (1+2+3)	5	2037	255	138

Fonte: DIGEP, referente dados de 31/12/2015.

A distribuição da força de trabalho é feita de maneira uniforme e proporcional em todos os *Campi* do IFPI, à medida que forem distribuídos novos códigos de vaga do Ministério da Educação.

Os servidores temporários são professores substitutos contratados para suprir as necessidades dos *Campi* tendo em vista os diversos afastamentos dos professores efetivos, em conformidade com a Lei nº 8.745/1993.

A distribuição da lotação efetiva do IFPI está descrita no Quadro 29

Periodicamente é avaliado, juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino, a demanda de nomeação de novos professores, segue a conformidade com o aumento de novas turmas, aumento de alunos bem como criação de novos cursos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 29– DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1056	888
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1051	888
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	3	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	93
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	1056	981

Fonte: DIGEP, referente dados de 31/12/2015.

O detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do IFPI, segue a descrição do Quadro 30.

Quadro 30– DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	107	106	19	12
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	105	104	19	12
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	451	374	148	89
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	451	374	148	89
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	558	480	167	101

Fonte: DIGEP, referente dados de 31/12/2015.

A qualificação da força de trabalho no ano de 2015 foi feita em conformidade com o Plano Anual de Capacitação. Os cursos propostos foram analisados de acordo com os interesses institucionais e ambiente organizacional em que o servidor estava localizado, levando em conta o fator motivacional para o servidor.

Em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação foram incentivados e facilitados cursos de especialização, mestrado e doutorado. Tem-se o cuidado de analisar quanto

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

tempo o servidor falta para completar os requisitos no momento de concessão de afastamento integral para capacitação.

Além dos cursos oferecidos internamente no IFPI, o *Campus* verificava a necessidade de capacitação dos servidores e faziam a proposta de capacitação seja externamente ou internamente, sob a Coordenação da Diretoria de Gestão de Pessoas.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

As despesas com pessoal são direcionadas e controladas de acordo com a disponibilidade orçamentária deste IFPI.

A descrição das despesas de pessoal no exercício 2015 estão descritas no Quadro 31.

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Quanto às ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) informa que, quando os servidores ingressam neste IFPI, são exigidas declaração e comprovação quanto à acumulação ou não de emprego ou função pública.

Periodicamente é feito pela CGU cruzamento de dados da RAIS entre órgãos diversos e este IFPI. Se constatado acumulação os servidores são notificados e convocados a apresentarem comprovação de não acumulação e/ou justificativa. Sendo comprovadas irregularidades, estas são encaminhadas para a Controladoria deste IFPI para análise e posterior abertura de Processo Administrativo Disciplinar, se necessário.

Como proposta de mecanismo de controle será feito recadastramento anual onde os servidores deverão assinar declaração quanto à acumulação ou não de cargo público. Quanto à terceirização de cargos, não há nenhum servidor/funcionário terceirizado, trabalhando neste IFPI, contratado através desta Diretoria de Gestão de Pessoas.

Os riscos identificados não afetam o bom funcionamento da instituição. Os servidores Técnico-Administrativos em Educação dos Níveis de Classificação C e D, cuja formação é de carreira especializada procuram sempre melhores empregos e terminam afastando-se deste Instituto.

Quanto aos indicadores gerenciais usados para tomadas de decisões são extraídos do extrator de dados e do dw (Datawarehouse), que são mecanismos de extração de dados do SIAPE, bem como o desempenho de cada *Campus* em nível de funcionamento do ensino.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 31– DESPESAS COM PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2015	88.735.484,30	5.261.718,36	12.414.767,47	7.414.829,49	8.737.619,28	3.185.984,94		213.102,98	125.963.506,82
	2014	67.584.786,30	4.528.310,15	9.480.284,70	4.437.847,80	7.080.845,44	2.703.882,37		108.008,20	95.923.964,96
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2015									0,00
	2014									0,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2015									0,00
	2014									0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2015									0,00
	2014									0,00
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2015	458.134,10	0,00	65.348,23	32.968,10	32.451,00	9.488,51		4.795,31	603.185,25
	2014	387.191,41	0,00	63.691,67	10.791,25	23.872,00	18.765,33		0,00	504.311,66
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2015	3.062.303,92	0,00	202.525,43	82.711,05	426.648,08	0,00		0,00	3.691.477,43
	2014	2.629.012,31	0,00	145.317,66	60.058,94	376.956,90	0,00		0,00	3.211.345,81

Fonte: DIGEP, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Neste subitem a UPC retrata as informações sobre a terceirização de mão de obra, referentes a contratos de prestação de serviços e sobre a locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão. O IFPI possui os seguintes objetos dos contratos:

- a) Agenciamento de estágio;
- b) Agente de portaria;
- c) Ascensorista;
- d) Condução de veículos;
- e) Copeiragem;
- f) Cozinha;
- g) Higiene;
- h) Limpeza;
- i) Manutenção predial;
- j) Recepcionista;
- k) Reprografia;
- l) Vigilância.

Os dados estão discriminados por Unidade Gestora (UG), nos quadros a seguir:

- a) Reitoria;
- b) Reitoria/Unidades sem UG, que ficam sob responsabilidade da Reitoria;
- c) Angical;
- d) Campo Maior;
- e) Cocal;
- f) Corrente;
- g) Floriano;
- h) Oeiras;
- i) Parnaíba;
- j) Paulistana;
- k) Pedro II;
- l) Picos;
- m) Piripiri;
- n) São João do Piauí;
- o) São Raimundo Nonato;
- p) Teresina Central;
- q) Teresina Zona Sul;
- r) Uruçuí;
- s) Valença do Piauí.

Informamos que não há terceirização de cargos em atividades inerentes às categorias funcionais do plano de cargos da UPC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 32– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – REITORIA						
UG/Gestão: 158146/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço vigilância armada	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço de limpeza	13.230.124/0001-05	23/11/2015	22/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço copeiragem	07.488.933/0001-19	13/11/2015	12/11/2016	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	A
2015	Serviço condução veículos	13.362.720/0001-49	01/06/2015	28/11/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2015	Serviço condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço manutenção predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de copeiragem	13.362.720/0001-49	12/05/2015	08/11/2015	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	E
2014	Serviço de limpeza	16.980.316/0001-27	22/09/2014	21/09/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2014	Agenciamento de estagiário	18.110.285/0001-89	22/09/2014	21/09/2016	NÍVEL MÉDIO	P
2014	Serviço de copeiragem	13.362.720/0001-49	13/11/2014	12/05/2015	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	E
2014	Serviço condução de veículos	13.362.720/0001-49	01/12/2014	29/05/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Serviço de vigilância	05.522.602/0001-22	08/04/2010	19/10/2015	ENSINO MÉDIO	E
2010	Condução de veículos	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/08/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 33– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG REITORIA /UNID. SEM UG

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – REITORIA						
UG/Gestão: 158146/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço de Condução de Veículos – Dirceu	13.362.720/0001- 49	01/06/2015	28/11/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2014	Serviço de Condução de Veículos – Dirceu	13.362.720/0001- 49	01/12/2014	29/05/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2013	Serviço de Limpeza e Conservação – Dirceu	10.820.620/0001-20	23/09/2013	22/09/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2013	Serviço de Vigilância Armada – Dirceu	14.585.324/0001-43	23/09/2013	22/09/2016	ENSINO MÉDIO	P
2015	Vigilância armada – Pio IX	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Limpeza e conservação – Pio IX	13.230.124/0001-05	20/10/2015	19/10/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Limpeza e conservação – Pio IX	12.193.181/0001-07	17/04/2015	14/10/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2015	Vigilância armada – Pio IX	05.522.602/0001-22	03/08/2015	19/10/2015	ENSINO MÉDIO	E
2014	Vigilância armada – Pio IX	05.522.602/0001-22	29/12/2014	28/06/2015	ENSINO MÉDIO	E
2014	Limpeza e conservação – Pio IX	16.980.316/0001-27	22/12/2014	21/06/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2015	Serviço de Vigilância – José de Freitas	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço de Vigilância – José de Freitas	05.522.602/0001-22	03/08/2015	05/10/2015	ENSINO MÉDIO	E
2015	Serviço de Limpeza – José de Freitas	13.230.124/0001-05	20/10/2015	19/10/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de Limpeza – José de Freitas	12.193.181/0001-07	17/04/2015	14/10/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2014	Serviço de Vigilância – José de Freitas	05.522.602/0001-22	29/12/2014	28/06/2015	ENSINO MÉDIO	E
2014	Serviço de Limpeza – José de Freitas	16.980.316/0001-27	22/12/2014	21/06/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 34– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG ANGICAL

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS ANGICAL						
UG/Gestão: 158358/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Serviço de vigilância	05.522.602/0001-22	08/04/2010	05/10/2015	ENSINO MÉDIO COMPLETO	E
2015	Serviço de vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2016	ENSINO MÉDIO COMPLETO	A
2014	Serviço de limpeza	23.434.608/0001-20	17/01/2014	16/01/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2012	Serviço de reprografia	07.507.989/0001-73	22/05/2012	21/05/2016	ENSINO MÉDIO	P
2010	Serviço de manutenção predial	06.234.467/0001-82	02/08/2010	31/12/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Serviço de condução de veículos	06.234.467/0001-82	01/09/2010	29/01/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2011	Serviço de cozinha	06.234.467/0001-82	20/06/2011	31/12/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 35– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG CAMPO MAIOR

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS CAMPO MAIOR						
UG/Gestão: 155207/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço de cozinha	07.488.933/0001-19	17/11/2015	16/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de manutenção predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2014	Serviço de vigilância	10.806.496/0001-49	02/05/2014	01/05/2016	ENSINO MÉDIO	P
2014	Serviço de limpeza	07.441.614/0001-58	02/05/2014	01/05/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2014	Serviço de condução de veículos	13.362.720/0001-49	01/12/2014	29/05/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 36– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG COCAL

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI – CAMPUS COCAL						
UG/Gestão: 155214/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Serviço de condução de veículos	13.362.720/0001-49	01/12/2014	30/05/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2014	Serviço de limpeza	07441614/0001-58	02/05/2014	01/05/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2014	Serviço de vigilância	14585324/0001-43	02/05/2014	01/05/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2015	Serviço de cozinha	11.895.759/0001-04	17/11/2015	16/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de manutenção predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 37– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG CORRENTE

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS CORRENTE						
UG/Gestão: 158362/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Serviço de Cozinha	06.234.467/0001-82	20/06/2011	31/12/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Serviço de Vigilância	05.522.602/0001-22	08/04/2010	05/10/2015	ENSINO MÉDIO	E
2010	Serviço de Limpeza	12.193.181/0001-07	01/07/2010	31/12/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Serviço de Manutenção Predial	06.234.467/0001-82	02/08/2010	31/12/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Serviço de Condução de Veículos	06.234.467/0001-82	15/09/2010	31/01/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2015	Serviço de Vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço de Limpeza	13.230.124/0001-05	04/01/2016	03/01/2017	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de Cozinha	07.488.933/0001-19	04/01/2016	03/01/2017	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de condução de veículos	09.019.150/0001-11	01/02/2016	31/01/2017	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de Manutenção Predial	04.118.319/0001-77	04/01/2016	03/01/2017	FUNDAMENTAL COMPLETO	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 38– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG FLORIANO

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS FLORIANO						
UG/Gestão: 158355/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço de Limpeza	12.193.181/0001-07	23/06/2015	19/12/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2015	Serviço de Limpeza	13.230.124/0001-05	21/12/2015	2012/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de Reprografia	07.226.160/0001-00	14/05/2015	10/11/2015	ENSINO MÉDIO	E
2015	Serviço de Reprografia	07.226.160/0001-00	23/11/2015	20/05/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço de Vigilância	14.151.949/0001-05	18/11/2015	17/11/2016	ENSINO MÉDIO	A
2014	Serviço de Limpeza	05.695.725/0001-65	23/06/2014	22/06/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2014	Serviço de Reprografia	07.226.160/0001-00	05/08/2014	04/02/2015	ENSINO MÉDIO	E
2013	Serviço de Cozinha	13.362.720/0001-49	02/05/2013	01/05/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2010	Serviço de Manutenção Predial	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/08/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2010	Serviço de Condução de Veículos	06.234.467/0001-82	02/08/2010	31/01/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Serviço de Vigilância	05.522.602/0001-22	18/11/2010	17/11/2015	ENSINO MÉDIO	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 39– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG OEIRAS

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS OEIRAS						
UG/Gestão: 154701/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Serviço de Limpeza	10.820.620/0001-20	23/09/2015	22/09/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2013	Serviço de Vigilância	01.668.768/0001-09	09/09/2013	08/09/2015	ENSINO MÉDIO	E
2014	Serviço de condução de veículos	13.362.720/0001-49	01/12/2014	30/05/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2015	Serviço de Vigilância	08.644.690/0001-23	09/09/2015	04/03/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço de condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de Manutenção Predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 40- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PARNAÍBA

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PARNAÍBA						
UG/Gestão: 158357/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serviço de Vigilância	10.674.819/0001-98	07/07/2012	06/07/2015	ENSINO MÉDIO	P
2014	Serviço de Limpeza	12.193.181/0001-07	14/03/2014	13/03/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2010	Serviço de Reprografia	03.471.748/0001-60	31/07/2010	02/08/2015	ENSINO MÉDIO	E
2010	Serviço de Manutenção Predial	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/08/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2014	Serviço de Cozinha	07.194.788/0001-63	21/01/2014	20/01/2017	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2014	Serviço de condução de veículos	09.019.150/0001-11	21/01/2014	20/01/2017	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2015	Serviço de Manutenção Predial 1	15.150.504/0001-65	03/08/2015	02/08/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de Manutenção Predial 2	15.729.834/0001-00	03/08/2015	02/08/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de Reprografia	05.391.161/0001-77	16/09/2015	14/03/2016	ENSINO MÉDIO	A

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 41– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PAULISTANA

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PAULISTANA						
UG/Gestão: 158359/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2016	ENSINO MÉDIO	A
2010	Serviço de manutenção predial	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/02/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2010	Serviço de vigilância	05.522.602/0001-22	03/08/2010	19/10/2015	ENSINO MÉDIO	E
2010	Serviço de condução de veículos	06.234.467/0001-82	15/09/2010	29/01/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Serviço de limpeza	12.193.181/0001-07	03/08/2010	02/02/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 42– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PEDRO II

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PEDRO II						
UG/Gestão: 154705/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço cozinha	07.488.933/0001-19	17/11/2015	16/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço manutenção predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço vigilância armada	08.644.690/0001-23	09/09/2015	04/03/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço de vigilância armada	08.644.690/0001-23	09/09/2015	04/03/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço de condução de veículos	13.362.720/0001-49	01/06/2015	28/11/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2014	Serviço de condução de veículos	13.362.720/0001-49	01/12/2014	29/05/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2013	Serviço de limpeza	10.820.620/0001-20	23/09/2013	22/09/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2013	Serviço de vigilância	01.668.768/0001-09	09/09/2013	08/09/2015	ENSINO MÉDIO	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 43– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PICOS

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PICOS						
UG/Gestão: 158356/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Vigilância armada	08.644.690/0001-23	07/10/2015	06/10/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço de limpeza e conservação	10.820.620/0001-20	07/10/2015	06/10/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço manutenção predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço condução veículos	13.362.720/0001-49	21/10/2015	18/04/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de cozinha	10.820.620/0001-20	20/10/2015	16/04/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2013	Serviço de cozinha	05.695.725/0001-65	09/09/2013	08/09/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2012	Vigilância armada	10.674.819/0001-98	07/07/2012	06/10/2015	ENSINO MÉDIO	E
2012	Limpeza e conservação	10.820.620/0001-20	07/07/2012	06/10/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2012	Reprografia	07.507.989/0001-73	18/10/2012	17/10/2016	ENSINO MÉDIO	P
2010	Condução de veículos	06.855.175/0001-67	12/07/2012	11/07/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Manutenção predial	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/08/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria.

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 44– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG PIRIPIRI

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PIRIPIRI						
UG/Gestão: 158360/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço de vigilância	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2016	ENSINO MÉDIO	A
2013	Serviço reprografia	07.507.989/0001-73	01/08/2013	31/07/2016	ENSINO MÉDIO	P
2011	Serviço cozinha	06.234.467/0001-82	20/06/2011	31/12/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Vigilância armada	05.522.602/0001-22	08/04/2010	19/10/2015	ENSINO MÉDIO	E
2010	Limpeza e conservação	12.193.181/0001-07	01/07/2010	30/12/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Manutenção predial	06.234.467/0001-82	03/08/2015	03/02/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2010	Condução veículos	06.855.175/0001-67	15/09/2010	15/03/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 45– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ						
UG/Gestão: 154704/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço condução veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de vigilância armada	08.644.690/0001-23	09/09/2015	04/03/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço de condução de veículos	13.362.720/0001-49	01/06/2015	28/11/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2014	Serviço de condução de veículos	13.362.720/0001-49	01/12/2014	29/05/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2013	Serviço de limpeza e conservação	10.820.620/0001-20	23/09/2013	22/09/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2013	Serviço de vigilância armada	01.668.768/0001-09	09/09/2013	08/09/2015	ENSINO MÉDIO	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 46– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG SÃO RAIMUNDO NONATO

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO						
UG/Gestão: 158361/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço de vigilância	14.151.949/0001-05	23/10/2015	22/10/2016	ENSINO MÉDIO	A
2011	Serviço de cozinha	06.234.467/0001-82	20/06/2011	31/12/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Serviço de vigilância	05.522.602/0001-22	08/04/2010	21/10/2015	ENSINO MÉDIO	E
2010	Serviço de limpeza e conservação	12.193.181/0001-07	01/07/2010	31/12/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Serviço manutenção predial	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/08/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2010	Serviço de condução de veículos	06.855.175/0001-67	15/09/2010	14/09/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 47- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG TERESINA-CENTRAL

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS TERESINA CENTRAL						
UG/Gestão: 158353/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço de Limpeza	11.794.559/0001-57	30/07/2015	29/07/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de Ascensorista	05.365.957/0001-55	01/12/2015	30/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de Recepcionista	10.820.620/0001-20	01/12/2015	30/11/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço de Agente de Portaria	11.794.559/0001-57	01/12/2015	30/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de condução de Veículos	08.611.082/0001-12	01/12/2015	30/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de Cozinha	10.013.974/0001-63	09/10/2015	08/04/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2014	Serviço de Cozinha	05.695.725/0001-65	29/04/2014	28/04/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2014	Serviço de Manutenção Predial	06.234.467/0001-82	17/06/2014	16/06/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2011	Serviço de Vigilância	10.674.819/0001-98	01/07/2011	30/06/2016	ENSINO MÉDIO	P
2010	Serviço de Ascensorista	02.685.728/0001-20	20/09/2010	19/09/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Serviço de Reprografia	07.507.989/0001-73	13/12/2010	13/12/2015	ENSINO MÉDIO	E
2010	Serviço de condução de Veículos	06.855.175/0001-67	15/06/2010	14/06/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Serviço de Limpeza	12.193.181/0001-07	30/07/2010	29/07/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 48– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG TERESINA ZONA SUL

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS TERESINA ZONA SUL						
UG/Gestão: 158354/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço de Manutenção Predial	10.013.974/0001-63	02/02/2015	01/02/2017	ENSINO MÉDIO	P
2015	Serviço de Condução de veículos	13.362.720/0001-49	16/03/2015	15/03/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2014	Serviço de Reprografia	08.353.461/0001-50	04/08/2014	03/08/2016	ENSINO MÉDIO	P
2014	Serviço de Cozinha	06.234.467/0001-82	25/09/2014	24/09/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2013	Serviço de Vigilância	05.522.602/0001-22	10/12/2013	09/12/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2013	Serviço de Limpeza	12.193.181/0001-07	22/11/2013	21/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2010	Serviço de Manutenção Predial	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/02/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Serviço de Condução de veículos	06.855.175/0001-67	02/08/2010	13/03/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 49– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG URUÇUI

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS URUÇUI						
UG/Gestão: 158363/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Vigilância armada	05.522.602/0001-22	06/10/2015	05/10/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço de limpeza	13.230.124/0001-05	20/10/2015	19/10/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de condução de veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço manutenção predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de limpeza	12.193.181/0001-07	09/04/2015	05/10/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2015	Serviço de condução de veículos	06.234.467/0001-82	13/05/2015	09/11/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2015	Serviço de manutenção predial	06.234.467/0001-82	15/05/2015	11/11/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2015	Serviço de cozinha	12.193.181/0001-07	03/11/2015	01/05/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2014	Serviço de limpeza	12.193.181/0001-07	07/10/2014	06/03/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2014	Serviço de manutenção predial	06.234.467/0001-82	21/11/2014	20/05/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2014	Serviço condução de veículos	06.234.467/0001-82	21/11/2014	20/05/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2013	Serviço de cozinha	05.695.725/0001-65	21/10/2013	20/10/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2010	Vigilância armada	05.522.602/0001-22	08/04/2010	07/04/2016	ENSINO MÉDIO	P

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 50– CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE – UG VALENÇA

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS VALENÇA						
UG/Gestão: 155199/26431						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2015	Serviço de vigilância armada	05.522.602/0001-22	16/09/2015	15/09/2016	ENSINO MÉDIO	A
2015	Serviço condução veículos	11.895.759/0001-04	30/11/2015	29/11/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço manutenção predial	04.118.319/0001-77	10/12/2015	09/12/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	A
2015	Serviço de condução de veículos	13.362.720/0001-49	01/06/2015	28/11/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E
2014	Serviço de vigilância armada	14.093.210/0001-86	08/04/2014	16/09/2015	ENSINO MÉDIO	E
2014	Serviço de limpeza	07.441.614/0001-58	02/05/2014	01/05/2016	FUNDAMENTAL COMPLETO	P
2014	Serviço de condução de veículos	13.362.720/0001-49	01/12/2014	29/05/2015	FUNDAMENTAL COMPLETO	E

Fonte: Departamento de Administração da Reitoria

Legenda:

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quanto à contratação de estagiários, a UPC efetivou o Contrato N.º 022/2014, por meio da contratação de uma Agência de integração, respeitando o que consta no Artigo 5.º, da Lei N.º 11.788/2008.

Nos primeiros meses de contrato (outubro, novembro e dezembro de 2015), houve, por parte da Agência, uma prospecção e consequente cadastro de alunos candidatos às vagas para estágio neste Instituto Federal. Concomitante a esta etapa, o IFPI, baseado na Orientação Normativa N.º 07/2008, que estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e baseado nos dados disponibilizados pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), o quantitativo de vagas foi totalizado em 361, contando vagas para estagiários de nível médio, de nível superior, e vagas destinadas aos portadores de necessidades específicas (10%).

Desta forma, no início do ano de 2015, assim ficou distribuída a quantidade de vagas, conforme demonstrativo a seguir.

Quadro 51– QUANTIDADE DE ESTAGIÁRIOS A SEREM CONTRATADOS (TOTAL: 361)

Campus	Estagiários de nível superior	Estagiários de nível médio	PNEs (10% do total)		Total de estagiários
			ENS	ENM	
REITORIA	17	11	04	---	32
ANGICAL	12	04	02	---	18
CORRENTE	11	04	01	01	17
FLORIANO	19	06	03	00	28
PARNAÍBA	14	05	02	01	22
PAULISTANA	11	05	02	---	18
PICOS	16	05	02	01	24
PIRIPIRI	12	04	00	02	18
SÃO RAIMUNDO NONATO	11	04	02	---	17
TERESINA CENTRAL	68	19	10	---	97
TERESINA ZONA SUL	23	07	04	---	34
URUÇUÍ	12	05	01	01	19
PEDRO II	03	02	01	---	06
OEIRAS	02	02	00	01	05
SÃO JOÃO DO PIAUÍ	03	02	01	00	06
TOTAL	234	85	35	07	361
			42		

Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX.

A política de contratação de estagiários se baseia nas cláusulas contratuais e nos acordos de cooperações firmados entre o IFPI e a Agência contratada, e nos acordos desta com as demais Instituições de Ensino. Todos os setores solicitantes foram comunicados da obrigação de atenderem os ditames de Lei supracitada e da atual Orientação Normativa N.º 04/2014, como: correlação da área de formação do estagiário com as atividades inerentes do setor; verificação na Instituição de Ensino de origem do estagiário se há algum impedimento legal, regimental ou administrativo; e verificação das formações dos supervisores de estágio, obedecendo ao Art. 9.º, inciso III, da Lei supracitada. Periodicamente é realizada uma verificação amostral com vistas a sanar irregularidades.

No quadro a seguir consta as despesas com as contratações desde janeiro de 2015, mês que se

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

iniciaram as atividades dos estagiários, até dezembro de 2015.

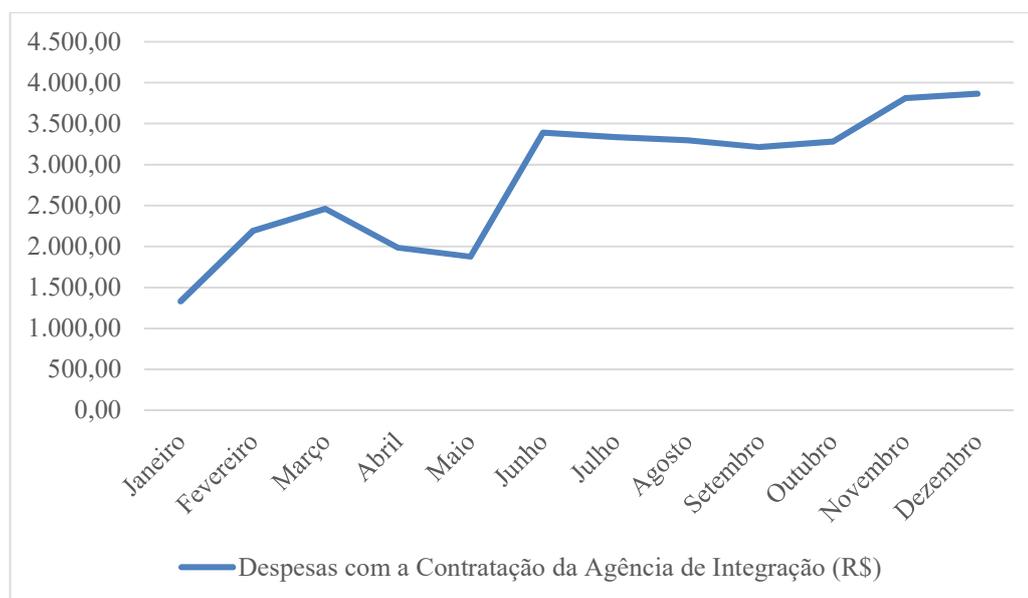
Quadro 52– DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DA AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO NO ANO DE 2015

Janeiro/2015	Fevereiro/2015	Março/2015	Abril/2015	Mai/2015	Junho/2015
R\$ 1.334,27	R\$ 2.192,09	R\$ 2.464,54	R\$ 1.987,87	R\$ 1.878,99	R\$ 3.390,56
Julho/2015	Agosto/2015	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015
R\$ 3.336,09	R\$ 3.295,23	3.213,54	R\$ 3.281,62	R\$ 3.812,74	R\$ 3.867,26
TOTAL					R\$ 34.054,80
*Valor do seguro, da camiseta e crachás agregados. Valores das taxas de administração: para cada estagiário de nível superior: R\$ 13,62; e para cada estagiário de nível médio: R\$ 13,61.					

Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX.

A evolução das despesas em 2015 é retratada na Figura 2. Vale ressaltar que no decorrer do ano, ocorreu a movimentação de rescisões e consequentes substituições, por meio novas seleções.

Figura 2– EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DA AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EM 2015



Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX.

A evolução do quantitativo de estagiários está descrita no, com a evolução respectiva na Figura 3.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

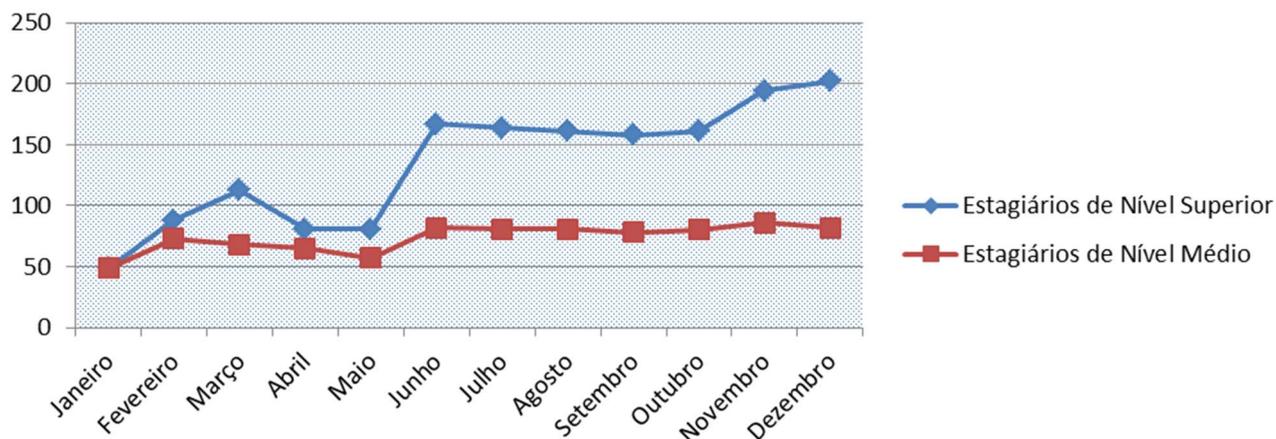
Quadro 53– EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE ESTAGIÁRIO (ANO: 2015)

Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho	
ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM
49	49	88	73	113	68	81	65	81	57	167	82
98		161		181		146		138		249	
Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM	ENS	ENM
164	81	161	81	158	78	161	80	194	86	202	82
245		242		236		241		280		284	

*Legenda: ENS – Estagiários de Nível Superior; ENM – Estagiários de Nível Médio.

Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX.

Figura 3– EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE ESTAGIÁRIOS NO ANO DE 2015



Fonte: Diretoria de Extensão Tecnológica e Comunitária/PROEX.

6.1.5 Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A UPC participou do Edital CONIF/AI nº 01/2014 – CHAMADA PÚBLICA PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE PESQUISADORES FRANCESES, cujo objetivo foi identificar as instituições da rede federal interessadas e aptas a receber pesquisadores franceses em seus *campi*, mediante apresentação de proposta de plano de trabalho, corroborada pelo objetivo do CONIF de fomentar a integração, o fortalecimento e a consolidação do processo de internacionalização das instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica.

O resultado final da chamada pública para adesão ao Programa de Pesquisadores Franceses CONIF/AI Nº 01/2015, foi divulgado em 19 de dezembro de 2014, tendo como aprovada Leila Khemiri, com pagamento de bolsa/auxílio, rubrica 339018-01, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com vigência para o período de 01/09/2015 a 31/05/2016.

Os pesquisadores aprovados são estudantes de pós-graduação em letras, em Universidades Francesas, e foram selecionados pela Embaixada da França para desenvolver pesquisas conjuntas, formação de professores, intercâmbio de experiências pedagógicas, comparações metodológicas e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

intercâmbios de boas práticas em Instituições da Rede Federal. O valor da bolsa/auxílio financeiro é destinado a custear as despesas de moradia, transporte e alimentação. Por não dispor de alojamento, na cidade de Teresina, o IFPI assumiu o compromisso de pagar à pesquisadora 9 (nove) bolsas na moeda nacional, ou seja, real, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme estipulado no edital. Com relação a efeitos da variação cambial no fluxo financeiro da instituição anfitriã, convém ressaltar que as bolsas estão sendo pagas em Reais, portanto, tais efeitos podem ser considerados inexistentes.

O IFPI designou o servidor Coordenador para receber e acompanhar a pesquisadora nos órgãos oficiais para regularização da documentação e abertura de conta.

Esta iniciativa de estabelecer uma parceria entre o IFPI e a Embaixada da França fundamenta-se em alguns fatores, como:

- a) a importância da referida parceria para o intercâmbio de conhecimentos e experiências na área da Educação;
- b) o êxito de ações anteriores implementadas entre instituições da Rede Federal e liceus franceses na construção de uma rede franco-brasileira de educação profissional;
- c) a avaliação positiva das edições anteriores do programa de estagiários da Embaixada da França;
- d) a relevância do fomento e incentivo de ações de cooperação que fortaleçam o ensino de idiomas e o intercâmbio cultural entre diferentes comunidades.

O IFPI busca promover a fluência na língua francesa aos docentes, discentes e técnico-administrativos, habilitando-os para exames de certificação internacional no idioma e a participação de programas internacionais de mobilidade acadêmica, como Programa Ciências sem Fronteiras, bem como a qualificação para o mercado de trabalho.

Como o programa está em vigência até maio/2016, a avaliação parcial do programa nos quatro meses de execução (setembro a dezembro/2015), realizada pela Diretoria de Relações Internacionais é de que a atuação da pesquisadora selecionada tem sido bastante satisfatória para o desenvolvimento e a promoção do ensino da língua francesa no IFPI. Como não havia essa oferta anteriormente, tivemos um pouco de dificuldade em atrair estudantes e servidores para as aulas já que a maioria busca por cursos em língua inglesa. Mesmo assim, conseguimos formar cinco turmas, sendo que uma delas concluída e as outras quatro com previsão de término para maio/2016.

Em 2015, as atividades desempenhadas pela pesquisadora totalizaram uma carga horária de 12 horas semanais e foram todas de ensino de Língua Francesa como Língua Estrangeira. As atividades são exercidas em sala de aula, de segunda a quinta-feira, e às sextas, as atividades são externas, conforme listadas abaixo:

- Francês na Reitoria (75h) – para servidores da Reitoria, horário: segundas e quartas, das 17h às 18h:30min (10 alunos servidores);
- Francês Profissional (75h) – vagas abertas para estudantes de áreas técnicas, no Campus Teresina-Central, horário: terças e quintas, de 16h:30min às 18h (20 alunos entre estudantes e servidores);
- Francês Geral (75h) – vagas abertas para alunos de cursos diversos das áreas de Humanas, Secretariado, Licenciatura, etc, no Campus Teresina-Central, horário: segundas e quartas, das 14h às 15h:30min. (20 alunos entre estudantes e servidores);
- Francês para Gastronomia – Turma 1 (45h) para o Campus Teresina-Central, horário: terças e quintas, das 13h às 14h30min (20 alunos entre estudantes e servidores);
- Francês para Gastronomia – Turma 2 (45h) no Campus Teresina-Central, horário: terças e quintas, das 13h às 14h:30min. (15 alunos entre estudantes e servidores).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Além das turmas específicas, a professora criou também um grupo de conversação, cujos encontros são semanais e abertos a todos os alunos que queiram participar. Os encontros acontecem no Parque Potycabana, às sextas-feiras, às 18h.

6.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Neste item a UPC retrata as informações sobre a gestão da frota, políticas de destinação de veículos inservíveis, gestão do patrimônio imobiliário, cessão de espaços, locação de terceiros e principais obras realizadas no exercício.

6.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

As informações a seguir são descritas pelo Departamento de Logística e Manutenção.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Embora no âmbito interno do IFPI não tenha sido constituída norma própria, as atividades e operações rotineiras estão passando por padronização com a criação de POPs (Procedimentos Operacionais Padronizados), assim como formulários padronizados para o registro de atividades gerais da frota.

A administração tem acompanhado a execução deste esforço no intuito de que a consolidação destes procedimentos dê corpo ao regulamento próprio há muito almejado e objetivado.

Além das orientações quanto ao uso de tais POPs e formulários, a administração tem apoiado a realização de treinamentos com vista à correta aplicação da legislação, que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos em âmbito geral na administração pública, a Instrução Normativa 03, de 15 de maio de 2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assim como o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, da Presidência da República.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

Pode-se, concretamente, falar que fora observado, no último ano, um aumento da importância do uso da frota sobre as atividades da UPC. Isso se comprova na medida em que a administração realizou a aquisição de 11 ônibus coletivos, que somado a um já existente, proporciona grande benefício a atividade fim da instituição, o serviço de transporte de alunos.

Pode-se falar ainda que em uma instituição de ensino técnico o processo de ensino aprendizagem passa obrigatoriamente pelo conhecimento prático e neste sentido a realização de “visitas técnicas” assume destacada importância. As visitas técnicas são momentos de vivência de cunho prático em ambiente exterior às salas de aula, responsáveis pelo cunho prático. As regras e condições que se colocam quanto a realização de tais momentos ficam a critério das diretorias de ensino, após submetê-las a aprovação da diretoria-geral de cada Campus.

Além das três atividades já destacadas, de forma não menos importante, relaciona-se ainda o transporte de servidores em atividades administrativas, o transporte de documentos assim como a condução de autoridades quando da oportunidade de realização de reuniões na reitoria.

Sua importância e impacto podem ser, de fato, sentidas quando de sua falta. Supondo a falta de combustíveis, apenas pelo período de uma semana, seria o suficiente para trazer danos concretos ao ensino com a parada do transporte coletivo, assim como danos ao funcionamento da administração pelo atraso na entrega/recebimento de documentos não cobertos pelos serviços de Correios (por

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

motivo de urgência, prazos e volume), que podem ensejar na perda de prazos e oportunidades de formalização de processos importantes na concretização de benefícios em favor da instituição.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

O IFPI conta com uma frota de 86 (oitenta e seis) veículos, dos quais 77 (setenta e sete) em pleno uso e outros 09 (nove) parados, aguardando oportunidade de formalização de processo de desfazimento.

Os veículos estão distribuídos nas 18 (dezoito) Unidades Gestoras. Todos os veículos deste instituto, conforme IN 03, de 15/05/2008, classificam-se como veículos de serviços comuns, por se destinarem ao transporte de servidores a serviço e de materiais, bem como à execução de atividades específicas, no caso, a promoção do processo de ensino-aprendizagem em ambiente externo às salas de aula.

A classificação por categorias estabelecida internamente da frota é apresentada a seguir. A totalização por unidade gestora é apresentada em lista individualizada, conforme demonstrativo a seguir.

Quadro 54– QUANTITATIVO DA FROTA POR CATEGORIA

CATEGORIA	QUANT. DE VEÍCULOS
CAMINHÃO	2
MICROONIBUS	23
ONIBUS RODOVIÁRIO	10
ONIBUS URBANO	12
PASSEIO	7
UTILITÁRIO	32
TOTAL GERAL	86

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2015.

Quadro 55– DETALHAMENTO DA FROTA POR CATEGORIA

Ord.	Nome base	Placa	Categoria	Nome resumido	Status	Combustível
01	CAANG	LWA9913	MICROONIBUS	MACOPOLO VOLARE WL	Ativo	Diesel
02	CAANG	NIW3453	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 GL 4 X 4	Ativo	Diesel
03	CAANG	NIX5097	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE W9	Ativo	Diesel
04	CACAM	NIJ5137	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 TRITON	Ativo	Diesel
05	CACAM	PID2987	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE WL ON	Ativo	Diesel
06	CACAM	PIM6240	ONIBUS URBANO	VW MARCOPOLO TORINO U	Ativo	Diesel

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

07	CACOC	PID2977	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE WL ON	Ativo	Diesel
08	CACOC	PIG1818	PASSEIO	TOYOTA ETIOS 1.5 SEDAN	Ativo	Flex
09	CACOC	PIM2700	ONIBUS URBANO	VW MARCOPOLO TORINO U	Ativo	Diesel
10	CACOR	LVS9269	UTILITÁRIO	VOLKSWAGEN AMAROK CD 4 X 4 SE	Parado	Diesel
11	CACOR	LVU0192	MICROONIBUS	VOLKSWAGEN COMIL BELLO O	Ativo	Diesel
12	CACOR	NIV2153	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 GL 4 X 4	Parado	Diesel
13	CACOR	NIX5977	MICROONIBUS	AGRALE VOLARE	Ativo	Diesel
14	CACOR	PIB2472	ONIBUS RODOVIÁRIO	VOLVO G7 B 12 D	Ativo	Diesel
15	CACOR	PIJ6073	ONIBUS URBANO	VW MARCOPOLO TORINO U	Ativo	Diesel
16	CAFLO	LVF4492	UTILITÁRIO	VOLKSWAGEN KOMBI	Ativo	Gasolina
17	CAFLO	LWF9490	MICROONIBUS	NEOBUS NEOBUS	Ativo	Diesel
18	CAFLO	LWJ9723	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE W9 ON	Ativo	Diesel
19	CAFLO	NHU5775	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 TRITON	Ativo	Diesel
20	CAFLO	NIG6690	UTILITÁRIO	NISSAN FRONTIER 2.8	Ativo	Diesel
21	CAFLO	OVW1047	ONIBUS RODOVIÁRIO	VOLVO B 12 D	Ativo	Diesel
22	CAFLO	PIM6360	ONIBUS URBANO	VW MARCOPOLO TORINO U	Ativo	Diesel
23	CAOEI	LWA9316	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE DW9 ON	Parado	Diesel
24	CAOEI	OUE8038	UTILITÁRIO	VOLKSWAGEN AMAROK CD 4 X 4 SE	Ativo	Diesel
25	CAOEI	PIM6330	ONIBUS URBANO	VW MARCOPOLO TORINO U	Ativo	Diesel
26	CAPAR	FNN7624	PASSEIO	RENAULT DUSTER 1.6	Ativo	Flex
27	CAPAR	LWA8963	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE WL	Ativo	Diesel
28	CAPAR	NHZ5040	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 GL 4 X 4	Ativo	Diesel
29	CAPAR	NIE6625	MICROONIBUS	AGRALE VOLARE	Ativo	Diesel
30	CAPAR	PIB2432	ONIBUS RODOVIÁRIO	VOLVO G7 B 12 D	Ativo	Diesel
31	CAPAR	PIH2530	ONIBUS URBANO	VW MARCOPOLO TORINO U	Ativo	Diesel
32	CAPAU	NIS0704	UTILITÁRIO	FORD RANGER	Ativo	Diesel
33	CAPAU	NIX5477	MICROONIBUS	AGRALE VOLARE	Ativo	Diesel
34	CAPAU	OVW6882	ONIBUS URBANO	VOLKSWAGEN COLETIVO	Ativo	Diesel
35	CAPEDII	LWE7326	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE DW9 ON	Ativo	Diesel
36	CAPEDII	NIE6635	MICROONIBUS	AGRALE VOLARE	Ativo	Diesel
37	CAPEDII	OUE8028	UTILITÁRIO	VOLKSWAGEN AMAROK CD 4 X 4 SE	Ativo	Diesel
38	CAPIC	NHZ4940	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 GL 4 X 4	Parado	Diesel
39	CAPIC	NIE6655	MICROONIBUS	AGRALE VOLARE	Ativo	Diesel
40	CAPIC	NIX9500	UTILITÁRIO	GM BLAZER	Ativo	Flex

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

41	CAPIC	OEF6627	UTILITÁRIO	MINITUBISHI L 200 TRITON	Ativo	Diesel
42	CAPIC	OVX6247	ONIBUS RODOVIÁRIO	VOLVO B 12 D	Ativo	Diesel
43	CAPIC	PIG1838	PASSEIO	TOYOTA ETIOS 1.5 SEDAN	Ativo	Flex
44	CAPIR	NIV2173	UTILITÁRIO	MINITUBISHI L 200 GL 4 X 4	Ativo	Diesel
45	CAPIR	OEA0107	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE W9 ON	Ativo	Diesel
46	CAPIR	PIM6310	ONIBUS URBANO	VW MARCOPOLO TORINO U	Ativo	Diesel
47	CAPIR	PWB5475	UTILITÁRIO	NISSAN FRONTIER	Ativo	Diesel
48	CASJP	LWA9506	MICROONIBUS	MICRO MARCOPOLO VOLARE DW9 ON	Ativo	Diesel
49	CASJP	OUE8018	UTILITÁRIO	VOLKSWAGEN AMAROK CD 4 X 4 SE	Ativo	Diesel
50	CASRN	LWD0969	UTILITÁRIO	VOLKSWAGEN AMAROK CD 4 X 4 SE	Ativo	Diesel
51	CASRN	NIV2213	UTILITÁRIO	MINITUBISHI L 200 GL 4 X 4	Parado	Diesel
52	CASRN	NIX5357	MICROONIBUS	AGRALE VOLARE	Ativo	Diesel
53	CASRN	PIM6250	ONIBUS URBANO	VW MARCOPOLO TORINO U	Ativo	Diesel
54	CATCE	LVL2042	UTILITÁRIO	NISSAN FRONTIER	Ativo	Diesel
55	CATCE	LVL5811	UTILITÁRIO	FIAT DUCATO	Ativo	Diesel
56	CATCE	LVL7852	ONIBUS RODOVIÁRIO	VOLKSWAGEN COMIL BELLO O	Ativo	Diesel
57	CATCE	LVO8073	UTILITÁRIO	GM D 20 CUSTOM	Parado	Diesel
58	CATCE	NIX4807	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE W9 ON	Ativo	Diesel
59	CATCE	NIX9510	UTILITÁRIO	GM BLAZER	Ativo	Flex
60	CATZS	LVL2072	UTILITÁRIO	NISSAN FRONTIER	Ativo	Diesel
61	CATZS	LVT5987	PASSEIO	VOLKSWAGEN PARATI	Ativo	Gasolina
62	CATZS	NIX5437	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE W9 ON	Ativo	Diesel
63	CATZS	PIB2492	ONIBUS RODOVIÁRIO	VOLVO G7 B 12 D	Ativo	Diesel
64	CATZS	PIM6280	ONIBUS URBANO	VW MARCOPOLO TORINO U	Ativo	Diesel
65	CAURU	LVS4246	ONIBUS RODOVIÁRIO	ONIBUS MERC BENZ 0 371 RS	Parado	Diesel
66	CAURU	LWL1584	UTILITÁRIO	VOLKSWAGEN AMAROK CD 4 X 4 SE	Ativo	Diesel
67	CAURU	NIV2203	UTILITÁRIO	MINITUBISHI L 200 GL 4 X 4	Parado	Diesel
68	CAURU	NIX5497	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE W9 ON	Ativo	Diesel
69	CAURU	PIB2462	ONIBUS RODOVIÁRIO	VOLVO G7 B 12 D	Ativo	Diesel
70	CAURU	PIM6340	ONIBUS URBANO	VW MARCOPOLO TORINO U	Ativo	Diesel
71	CAVAL	NIJ3177	UTILITÁRIO	MINITUBISHI L 200 TRITON	Ativo	Diesel
72	CAVAL	PID2967	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE WL ON	Ativo	Diesel

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

73	CAVAL	PIM6270	ONIBUS URBANO	VW MARCOPOLO TORINO U	Ativo	Diesel
74	REI	LWA9246	MICROONIBUS	MARCOPOLO VOLARE DW9 ON	Ativo	Diesel
75	REI	NIC1543	ONIBUS RODOVIÁRIO	MERC BENZ O500RS	Ativo	Diesel
76	REI	NIC1772	ONIBUS RODOVIÁRIO	MERC BENZ O500RS	Ativo	Diesel
77	REI	NIH7939	PASSEIO	FIAT LINEA	Ativo	Flex
78	REI	NIH8489	PASSEIO	FIAT LINEA	Ativo	Flex
79	REI	NIH8493	CAMINHÃO	FORD 815 E	Ativo	Diesel
80	REI	NII0739	PASSEIO	FIAT LINEA	Parado	Flex
81	REI	NIJ4527	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 TRITON	Ativo	Diesel
82	REI	NIX9520	UTILITÁRIO	GM BLAZER	Ativo	Flex
83	REI	ODW5137	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 TRITON	Ativo	Diesel
84	REI	OVS8350	CAMINHÃO	FNDE MERCEDES 1725	Ativo	Diesel
85	REI	PIJ6573	UTILITÁRIO	S10	Ativo	Diesel
86	REI	PIJ6583	UTILITÁRIO	S10	Ativo	Diesel

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2015.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Obedecendo a mesma categorização do item anterior, a média anual de quilômetros rodados é apresentada no Quadro a seguir.

Quadro 56– DETALHAMENTO DA FROTA POR KM RODADOS EM 2015

CATEGORIA	QTD VEÍCULOS ATIVOS	SOMA KM / SEGMENTO	MÉD. DE KM RODADOS. 2015
CAMINHÃO	2	15.600	7.800
MICROONIBUS	23	164.739	7.162
ONIBUS RODOVIÁRIO	10	136.009	13.600
ONIBUS URBANO	12	75.316	6.276
PASSEIO	7	63.214	9.030
UTILITÁRIO	32	405.056	12.658
Total geral	86	859.934	9.999

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2015.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

A idade média dos veículos, obedecendo à mesma categorização, é demonstrada conforme segue.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 57– IDADE MÉDIA DA FROTA EM 2015

CATEGORIA	IDADE MÉDIA
CAMINHÃO	3,50
MICROONIBUS	4,61
ONIBUS RODOVIÁRIO	4,80
ONIBUS URBANO	0,08
PASSEIO	3,43
UTILITÁRIO	4,66
Total geral	3,90

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2015.

- f) Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

O IFPI vem optando, há vários anos, pela contratação de empresa especializada na gestão de despesas associadas aos serviços de abastecimento, manutenção e lavagem dos veículos. Devido ao acontecimento de descontinuidade contratual durante o ano de 2015, alguns números deste controle são apresentados com alguma imprecisão. Por força da ocorrência de duas mudanças contratuais no mesmo e o funcionamento de forma descentralizada. A consolidação destes dados foi severamente prejudicada, no entanto, buscar-se-á neste relato transmitir os dados da forma mais precisa possível a seguir.

Quadro 58– DESPESAS COM MANUTENÇÃO DA FROTA EM 2015

Mercadoria	Qtd Total	VI Unit Médio	VI Total	Percentuais
ADITIVO DE ÓLEO DO MOTOR	1,00	R\$ 75,00	R\$ 75,00	0,013%
ARLA 20 LTS	327,56	R\$ 24,77	R\$ 8.113,69	1,415%
ARLA A GRANEL	60,00	R\$ 3,13	R\$ 188,00	0,033%
COMPLEMENTO DE ÓLEO DO MOTOR	1,00	R\$ 69,00	R\$ 69,00	0,012%
DIESEL ADITIVADO	1.279,46	R\$ 3,21	R\$ 4.101,42	0,715%
DIESEL COMUM	37.365,27	R\$ 3,00	R\$ 112.040,27	19,545%
DIESEL S-10	107.316,73	R\$ 3,06	R\$ 327.876,85	57,196%
DIESEL S50	242,62	R\$ 2,86	R\$ 693,44	0,121%
FILTRO DE OLEO	3,00	R\$ 45,67	R\$ 137,00	0,024%
GASOLINA ADITIVADA	195,52	R\$ 3,30	R\$ 645,68	0,113%
GASOLINA COMUM	7.757,57	R\$ 3,34	R\$ 25.889,33	4,516%
LAVADA COMPLETA	95,04	R\$ 65,31	R\$ 6.206,99	1,083%
LAVADA SIMPLES	18,00	R\$ 70,56	R\$ 1.270,00	0,222%
MANUTENÇÃO OS	45,00	R\$ 1.811,53	R\$ 81.518,97	14,220%

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

OLEO DO MOTOR	41,01	R\$ 16,39	R\$ 671,98	0,117%
OLEO HIDRAULICO	0,01	R\$ 800,00	R\$ 8,00	0,001%
PEÇAS E SERVIÇOS	2,00	R\$ 206,00	R\$ 412,00	0,072%
TROCA DE ÓLEO DA DIREÇÃO	3,00	R\$ 15,00	R\$ 45,00	0,008%
TROCA DE ÓLEO DO MOTOR	118,00	R\$ 21,13	R\$ 2.492,90	0,435%
TROCA DO FILTRO DE ÓLEO	51,00	R\$ 15,61	R\$ 796,00	0,139%
TOTAIS	154.922,79	R\$ 3,70	R\$ 573.251,52	100%

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2015.

Complementa-se ao quadro apresentado acima, os custos relacionados ao pagamento de seguro obrigatório, perfaz o valor exato de R\$ 16.471,53 (Dezesseis Mil, Quatrocentos e Setenta e Um Reais e Cinquenta e Três Centavos). Há que se informar ainda que, além do valor de R\$ 81.518,97 apresentado no Quadro acima como despesas em Manutenção, outros R\$ 238.274,40 foram empregados no exercício 2015, por meio do contrato com a empresa ValeCard, totalizando R\$ 320.243,37. Por fim, não há gasto com pessoal responsável pela manutenção da frota, pois tal gasto está incluído no valor cobrado em mecânica de terceiros.

g) Plano de substituição da frota;

A instituição tem se preparado para a elaboração de normativo próprio que consolide diretrizes para a realização de desfazimento de bens móveis, do qual fará parte um plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Historicamente, a instituição sempre adotou a opção de adquirir veículos em detrimento da locação, em virtude de análises de custo por quilômetro indicarem maior economia se comparado com a opção locação. Embora esta opção venha sendo historicamente adotada, a mesma planeja a realização de estudo de viabilidade de terceirização da frota.

Tal estudo deve ser realizado e ter seus cálculos mais abrangentes, considerando custos assessoriais e com os contratos de condução de veículos e revistos a cada ano, haja vista, a necessidade de se optar sempre pelo menor custo de funcionamento. Esta ação deve obter como um de seus produtos a oficialização de um plano de substituição da frota para esta autarquia.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A instituição dispõe, somente, de um sistema terceirizado de gerenciamento dos gastos com a frota e através do qual é possível parametrizar critérios que podem ser monitorados constantemente, como desvios do consumo médio de combustível por veículo, abastecimentos realizados acima da capacidade do tanque, quantidade de tentativas de abastecimentos mal sucedidas.

Estão disponíveis cerca de 30 (trinta) opções de relatórios para acompanhamento. Alertas instantâneos através de notificação por e-mails podem ser parametrizados pelos gestores locais em cada UG. Isto possibilita à gestão intervenção imediata.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Outros controles são adotados com o objetivo de realizar o monitoramento de cada saída realizada dentro da cidade em formulário próprio que atende à IN 03 quanto ao registro do motivo de cada viagem, KM e Horários de saída e Chegada, qual o veículo utilizado e assim por diante. O controle realizado através da coleta de dados de cada viagem, nos formulários citados, são posteriormente lançamentos em planilha eletrônica. Tais dados dão suporte à confecção de relatórios precisos, contendo informações como média de quilômetros rodados por cada veículo, média de quilômetros rodados por cada motorista, quanto tempo trabalhado por cada motorista, qual o destino mais procurado, qual o solicitante mais frequente, qual a última quilometragem registrada para cada veículo e seu consequente monitoramento para fins de troca do óleo do motor e assim por diante.

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

De forma integrada a gestão de bens móveis, esta UPC não realiza doações de bens permanentes, assim como de veículos inservíveis desde sua origem. Embora esta opção não seja descartada, um consenso construído com a Procuradoria Federal no sentido de que o leilão é o método de desfazimento de bens mais “justo”, do ponto de vista garantia dos princípios da impessoalidade e isonomia na administração pública.

O IFPI tem se preparado para a elaboração de normativo próprio que consolide diretrizes para a realização de desfazimento de bens móveis do qual fará parte um plano de substituição da frota.

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

- a) estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

A UPC não possui sistema próprio para a gestão de seus imóveis. O sistema utilizado para a gestão patrimonial de bens móveis no âmbito desta autarquia é o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), desenvolvido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e em uso por este IFPI, através de uma parceria firmada desde o ano de 2012. O citado sistema não possui módulo dedicado à finalidade de gerir os bens imóveis.

Embora a instituição venha empreendendo esforços no intuito de organizar seu acervo documental e desenvolver novos controles, a gestão da área peca pela necessidade de conhecimento intersetorial, com base na atual estrutura organizacional.

Atualmente fora realizada a regularização de dois imóveis, de vários ainda pendentes, constatando morosidade ante a existência de obstáculos somente superados com base no uso de tal conhecimento. Ante a esta constatação o IFPI deferiu à sugestão da comissão que trabalha com tal fim, acerca da contratação de serviço de despachante cartorial, como forma de realizar maiores avanços de forma mais célere.

- b) distribuição geográfica dos imóveis da União;

Os imóveis do IFPI estão distribuídos, conforme Quadro a seguir.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 59– QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF PIAUÍ		
	Angical	1	1
	Campo Maior	1	1
	Cocal	1	1
	Corrente	1	1
	Floriano	1	1
	José de Freitas	1	1
	Oeiras	1	1
	Parnaíba	1	1
	Paulistana	1	1
	Pedro II	1	1
	Picos	1	1
	Pio IX	1	1
	Piripiri	1	1
	São João do Piauí	1	1
	São Raimundo Nonato	1	1
	Teresina	5	5
	Uruçuí	1	1
	Valença	1	1
Subtotal Brasil		22	12
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		22	12

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2015.

- c) qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

Embora os imóveis tenham todos os seus dados inseridos no Sistema SPIUnet, as informações estão passando por atualizações, tais como seu valor e descritivo.

- d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

Atualmente a instituição não possui imóveis inteiros locados para terceiros, apenas partes, conforme quadros descritos no subitem 6.2.4.

- e) despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis;

Cada UG possui um contrato de manutenção predial, com exceção o Campus de São João do Piauí. Os contratos de manutenção predial são monitorados pelo Departamento de Projetos e Manutenção Predial da Diretoria de Desenvolvimento Institucional.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quanto a qualidade aos registros contábeis relativos aos imóveis, a UPC declara que alguns imóveis estão devidamente registrados no SIAFI, porém os mesmos não estão sendo reavaliados e nem depreciados, conforme determinação legal.

f) riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

Os riscos relacionados à gestão dos imóveis são monitorados pelos Departamentos da Diretoria de Desenvolvimento Institucional e as devidas providências e controles são acionados de forma preventiva e corretiva, por meio de vistorias e visitas técnicas da equipe, que resultam na elaboração de novos projetos para implementação da segurança patrimonial e infraestrutura.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

Todas as cessões de espaço em vigência realizada no âmbito da UPC são de abrangência parcial dos imóveis, conforme descrição a seguir.

6.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O IFPI não possui imóveis locados de terceiros.

Quadro 60– CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS NA UPC

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1057.00011.500-1
	Endereço	Rua seis, S/Nº, Bairro: Nova Corrente. CEP: 64980-000, Corrente – PI.
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	12.110.967/0001-05
	Nome ou Razão Social	Maria da Conceição Almeida Silva
c) Caracterização da cessão;	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares e serviços ambulantes de alimentação.
	i. forma de seleção do cessionário;	Permissão de uso de espaço público. (licitação)
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Proporcionar aos discentes e servidores, facilidade de acesso aos serviços de cantina e lanchonete nas instalações do campus.
	iii. prazo de cessão;	12 meses prorrogável por mais 48 meses
	iv. caracterização do espaço cedido;	No 2º hall próximo ao restaurante institucional. Área cedida de 12 m² (4x3).
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	Pagamento de taxa via GRU no valor de R\$ 401,00.
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Cód.: 28830-3. Ug: 158362.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados à energia, água, conservação, limpeza e manutenção, todos são obrigações e deveres da permissionária.
viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	São devolvidos ao tesouro nacional via GRU.	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1219.00145.500-0
	Endereço	Rua Quintino Bocaiúva, s/n, bairro centro
		CEP 64000-270, Teresina PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	18.368.288/0001-17
	Nome ou Razão Social	F G de Lima-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares, lanchonetes, casas de chás, de sucos e similares e outras atividades;
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Outorga de permissão de uso através de edital de licitação – nº01/2014
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Exploração do serviço de lanchonete no Campus Teresina central do IFPI;
	iii. prazo de cessão;	12(doze) meses – out2014 a out/2015;
	iv. caracterização do espaço cedido;	Espaço localizado no prédio “c”, térreo, com 01pia de cozinha, torneira e pontos de energia, área total de 25m²;
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 210,00 mensais – informações sobre os valores recolhidos a cargo da reitoria;
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Recolhimento através de GRU COD. 28830-6 – Serv. Administrativos.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	O valor integra a Receita Própria da Unidade Orçamentária, sendo aplicado no Funcionamento da Educação Profissional, Ação 20RL.
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Os gastos com limpeza e conservação do espaço são arcados pela permissionária, sendo que água e energia integram a composição de taxa da permissão.
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1219.00146.500-6
	Endereço	Praça da Liberdade, 1597, Bairro Centro
		CEP 64.000-040 Teresina PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira sob a forma de empresa pública
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Outorga de Permissão real de uso para Instalação e Exploração dos Serviços Bancários
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Prestação de serviços bancários aos usuários interno do IFPI, alunos e servidores;
	iii. prazo de cessão;	2013/2016
	iv. caracterização do espaço cedido;	Bloco “A”, duas salas, um banheiro e um depósito, com área interna total de 36,82m²;
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	R\$ 960,00 mensais – informações sobre os valores recolhidos a cargo da reitoria;
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	Recolhimento através de GRU COD. 28830-6 – Serv. Administrativos.
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	O valor integra a Receita Própria da Unidade Orçamentária, sendo aplicado no Funcionamento da Educação Profissional, Ação 20RL.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Os gastos com limpeza e conservação do espaço são arcados pela permissionária, sendo que água e energia integram a composição de taxa da permissão.
a) Identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;	RIP	1159.00030.500-0
	Endereço	Rua Projetada s/n, Vila Pantanal CEP 64600-000, Picos PI
b) Identificação dos cessionários;	CNPJ	05.670.935/0001-07
	Nome ou Razão Social	I.M.L.V Santos Lima ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria – cantina e serviços de alimentação
c) Caracterização da cessão;	i. forma de seleção do cessionário;	Licitação pública tipo concorrência – concorrência 01/2011
	ii. finalidade de uso do espaço ou imóvel cedido;	Concessão de uso de bem público para explorar serviço de lanchonete do IFPI Campus Picos
	iii. prazo de cessão;	24 (vinte quatro) meses prorrogável por igual período
	iv. caracterização do espaço cedido;	Sala localizada na área interna do IFPI Campus picos, medindo aproximadamente 20m ² .
	v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;	A título da taxa de ocupação do espaço, inclusive o consumo de água e energia, o concessionário paga a importância de R\$751,00 reais (setecentos e cinquenta e um reais), mensais, até o quinto dia útil subsequente ao mês de ocupação, exceto nos meses de janeiro e julho que será abatido um percentual de 40%.
	vi. tratamento contábil dos benefícios recebidos;	GRU – nome da unidade favorecida: IFPI - UG / gestão 158146 - código do recolhimento 28832-2 - número de referência: 15814626431288322
	vii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;	Recurso depositado na conta da união
	viii. uso dos benefícios decorrente da cessão pela UPC;	Contratualmente o gasto com energia fica por conta do valor pago pela concessão. As demais despesas de limpeza, conservação do espaço e manutenção, fica a critério da concessionária.

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2015.

6.3 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados a atividade-fim

Segundo o Departamento de Engenharia Institucional no ano de 2015 a movimentação obras e serviços de engenharia relacionados a atividade-fim estão discriminadas no Quadro 61.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 61– RELAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA RELACIONADAS À ATIVIDADE-FIM 2015

Item	Obras Iniciadas	Obras Concluídas	Contrato/Processo	Valor R\$	Observação
1	Em outro exercício	REFORMA E CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA REITORIA	23/2012	7.824.695,44	RECEBIDA
2	DIVISÓRIAS DO ALMOXARIFADO DO PRÉDIO DA REITORIA	DIVISÓRIAS DO ALMOXARIFADO DO PRÉDIO DA REITORIA		13.977,31	RECEBIDA
3	PERFURAÇÃO DE POÇO NO CAMPUS ANGICAL	PERFURAÇÃO DE POÇO NO CAMPUS ANGICAL	13/2015	28.958,39	RECEBIDA
4	PERFURAÇÃO DE POÇO NO CAMPUS URUCUI	-	23172.001012/2013-16	75.998,16	Cancelamento de empenho

Fonte: Departamento de Engenharia Institucional, 2015.

6.4 Gestão de tecnologia da informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de Planejamento de TI a ser utilizado no âmbito da Administração Pública Federal. Segundo a IN SLTI/MPOG 04/2014, a qual trata: "é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período".

O Objetivo estratégico principal é planejar a aplicação e uso de recursos de tecnologia do IFPI, alinhando as ações de Tecnologia da Informação aos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019, bem como aos princípios e diretrizes das legislações da administração pública federal, tais como a racionalização, padronização, uniformidade e economicidade. Também é intuito deste documento abordar os princípios e diretrizes que norteiam a TI, as necessidades, as ações, as metas, os planos e a previsão orçamentária para os investimentos tecnológicos necessários à manutenção e ampliação do da Tecnologia da informação voltados principalmente para a educação.

É uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão para o gestor, habilitando-o a agir de forma proativa, contra as ameaças e a favor das oportunidades, no contexto atual de constantes mudanças. O período de vigência deste PDTI contempla o período 2015, com alinhamento ao PDI e com a abrangência em todas as unidades do IFPI.

O Comitê Gestor de TI foi instituído pela Resolução nº 32, de 15 de setembro de 2010, sendo constituído pelos seguintes membros: Presidente: Edilson Livio Neves da Costa Carneiro e Membros:

- a) Reitor;
- b) Pró-Reitor de Administração;
- c) Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional;
- d) Pró-Reitor de Ensino;
- e) Pró-Reitor de Extensão;
- f) Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- g) Diretor de Gestão de Pessoas;
- h) Diretor de Tecnologia da Informação;
- i) Diretor do Campus Angical;
- j) Diretor do Campus Corrente;
- k) Diretor do Campus Floriano;
- l) Diretor do Campus Parnaíba;
- m) Diretor do Campus Paulistana;
- n) Diretor do Campus Picos;
- o) Diretor do Campus Piripiri;
- p) Diretor do Campus São Raimundo Nonato;
- q) Diretor do Campus Teresina-Central;
- r) Diretor do Campus Teresina - Zona Sul;
- s) Diretor do Campus Uruçuí.

O Comitê Gestor de TI tem como atividades homologar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e deliberar no âmbito do IFPI sobre os princípios de Tecnologia da Informação (TI), a Arquitetura de TI inclusive requisitos de segurança, integração e padronização de dados, informações e sistemas, a Infraestrutura TI, em especial a rede corporativa e seus serviços, os níveis de acesso, o compartilhamento das informações e os sistemas de suporte, necessidades de aplicações corporativas especificando e priorizando as soluções que serão adquiridas, contratadas ou desenvolvidas e os investimentos em TI na distribuição do orçamento, dos limites e prioridades dos projetos e ações.

Em 2015, o comitê gestor de TI teve uma reunião (em 29/09/2015) e suas principais decisões foram: proposta do Regimento Interno do Comitê Gestor de Informação e apresentação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFPI para o ano de 2015 enviado o PDTI por e-mail a todos os membros para que fossem feitas uma avaliação e envio de sugestões posteriores.

Em 2015 o plano de capacitação do pessoal de TI atingem diversos níveis e modalidades tais como: em nível de mestrado profissional, capacitações *in company*, capacitações em EAD e capacitações externas. Além disso, destaca-se que a Diretoria de Tecnologia da Informação sempre motiva seu elenco de profissionais a realizar treinamentos em órgão de ensino tais como ENAP, Serpro entre outros. No está relacionados as capacitações na RNP. Outras capacitações estão relacionadas no Quadro 62.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 62– OUTRAS CAPACITAÇÕES EM 2015

CURSO	SERVIDORES
CURSO PYTHON (in company)	<ol style="list-style-type: none"> 1. José Francisco Assunção Cardoso; 2. Thiago Rabelo Torres Sales; 3. Wellington Viana da Silva; 4. Gislene Albuquerque Pires da Silva; 5. Tércio de Andrade Oliveira; 6. Bartolomeu César da Silva; 7. Francisco Henrique Ferreira da Silva.
Cursos Alura de Programação (Online)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Francisco Henrique Ferreira da Silva 2. Francisco Marcos da Silva Rocha 3. Gislene Albuquerque Pires da Silva 4. José Francisco Assunção Cardoso 5. Wellington Viana da Silva 6. Thiago Rabelo Torres Sales 7. Tércio de Andrade Oliveira
Mestrado Profissional CETEC-MEC/UFPE (Em andamento)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gislene Albuquerque Pires da Silva 2. Jacks Renan Neves Fernandes 3. Francisco Janiel de Oliveira 4. Mike Christian de Sousa Araujo 5. Shalton Viana dos Santos 6. Wilton Moreira de Santana Junior
Mestrado Acadêmico - UFPI	<ol style="list-style-type: none"> 1. Nathan Franklin Saraiva (concluído); 2. Martony Demes da Silva (Em andamento).

Fonte: DTI, 2015.

A força de trabalho de TI é representada no Quadro 63.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 63– FORÇA DE TRABALHO DE TI

Nome	Matricula	Função	Setor	Campus
Francisco Alysson da Silva Sousa	2018722	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS ANGICAL
Esdras Moreira Pessoa	2210010	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	DIRETORIA-GERAL DO CAMPUS COCAL	CAMPUS COCAL
Leonilio Rodrigues de Sousa	2178282	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS CORRENTE
Rafael Moraes da Cunha	2178256	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS CORRENTE
Tadeu Anderson Nascimento Saraiva	2151516	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS FLORIANO
Wilton Moreira de Santana Junior	1762468	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	DEPART DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	CAMPUS FLORIANO
Jacks Renan Neves Fernandes	1757836	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS PARNAIBA
Leonardo da Rocha Freitas	2162526	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS PARNAIBA
Clesio de Araujo Goncalves	2216133	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS PAULISTANA
Francisco Erickson Ramos de Medeiros	2160484	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS PAULISTANA
Woshington Valdeci de Sousa	1816190	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS PICOS
Claudio Junior Sampaio da Silva	2264245	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS PIRIPIRI
Felippe Crhistian Barboza Lima	2216408	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	DIRETORIA-GERAL DO CAMPUS S.JOAO DO PIAU	CAMPUS SAO JOAO DO PIAUI
Francisco Janiel de Oliveira	1689932	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS TERESINA ZONA SUL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Geraldo Pereira de Sa Neto	1614281	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS TERESINA ZONA SUL
Anderson Lima Miranda	1827487	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS TERESINA-CENTRAL
Bartolomeu Cesar da Silva	1807944	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	COORD DE MANUTENCAO DE COMPUTADORES	CAMPUS TERESINA-CENTRAL
Francisco Marcos da Silva Rocha	1044978	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	COORD DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	CAMPUS TERESINA-CENTRAL
Francisco Marcos da Silva Rocha	1044978	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	COORD DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	CAMPUS TERESINA-CENTRAL
Thiago Rafael Pereira de Carvalho	1140257	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	COORDENACAO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	CAMPUS URUCUI
Paulo de Oliveira Gomes Filho	2151804	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	DEPART DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	CAMPUS VALENCA
Ailton Jose Rodrigues	2568700	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	COORDENACAO DE INFRAESTRUTURA E REDES	REITORIA
Athos Denis Eulalio	2151210	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	DEPARTAMENTO DE REDES E TELECOMUNICACOES	REITORIA
Francisco Henrique Ferreira da Silva	1901949	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMACAO	REITORIA
Gislene Albuquerque Pires da Silva	2068812	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	COORDENACAO DE DESENV. DE SISTEMAS	REITORIA
Jose Fernando de Sousa Araujo	2151700	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	COORDENACAO DE SERVICOS E SUPORTE	REITORIA
Jose Francisco Assuncao Cardoso	2177210	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	REITORIA
Jose Luiz de Sousa	1901728	TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	COORDENACAO DE SERVICOS E SUPORTE	REITORIA
Martony Demes da Silva	2151115	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	COORDENACAO DE INFRAESTRUTURA E REDES	REITORIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Natanael Ribeiro da Silva	2151098	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	REITORIA
Nathan Franklin Saraiva de Sousa	1758533	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	DEPARTAMENTO DE REDES E TELECOMUNICACOES	REITORIA
Ronaldy Sousa Oliveira	2449085	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	DEP.DE GESTAO DE ROT.DA F. DE PAGAMENTO	REITORIA
Tercio de Andrade Oliveira	1747958	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMACAO	REITORIA
Thiago Rabelo Torres Sales	2152879	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	COORDENACAO DE DESENV. DE SISTEMAS	REITORIA
Wellington Viana da Silva	1870724	ANALISTA DE TEC DA INFORMACAO	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	REITORIA
Francisca Laise dos Santos Lima	2184104	ESTAGIÁRIO	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	REITORIA

Fonte: DTI, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 64– CAPACITAÇÕES REALIZADAS PELA RNP

Aluno	Curso	Turma início	Turma término	Unidade	Estágio
Athos Denis Eulalio	IPv6 Básico	2015-12-14	2015-12-18	João Pessoa (PB)	Aprovado
Eduilson Lívio Neves da Costa Carneiro	Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005	2015-09-14	2015-09-18	Brasília (DF)	Aprovado
Leonilio Rodrigues de Sousa	Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP	2015-11-23	2015-11-27	João Pessoa (PB)	Aprovado
Saulo Andreane Silva Cardoso	Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP	2015-11-23	2015-11-27	João Pessoa (PB)	Aprovado
Francisco Erickson Ramos de Medeiros	Arquitetura e Protocolos de Rede TCP-IP	2015-11-23	2015-11-27	João Pessoa (PB)	Aprovado
Thiago Rafael Pereira de Carvalho	Gerência de Redes de Computadores	2015-08-24	2015-08-28	João Pessoa (PB)	Aprovado
José Luiz de Sousa	Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005	2015-09-14	2015-09-18	Brasília (DF)	Aprovado
José Luiz de Sousa	Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002	2015-08-31	2015-09-04	Brasília (DF)	Aprovado
Natanael Ribeiro da Silva	Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002	2015-08-31	2015-09-04	Brasília (DF)	Aprovado
Rafael Morais da Cunha	Administração de Sistemas Linux: Serviços para Internet	2015-08-10	2015-08-14	Cuiabá (MT)	Aprovado
Thais Fernanda Soares Santos	Elaboração de PDTI	2015-06-29	2015-07-01	Brasília (DF)	Aprovado
Wellington Viana da Silva	Modelagem de Banco de Dados	2015-06-29	2015-07-03	Brasília (DF)	Aprovado
Anderson Lima Miranda	Elaboração de PDTI	2015-06-29	2015-07-01	Brasília (DF)	Aprovado
José Fernando de Sousa Araújo	Administração de Sistemas Linux	2015-07-27	2015-07-31	Brasília (DF)	Aprovado
Paulo de Oliveira Gomes Filho	Gerência de Redes de Computadores	2015-07-20	2015-07-24	Porto Alegre (RS)	Aprovado
Francisco Marcos da Silva Rocha	Administração de Sistemas Linux	2015-07-27	2015-07-31	Brasília (DF)	Aprovado
Eduilson Lívio Neves da Costa Carneiro	Elaboração de PDTI	2015-06-29	2015-07-01	Brasília (DF)	Aprovado
Thiago Rabelo	Administração de Banco de Dados	2015-08-03	2015-08-07	Brasília (DF)	Aprovado
Martony Demes da Silva	Elaboração de PDTI	2015-06-29	2015-07-01	Brasília (DF)	Aprovado

Fonte: DTI, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quanto aos processos de gerenciamento de serviços de TI, o Departamento de Tecnologia de Informação da Reitoria faz uso atendimento às requisições de serviços de TI via Central de Atendimento Serviços (GLPI). Essa política torna o sistema de atendimento eficiente sobre vários aspectos: acompanhamento de chamados, emissão relatórios, atendimento, tempo de resposta, além de estabelecer melhores políticas de ações no planejamento.

Inicialmente o sistema GLPI foi implantado no órgão executivo e gestor, Reitoria, e posteriormente, passado instruções de uso aos demais campi Paulistana, Zona Sul, Picos, Pedro II, Piripiri, Uruçuí, São João do Piauí, Oeiras, Central, Valença. A proposta envolve alcançar todos os campi IFPI de forma a manter um serviço de TI integrado.

No ano de 2015 foram desenvolvidos os projetos, conforme Quadro 65.

A DTI adotou as seguintes medidas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas, que prestam serviços de TI para o IFPI. Há serviços fornecidos por provedores de internet, em campus pelo Piauí, em que todos há responsáveis pelo contrato, trabalhando como fiscais de contrato. Para o Sistema de controle acadêmico, *QAcadêmico*, software contratado pelo IFPI, tem um fiscal de contrato. Além disso, há um projeto SUAPedu, um módulo do SUAP para gestão acadêmica, que vai substituir futuramente o sistema Contratado *QAcadêmico*.

6.4.1 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informação da UPC estão descritas no Quadro 66, sistemas atuais e Quadro 67, que descrevem as necessidades futuras.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 65– PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2015

PROJETO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	VALORES ORÇADOS	ALINHADO COM PETI/PDTI	PRAZO DE CONCLUSÃO	SITUAÇÃO	RESULTADOS
Videoconferência	Sistema de Videoconferência em todos os campi do IFPI	Nathan Franklin Saraiva e Fernando Araújo	Em outros exercícios.	Sim	2015	Concluído	Foi implantado em todos os Campi e assim, oferece uma nova ferramenta de comunicação a distância, para reuniões, tele aula entre outras opções de videoconferência.
Elaboração do PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da informação	Martony Demes da Silva e Eduílson Lívio Neves	-	Sim	2015	Concluído	Guiar a administração do IFPI em relação a Tecnologia da Informação
POSIC	Política de segurança da informação e Comunicação	Natanael Ribeiro, Jose Luis e Eduílson Lívio Neves	-	Sim	2016	Aguardando Comitê Gestor de TI aprovar.	Aguardando aprovação pelo CGTIC.
GLPI	Sistema de Gestão de Serviços de TI - GLPI	Shalton Viana e Bartolomeu Cesar	-	Sim	2015	Concluído e monitorado	Todos os Campi podem utilizar o sistema, porém a implantação e divulgação está acontecendo de maneira gradativa.
VoIP	Sistema de comunicação de voz via dados	Nathan Franklin e Martony Demes	-	Sim	2014	Em processo de expansão	Os Campi com VoIP podem realizar chamadas entre as unidades como se fosse ramais, reduzindo custos de ligação.
Firewall	Implantação/padronização de Firewall nos Campus do IFPI (Pfsense) - Freeware	Natanael Ribeiro e equipe de TI nos campus	-	Sim	2015	Concluído	Implantado em todos os Campi.
Antivirus	Implantação de antivírus nas estações de trabalho	Natanael Ribeiro	135.000,00	Sim	2015/2016	Em andamento	Sendo implantado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

IPV6	Implantação do protocolo IP versão 6	Nathan franklin e Athos Denis	-	Sim	2016/2017	Em andamento	Em estudos.
Eduroam	Implantar Eduroam nos Campi	Natanael Ribeiro	-	Sim	2016/2017	Em andamento	Em atualização.
SUAP	Manutenção e ampliação do SUAP	Tércio Andrade, Thiago Rabelo, Francisco Assunção	-	Sim	2015	Concluído e em evolução	Novas atualizações inseridas e novos módulos implementados.
QAcadêmico	Sistema de Gestão Acadêmica	Francisco Assunção	187.060,00	Sim	2015	Concluído e em evolução	
Novo sistema de Classificatório e processo seletivo	Novo sistema de gestão de classificatório e processo seletivo	Thiago Rabelo, Wellington Viana da Silva e Gislene Albuquerque Pires da Silva	-	Sim	2016	Em andamento	Em estudos.
PSAD	Sistema Avaliação Docente (IFSC)	Gislene Albuquerque Pires da Silva	-	Sim	2015/2017	Concluído e em evolução	Foi utilizado pelo corpo docente do IFPI.
Novo Portal do IFPI	Nova página do IFPI (Plone - gratuito)	Gislene Albuquerque Pires da Silva	-	Sim	2016	Em andamento	Em andamento.
Cafe	Federação Café no IPFI	Tércio de Andrade Oliveira	-	Sim	2015/2017	Em andamento	Em andamento.
SuapEdu	Novo sistema acadêmico no SUAP	Francisco Assunção e Thiago Rabelo	-	Sim	2016/2017	Em implantação (andamento)	Em fase de estudos de impacto.

Fonte: DTI, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 66 – RELAÇÃO DE SISTEMAS EM USO NO IFPI E SUAS FUNCIONALIDADES

Sistema	Plataforma	Servidor	Terceirizado	Descrição	Desenvolvimento
Portal	PHP & MySQL - usa CMS Joomla e ORM proprietário	www5.ifpi.edu.br	Não	Sítio do IFPI	GNU + Local
Seletivos	Java & SQLServer 2005 - usa Struts 2.0	www2.ifpi.edu.br/csep/publico/index	Não	Gerência e configuração de processos seletivos	GNU + Local
Classificatórios	Java & SQLServer 2005 - usa Struts 2.0	www2.ifpi.edu.br/selecao/publico/index	Não	Gerência e configuração de exames classificatórios	GNU + Local
Redmine	Ruby e MySQL - usa Rails	www4.ifpi.edu.br/redmine	Não	Documentação de sistemas e procedimentos	GNU
Q-Acadêmico	SQLServer 2005 - código proprietário	academico.ifpi.edu.br	Sim	Gerência e configuração de atividades acadêmicas	Terceiro
Suap	Django e PostgreSQL - criado pelo IFRN	suap.ifpi.edu.br	Não	Gerência administrativa	Parceria Técnica - IFRN
Pergamum	Java & SQLServer 2005 - código proprietário	http://sardes.ifpi.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php	Sim	Gerência Bibliotecas	3º
Remov	Django e PostgreSQL	cafe.ifpi.edu.br/plataforma	Não	Gerência e configuração de remoções e permutas	GNU - Desenvolvimento Local

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Sistema de Registro de Diploma	Django e PostgreSQL	http://www4.ifpi.edu.br/registro/admin/diplomas/	Não	Gerência de diplomas certificados e de	GNU - Desenvolvimento Local
Projeto PDI	Django e PostgreSQL	http://www4.ifpi.edu.br/projetopdi	Não	Documentação de sistemas e procedimentos	GNU - Desenvolvimento Local
OJS - Open Journal System	PHP e MYSQL	http://www5.ifpi.edu.br	Não	Gerência de Jornais e configuração	GNU
OCS - Open Conference System	PHP e MYSQL	cafe.ifpi.edu.br/ocs	Não	Gerência de conferências e configuração	GNU
Compras e Viagens - Memorandos	Java e MYSQL	http://www3.ifpi.edu.br/Memorandos/jsp/publico/paginas/login.jsp	Não	Gerência de Memorandos e Solicitação de Diárias e configuração	GNU
SigaEdu EPCT	Java(JSF)+postgreSQL - criado por outros IF's	http://sigaedu.ifpi.edu.br:8080/sigaept-edu-web-v1/login.jsf	Não	Gerência de atividades acadêmicas e configuração	GNU + Parceria Federal
Probe	Java	http://www2.ifpi.edu.br/probe/	Não	Gerência de ambientes de aplicação e configuração	GNU
Manager	Java	http://www2.ifpi.edu.br/manager/	Não	Gerência de servidores e configuração	GNU

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Formulário de solicitação de concurso	Google Docs	https://docs.google.com/a/ifpi.edu.br/forms/d/1kHI2L3vdpqh5hjNWH_J_ZMEeAFE0qDfoMgo-AjeXTk/viewform	Não	Formulário para solicitação de certames	GNU + Google
SAAP - Sistema Administrativo Pronatec	PHP(Smarty)+MYSQL (10.0.0.105)	http://pronatec.ifpi.edu.br/saap/scripts/login.php	Não	Gerência e configuração administrativas do Pronatec	GNU + Pareceria UFV - Universidade Federal de Viçosa
Sistema de Atividades	Java(JSF2)+MYSQL (10.0.0.105)	http://pronatec.ifpi.edu.br:8085/atividades/	Não	Gerência e configuração administrativas do Pronatec	Desenvolvimento Local
Sistema de Certificados	Java(JSF2)+MYSQL (10.0.0.105)	http://pronatec.ifpi.edu.br:8085/certificados/	Não	Gerência e configuração administrativas do Pronatec	Desenvolvimento Local
Sistema de Cadastro de Alunos	Java(JSF2)+MYSQL (10.0.0.105)	http://pronatec.ifpi.edu.br:8085/sigapronatec/	Não	Gerência e configuração administrativas do Pronatec	Desenvolvimento Local

Fonte: DTI, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 67– NECESSIDADES DE NOVOS SISTEMAS INFORMATIZADOS COLETADOS POR MEIO DE LEVANTAMENTOS DE SISTEMAS

Sistema	Funcionalidades	Justificativas	Medidas para obtenção do sistema	Utilização
Controle de Contratos	Organização Administrativa; Inserção de dados dos contratos administrativos.	Melhor gerenciar e organizar os contratos administrativos	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi
Memorando Eletrônico	Sistemas de memorando eletrônico de compras com peculiaridades mais específicas	Prover melhor gerenciamento dos memorandos de compras	Em estudo pelo Departamento de Sistemas	Em todos os Campi
Pesquisa perfil socioeconômico dos estudantes	Programa institucional de assistência estudantil que possibilite condições mínimas de atenção aos alunos provenientes das classes sociais desfavorecidas, visando ao desenvolvimento de atividades relacionadas.	Imprescindível tanto para planejamento das ações quanto para a organização das atividades de monitoramento e avaliação do Programa Institucional	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi
Sistema controle aulas	Realizar controle de ausências, antecipações e permutas das aulas pelos professores e coordenadores.	Com esse sistema, tornaria esse processo mais eficiente, evitando erros, e sendo capaz de gerar, por exemplo, um relatório da situação do professor ou da turma	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi
Sistema para setor de Saúde	Criação de um software que atenda à todas especialidades do Setor de Saúde do IFPI	Sistema para gerenciar diversas demandas do setor de saúde tais como: histórico de pacientes, exames, laudos, imagens, movimentações diversas, etc	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi com setor médico
Sistema para refeitório	Controle de entrada e saída do estoque, cadastro de fornecedores, Relatórios de estoque mínimo e máximo, data de validade dos alimentos, etc. Além de funcionalidades para informações dos nutricionistas, como rotinas do setor, levantamentos e consultas relacionadas.	Ainda não tem um sistema específico para as funcionalidades específicas do setor de refeitório e nutrição	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Nos Campi que possuem Refeitório

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Sistema Agendamento de veículo	Reserva do veículo para viagens, gestão completa de cada veículo, agendamentos organizados por matrícula e servidor entre outras.	"Com sistema de veículos, vai proporcionar uma gestão mais adequada, profissional e aberta acerca do uso dos veículos oficiais deste IFPI"	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi
Sistema cadastro de servidores	Controle de quantitativo de servidores técnico-administrativos e professores, por cargo/escolaridade/área de atuação, a fim de análise das demandas de reposição do quadro de pessoal.	. Gerenciamento da demanda de reposição do quadro de pessoal para análise e tomadas de decisão nos diversos setores do IFPI	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi
Sistema de reserva de laboratórios	Realizar reserva do laboratório por professores.	Gerenciar a reservas de laboratórios do campus	Em desenvolvimento	Campus Piripiri
Sistema de controle de acesso do refeitório	Sistema de controle de acesso do refeitório para servidores e alunos.	Organizar o acesso ao refeitório	Em desenvolvimento	Campus Teresina Central
Sistemas Gerenciamento de assistência Estudantil	Controle de bolsas/bolsistas, visitas técnicas, gestão de apoio estudantil.	Controlar e gerenciar pagamento de bolsas, visitas técnicas e outras funcionalidades para gestão no campus Teresina Central	Em manutenção e desenvolvimento	Campus Teresina Central
RSC	Controle e gestão de reconhecimento de conhecimento e saberes	Sistema para controle e gestão de reconhecimento de conhecimento e saberes de forma automatizado	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Reitoria

Fonte: DTI, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6.5 Gestão ambiental e sustentabilidade

A UPC ainda não implantou uma política de sustentabilidade ambiental, bem como o Plano de Logística Sustentável, que já consta no Plano de Desenvolvimento Institucional como meta prevista para 2015, contudo teve que ser redirecionada para o ano de 2016. O IFPI não participa diretamente da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), mas aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), por meio do Termo de Adesão nº 02/2012, celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Educação, com vigência a partir do exercício de 2013. O Projeto Esplanada Sustentável (PES) tem por finalidade integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

O IFPI está ciente das normas vigentes na área ambiental, mas ainda não implantou a política, devido à pendência de normativa aprovada no CONSUP. A UPC elaborou uma minuta da Política Ambiental, contudo, por pendência de capacitação para a comissão responsável, do qual no segundo semestre de 2015 ocorreu a expectativa de matrícula no curso, contudo a empresa responsável pela capacitação cancelou a realização do mesmo. No Quadro 68 demonstra a síntese de pendências a serem solucionadas na UPC.

Quadro 68– TÓPICOS DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Questionamentos		SITUAÇÃO	
		Sim	Não
a)	Existe política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade?		X
b)	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
c)	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
d)	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
e)	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?		X
i)	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
ii)	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
iii)	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
iv)	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
Considerações Gerais			
A UPC não participa diretamente da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), mas aderiu no ano de 2012 ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), por meio do Termo de Adesão nº 02, celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Educação, com vigência a partir do exercício de 2013.			

Fonte: PROAD, 2015.

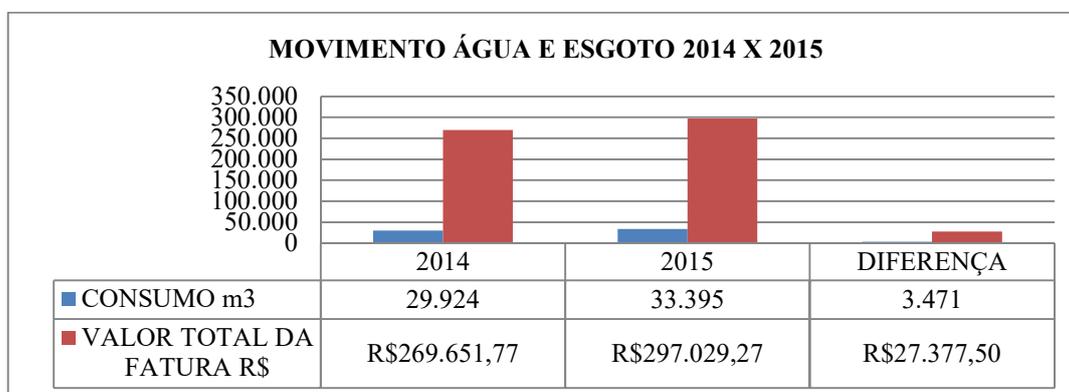
Quanto a ações de consumo de água e energia, a UPC em 2015 realizou a análise e revisão de contratos de demanda e redimensionamento do consumo, tendo em vista que há um aumento da oferta

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

de vagas e entrada de novos alunos e equipe de servidores, por motivo de expansão da unidade, o que conseqüentemente, ocasiona um aumento proporcional de consumo e valor monetário correspondente, além disso, a partir do segundo semestre, por motivos climáticos, há um aumento de consumo, bem como um reajuste significativo das tarifas contratadas, conforme calendário do governo federal.

A movimentação de 2015 do consumo de água e esgoto (Figura 4) estão distribuídos em dez Campi, totalizando a movimentação de 33.395 m³, no valor anual de R\$ 297.029,27 (duzentos e noventa e sete mil, vinte e nove reais e vinte sete centavos). Nos demais Campi, há a movimentação por poço tubular e não por meio de concessão com a Companhia de Água e Esgoto do Piauí S.A.

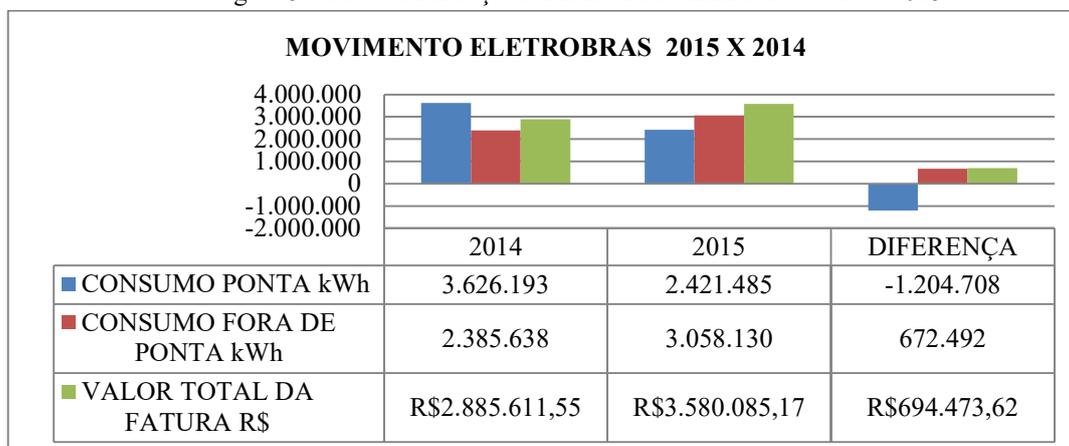
Figura 4– CONSOLIDAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO ANO 2015



Fonte: elaborado pela PROAD, conforme dados do Sistema Esplanada Sustentável (SISPES), 2015.

A movimentação anual do consumo de energia (Figura 5) está distribuída em dezenove Campi, totalizando 2.421.485 kWh de consumo ponta, 3.058.130 kWh de consumo fora de ponta, no valor anual de R\$ 3.580.085,17 (três milhões, quinhentos e oitenta mil, oitenta e cinco reais e dezessete centavos), por meio de concessão com a Eletrobras Distribuição Piauí.

Figura 5– CONSOLIDAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA ANO 2015



Fonte: elaborado pela PROAD, conforme dados do Sistema Esplanada Sustentável (SISPES), 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Como análise crítica, a UPC reconhece a necessidade de planejamento e execução de ações mais diretas que estimulem práticas mais sustentáveis tanto na implantação de políticas como no consumo de recursos, tendo como resultado a efetividade com a gestão ambiental.

6.5.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Segundo o Departamento de Licitações da Pró-Reitoria de Administração, (PROAD) os únicos parâmetros de sustentabilidade que foram incluídos em algumas licitações no ano de 2015, em seus editais, se limitaram a aspectos referentes aos critérios e habilitação, nos quais foram exigidas declarações das licitantes no sentido de “comprometerem-se com o exercício de práticas sustentáveis no ato do fornecimento do material ou serviço licitado”.

Por meio da consulta no Portal de Compras do Governo Federal, no ano de 2015, o IFPI realizou aquisição de itens sustentáveis, totalizando R\$ 28.797,72 (vinte e oito mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos), na modalidade de pregão, conforme classificação no catálogo de materiais com indicação de item de sustentabilidade, com descrição do item: sabão em pó biodegradável, papel higiênico, papel A4 reciclado, aromatizante de ambiente, caneta esferográfica, corretivo e cola.

Segundo o Departamento de Administração da Reitoria, nos contratos de serviços, como ainda não foi implantado a política ambiental no IFPI, os termos de referência e contratos seguem os modelos da Advocacia Geral da União (AGU), conforme orientação da Procuradoria Jurídica do IFPI, além da IN 02/2008 e os cadernos de logística do Ministério do Planejamento.

Segundo o Departamento de Engenharia Institucional a UPC os projetos elaborados em 2015, que serão executados a partir de 2016, foram adotadas as seguintes práticas:

- a) Utilização de telha termo acústica e estrutura metálica para cobertura, gerando maior conforto interno e conseqüentemente, menor consumo de energia, o que também permitiu o não uso de madeira para esse tipo construtivo;
- b) Adotou-se janela de vidro que aproveita a luminosidade natural do ambiente;
- c) Utilização de piso granilite de fácil limpeza, manutenção e de elevada duração;
- d) Utilização de luminárias econômicas;
- e) Opção em áreas externas por pisos permeáveis e de cor clara para melhorar a temperatura e umidade do solo.

Como análise crítica, a UPC reconhece a necessidade de planejamento e execução de ações mais diretas que estimulem aquisições (bens, serviços e obras) mais sustentáveis tanto na implantação como na padronização de procedimentos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Esta seção retrata o tratamento e atendimento das demandas específicas provenientes de legislação específica e dos órgãos de controle.

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Em 05 de janeiro de 2016, a Auditoria Interna encaminhou ao Gabinete da Reitoria, documento solicitando a disponibilização de documentos (relatórios ou acórdãos) que contivessem recomendações ou determinações efetuadas pela Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União, relativos ao exercício 2015. Foram encaminhados todos os documentos pela chefia de gabinete todas as informações advindas daqueles órgãos e não havia entre elas acórdãos do TCU. Não é, por conseguinte, de conhecimento da Auditoria Interna e da Controladoria a existência de deliberações do Tribunal de Contas da União consubstanciadas em acórdãos para o exercício de 2015, que tenham sido direcionados especificamente ao Instituto Federal do Piauí.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No que se refere às recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno, tivemos, no ano de 2015, 55 (cinquenta e cinco) recomendações, entre recomendações expedidas no exercício de 2015 e reiterações de recomendações anteriores feitas nesse mesmo período. No Quadro abaixo, segue resumo das recomendações e o seu grau de implementação.

Em uma visão analítica, pôde-se inferir um percentual de 34,54% de atendimento das recomendações, tendo em vista que das 55 recomendações expedidas tivemos 19 delas classificadas como “atendida” pelos próprios órgãos de controle interno.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 69– RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO OCI NO PERÍODO DE 2015

RECOMENDAÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
Recomendações expedidas através da Nota de Auditoria 201503689/01 da Controladoria Geral da União (CGU)		
Recomendação 01	A recomendação faz referência a jornada reduzida (flexibilização) do trabalho.	Atendida
Recomendação 02	Flexibilização da Jornada de Trabalho.	Atendida.
Recomendações expedidas através da Nota de Auditoria 201503689/02 da Controladoria Geral da União (CGU)		
Recomendação 01	Questionário de autoavaliação sobre gestão de pessoas.	Atendida
A Controladoria Geral da União (CGU) emitiu o Ofício nº 7.110/2015 CGU-Regional/PI, no qual constavam as seguintes recomendações:		
Recomendação referente constatação 1	1 à Enviar os Relatórios de Auditoria Interna do IFPI no prazo determinado no art. 8º da IN nº 7/2006.	Não obtivemos informações sobre o grau de implementação desta recomendação.
Recomendação referente constatação 2	1 à Fazer o acompanhamento das determinações do TCU e das recomendações da CGU como previsto e planejado no PAINT 2014 em consonância com o art. 6º, inciso I, alínea a,b da IN 01/2007.	Não obtivemos informações sobre o grau de implementação desta recomendação
Recomendação referente constatação 2	2 à Normatizar no âmbito do controle interno do IFPI o responsável pelo cumprimento das recomendações/determinações dos órgãos de controle interno e externo.	Não obtivemos informações sobre o grau de implementação desta recomendação
Recomendação referente constatação 2	3 à Estabelecer um fluxo de trabalho e interação satisfatório entre o gabinete da Reitoria e a Audin, afim de que esta unidade tome conhecimento das demandas sob sua responsabilidade e adote as providencias que lhe cabem.	Não obtivemos informações sobre o grau de implementação desta recomendação.
A Controladoria Geral da União (CGU) emitiu o Ofício nº 19.761/2015 CGU-Regional/PI, no qual constavam as seguintes recomendações:		
Recomendação 9857	Tendo em vista o estabelecido na resolução nº 067/2012, no Acórdão 3.150/2015-Plenário da lei nº 11.344/2006, apurar o quantitativo de docentes que não fazem jus ao benefício nesses casos, levantar os valores indevidamente pagos e exigir a sua restituição em valores atuais ao Erário.	Tipo: Atendimento O Gestor informou abertura de processo administrativo para apurar responsabilidade. Prorrogação do prazo: 60 dias

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Recomendação 16480	Verificar situações de acumulação de cargos.	Tipo: Atendimento O Gestor informou abertura de Processo Administrativo Disciplinar. O processo ainda não foi concluído. E o servidor encaminhou cópia de documentos comprobatórios para regularizar situação.
Recomendação 20170	Recomenda-se que o Instituto Federal Instaura procedimento administrativo com vistas à suspensão do pagamento da gratificação de dedicação exclusiva deferida ao servidor e à cobrança dos valores pagos indevidamente no período em que exerceu atividade remunerada junto à empresa privada concomitantemente com o exercício do cargo de professor sob o regime de dedicação exclusiva no IFPI, em afronta à vedação contida no art. 15, inciso I, do Decreto nº 94.664/87 e art 112, inciso III, da lei nº 11.784/2008, a contar de 01/11/2006 e 23/12/2007 (data da opção pelo regime de DE), nos termos do art. 46 da Lei nº 8112/90 e Acórdãos TCU nºs 2907/2006 – 2ª câmara e 104/2009 Plenário.	Tipo: Atendimento O Gestor informou que foi aberto processo para apuração dos valores do ressarcimento ao erário devido pelo servidor. Foi informando que a Controladoria do IFPI manifestou-se pelo arquivamento do processo pro motivo de óbito do servidor.
Recomendação 57890	Apurar responsabilidade de quem deu causa a continuidade do pagamento de Retribuição por Titulação – RT a 52 professores do IFPI que não comprovaram a obtenção de título estabelecido no processo de concessão	Tipo: Prorrogação / Atendimento Foi designada comissão para apurar ocorrido.
Recomendação 118906	Recomenda-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI conceda o prazo improrrogável de 10 dias para que o servidor apresente comprovante comprobatório da sua exclusão como sócio-administrador da empresa destacada na recomendação sob pena de demissão, conforme art. 132, XIII, da lei nº 8.112/1990.	Tipo: Atendimento O servidor apresentou documentos de alteração da condição.
Recomendação 118907	Recomenda-se que o Instituto Federal do Piauí instaure procedimento administrativo com vistas à suspensão do pagamento de gratificação ao servidor e à cobrança dos valores relativos ao adicional de função gratificada recebido indevidamente pelo professor no período em que ele exerceu atividades remuneradas junto a outros órgãos e empresas concomitantemente com o exercício da função gratificada no IFPI, em afronta à vedação contida nos artigos 19, § 1º da lei nº 8.112/1990, 1º, inciso II, do decreto nº 1590/95 e Acórdãos TCU nºs 2907/2006 – 2ª Câmara e 104/2009 – Plenário.	Tipo: Reiteração Foi solicitado ao gestor por meio da AS nº 20150317/01, de 17 de abril de 2015 e reiterada pela a de nº 201503869/08, de 26 de maio de 2015, que informasse a situação atual das recomendações, quanto a implementação (a cobrança de valores relativos ao adicional de função gratificada, recebido indevidamente pelo professor no período em que ele exerceu atividades remuneradas juntos à outros órgãos). O gestor não encaminhou justificativas, até a data, mesmo após tratativas mantidas com a Unidade (controlador e Auditora Chefe) durante o período de Campo da Auditoria Anual de Contas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

<p>Recomendação 127261</p>	<p>Prestar informações sobre a forma de arrecadação de todas as taxas em compatibilidade com o estatuto; -Normatizar o controle e o incremento da receita própria do IFPI, bem com a sua fiscalização: - Controlar a execução, acompanhamento e fiscalização de quaisquer recursos arrecadados pelo IFPI: - Abster-se de utilizar os recursos arrecadados, e não depositados na Conta única do Tesouro, para execução de despesas do IFPI.</p>	<p>Tipo: Reiteração Foi solicitado ao gestor por meio da Solicitação de Auditoria nº20150317/01, de 20 de abril de 2015 e reiterada pala AS nº 201503869/08, de 26 de maio de 2015, que informasse a situação atual DA RECOMENDAÇÃO, QUANTO ÀS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS. “Entretanto, o gestor até o momento, não apresentou qualquer justificativa”.</p>
<p>Recomendação 140228</p>	<p>Fazer o acompanhamento das determinações do TCU e das recomendações da CGU, como previsto e planejado no PAINT/2014, em consonância com o art 6º, Inciso I, alínea a,b da IN nº 01/2007.</p>	<p>Tipo: Reiteração Em que fase as dificuldades alegadas pelo chefe da auditoria, carência de pessoal e não disponibilização de documentos pelos setores o acompanhamento das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo não está sendo realizado de acordo com a legislação. A implantação da Controladoria não exime a Auditoria Interna do acompanhamento das determinações/recomendações dos órgãos de controle, seja pela auditoria ou pela controladoria, art. 2º e inciso II da Instrução Normativa nº07/2006.</p>
<p>Recomendação 140229</p>	<p>Normatizar no âmbito do controle interno do IFPI o responsável pelo acompanhamento das recomendações/determinações dos órgãos de controle interno e externo.</p>	<p>Tipo: Reiteração Aguarda-se a alteração do regimento interno do IFPI com a formalização das atribuições da Controladoria, principalmente para acompanhar as recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo.</p>
<p>Recomendação 140230</p>	<p>Estabelecer um fluxo de trabalho e interação satisfatório entre o Gabinete da Reitoria e a AUDIN, a fim de que esta unidade tome conhecimento das demandas sob sua responsabilidade e adote as providências que lhe cabem.</p>	<p>Tipo: Reiteração A chefe de Auditoria informa que os fluxos de trabalho e interação entre o Gabinete da Reitoria e a Audin tem sido praticado, no entanto o que tem se observado é que alguns dos resultados produzidos pela Auditoria Interna continua chegando fora do prazo na CGU, contrariando o previsto em legislação.</p>
<p>Recomendação 140331</p>	<p>Apresentar comprovante comprobatório da exclusão como sócio administrador da empresa identificada. Com cópia do termo aditivo registrado na junta comercial.</p>	<p>Tipo: Atendimento Verificou-se que no Sistema o servidor foi excluído como sócio administrador da referida empresa, estando como sócio (percentual 2%).</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Recomendação 140332	<p>Preencher devidamente no início de cada ano letivo os Planos de Ocupação dos Docentes com a carga horária semanal prevista nos respectivos regimes de trabalho, distribuindo essas horas nas atividades de ensino, presenciais e não presenciais, e nas demais atividades previstas no art. 3º da resolução 39/2010.</p>	<p>Tipo: Prorrogação do prazo de Atendimento /Atendida O PSAD já está implantado.</p>
Recomendação 140333	<p>Normatizar a forma como deverá ser realizada a alocação de carga horária na atividade de atendimento extraclasse, abordando aspectos como a quantidade máxima de horas que deve ser alocada para esse tipo de atividade de Atendimento Extraclasse, espécies de atividades assim qualificadas, forma de comprovação, controle e acompanhamento do cumprimento da carga horária envolvida nessas atividades.</p>	<p>Tipo: Atendimento A resolução nº 26/2014 do Conselho Superior regulamentou o art. Nº39/2010, abordando a forma como deverá ser realizada a alocação de carga horária na atividade de Atendimento Extraclasse. O gestor também encaminhou modelos de fichas criadas para o controle, acompanhamento e comprovação das horas alocadas para atividade Atendimento Extraclasse.</p>
Recomendação 140334	<p>Encaminhar no início do período letivo cópia dos Planos de Ocupação dos Docentes para a Reitoria, conforme previsto no art. 14 de Resolução 39/2010.</p>	<p>Tipo: Prorrogação do prazo de Atendimento Na reunião de busca e solução, realizada 24 de julho de 2015, o gestor informou que até o final do ano, o Sistema de Gerenciamento do Plano Semestral de Atividades Docentes (PSAD) estará funcionando plenamente.</p>
Recomendação 140335	<p>Realizar efetivamente o controle quanto ao atendimento das providências/exigências previstas dos arts. 8º a 10 da Res. 39/10, para fins de comprovação do cumprimento da carga horária em atividades de pesquisa/extensão.</p>	<p>Tipo: Outros O gestor por meio do documento s/nº, de 27 de maio de 2015, enviado por e-mail, encaminhou as seguintes justificativas: “O Instituto Federal do Piauí fez a proposição, para submissão aos órgãos colegiados superiores, de uma minuta de reformulação dos artigos em questão, na qual as atividades de pesquisa e extensão passam a ser expressamente vinculadas aos núcleos específicos com a definição de carga horária mínima e máxima, para fins de controle e acompanhamento e comprovação do cumprimento da carga horária por meio (sic)”.</p>
Recomendação 140336	<p>Apresentar a devida portaria de nomeação do servidor matrícula solicitada para o cargo de Coordenador.</p>	<p>Tipo: Outros O gestor por meio do documento s/nº, de 27 de maio de 2015, enviado por e-mail, encaminhou as seguintes justificativas: “Em anexo, as portarias de nomeação e exoneração do cargo de coordenador do professor em questão.”</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Recomendação 140337	Apurar responsabilidade de quem deu causa à demora na realização de procedimento licitatórios regulares, seja por omissão ou falta de planejamento, para a contratação de empresa de vigilância, serviço de motorista e serviço de agenciamento de viagens.	Tipo: Finalizar Monitoramento Recomendação relacionada ao mero cumprimento de normas ou melhorias excessivamente genérica – Contratações por dispensa de licitação com base no inciso IV do art. 24 da lei 8666/93 decorrentes da falta de planejamento, prorrogação de contratos emergenciais, prorrogação de contratos com prazo expirado, assinatura de termos aditivos com data retroativa”.
Recomendação 140338	Abstenha-se de contratar com dispensa de licitação, sob a alegação de emergência com base no art. 24, inciso IV, da lei 8666/93, quando decorrente da falta de planejamento adequado, conforme disposto na decisão /TCU 347/1994 Plenário.	Tipo: Finalizar Monitoramento Recomendação relacionada ao mero cumprimento de normas.
Recomendação 140339	Efetue planejamento adequado das contratações de modo a realizar tempestivamente os respectivos procedimentos licitatórios com vistas a concluí-los antes do término dos contratos em vigência evitando-se, com isso, a utilização indevida de dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso IV, da lei nº 8666/93.	Tipo: Finalizar Monitoramento Recomendações que tenham caráter de alerta.
Recomendação 140340	Estabelecer rotinas e procedimentos estruturados na área de licitações e contratos, fortalecendo os controles internos da Unidade, de forma a evitar assinaturas de termos aditivos após o término da vigência dos respectivos contratos, bem como que as minutas de contratos e termos aditivos sejam encaminhadas à área jurídica da UJ após sua assinatura, em desacordo com parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8666/93.	Tipo: Finalizar Monitoramento Recomendação com caráter de alerta.
Recomendação 140344	Inserir no Regimento Interno desse Instituto a exigência de apresentação tempestiva e obrigatória pelos departamentos do IFPI das informações requeridas pela AUDIN e no prazo definido por essa, conforme o art. 15, § 3º do Decreto nº 3.591/2000.	Tipo: Reiteração A UJ informou que já estão em andamento estudos para inclusão das mudanças com alteração do Regimento Interno do IFPI.
Recomendação 140346	Conforme o art. 15, § 3º do Decreto nº 3.591/2000, inserir no Regimento Interno desse Instituto a subordinação da Unidade de Auditoria em relação ao Conselho Superior, bem como a autorização de acesso irrestrito da AUDIN a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes para a execução de suas auditorias: a exigência de apresentação tempestiva e obrigatória pelos departamentos do IFPI das informações requeridas pela AUDIN e no prazo definido por essa; a possibilidade de prestação de apoio de servidores das unidades submetidas a auditoria, e de assistência de especialistas e profissionais, dentro e fora da organização, sempre que a AUDIN julgar necessário; e vedação de que auditores internos participem em atividades que possam caracterizar gestão	Tipo: Reiteração Foi inserido no regimento interno do IFPI a subordinação da AUDIN ao Conselho Superior, entretanto não foi atualizado o Regimento Interno do IFPI, para inclusão de autorização de acesso irrestrito da AUDIN a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes para execução de suas auditorias; a exigência de apresentação tempestiva e obrigatória pelos departamentos do IFPI das informações requeridas pela AUDIN e no prazo definido por essa; a possibilidade de prestação de apoio a servidores das unidades submetidas a auditoria, e de assistência

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		de especialistas e profissionais, dentro e fora da organização, sempre que a AUDIN julgar necessário; vedação de que auditores internos participem de atividades que possam caracterizar gestão.
Recomendação 140347	Suspender o pagamento dos valores referentes à DE de 06 (seis) servidores arrolados e apurar no prazo de 30 dias, caso ainda não tenha feito.	Tipo: Atendimento O gestor encaminhou memorando informando o nº dos processos administrativos abertos.
Recomendação 140348	Informar aos servidores relacionados, para que providenciem a baixa do CNPJ das respectivas empresas junto à Receita Federal do Brasil e encaminhem à Diretoria de Gestão de Pessoas os devidos comprovantes.	Tipo: Atendimento O gestor encaminhou memorando informando o nº dos processos administrativos abertos.
Recomendação 140349	Providenciar o ressarcimento ao erário das parcelas de dedicação exclusiva pagas indevidamente aos servidores relacionados, nos períodos em que pertenceram ao quadro societário da empresa privada, nos termos do art. 46 da lei 8112-90, assegurando aos servidores o contraditório e a ampla defesa.	Tipo: Atendimento O gestor encaminhou memorando informando o nº dos processos administrativos abertos.
Recomendação 140350	Caso ainda não tenha feito, instaurar o devido processo administrativo para concessão de contraditório e ampla defesa aos servidores listados, que atuam como sócio administrador, sócio gerente de sociedade privada, circunstância que infringe o art. 117, inciso X, da lei 8112/90, e é passível de demissão, nos termos do art. 132, inciso XIII, da mesma lei.	Tipo: Atendimento O gestor encaminhou memorando informando o nº dos processos administrativos abertos.
Recomendação 140351	No prazo de 190 dias, informe a esta CGU_PI os resultados da apuração dos fatos e das providências a que se referem os subitens anteriores, acompanhada da devida documentação comprobatória.	Tipo: Atendimento O gestor encaminhou memorando informando o nº dos processos administrativos abertos.
Recomendação 140352	Caso não tenha feito, instaurar o devido processo legal, com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, visando à regularização das acumulações ilícitas dos servidores listados na tabela 01, tendo em vista que foram detectados casos de infração ao regime de dedicação exclusiva.	Tipo: Atendimento O gestor encaminhou memorando informando o nº dos processos administrativos abertos.
Recomendação 140353	Providenciar o ressarcimento ao erário das parcelas de dedicação exclusiva pagas indevidamente aos 03 docentes nos períodos em quem mantiveram outro vínculo empregatício no prazo de 30 dias.	Tipo: Atendimento O gestor encaminhou memorando informando o nº dos processos administrativos abertos.
Recomendação 140354	Convoque, se for o caso, quando juridicamente possível e de interesse da Administração, os docentes listados na tabela nº 01, para que realizem a opção de regime de trabalho, nos termos do decreto nº 94664/1987, regularizando as situações indicadas no presente relatório.	Tipo: Atendimento O gestor encaminhou os números dos processos administrativos abertos para apuração dos fatos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Recomendação 140355	No prazo de 90 dias, informe a esta CGU-PI os resultados da apuração dos fatos e das providências a que se referem os subitens anteriores, acompanhada da devida documentação comprobatória.	Tipo: Atendimento O gestor encaminhou memorando informando o nº dos processos administrativos abertos.
Recomendação 140356	Estabeleça controles Internos que verifiquem periodicamente a ocorrência de infração à dedicação exclusiva.	Tipo: Finalizar Monitoramento Recomendação cujo o teor não seja “monitorável” ou tenha caráter de alerta.
Recomendação 140778	Revisão do texto do art. 2º da Portaria nº 1552, de 13 de agosto de 2013, de forma a permitir a flexibilização da jornada de trabalho para 6 horas ininterruptas, somente aos casos relacionados no art. 3º do Decreto nº 1590, ou seja, quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno.	Tipo: Reiteração Não foram apresentados justificativas, entretanto quando da auditoria anual de contas realizada, verificou-se que para a implementação das recomendações a Unidade nomeou, por meio da portaria nº 2150 de 29 de agosto de 2014, uma comissão encarregada de analisar, revisar e adequar, em 30 dias, a jornada de trabalho dos servidores. A unidade não apresentou o relatório final da Comissão, em que pese o mesmo ter sido requerido por meio de solicitação de auditoria. Em resposta, a Diretoria de Gestão de pessoas informou que, como resultado dos trabalhos da referida comissão, foi emitida a portaria nº 3076 de 31 de outubro de 2014, que entrou em vigor a partir de 01 de novembro de 2014, alterada pela portaria nº 1100 de 16 de abril de 2015. Verificou-se que, no art. 2º da portaria nº 3076, está autorizada a flexibilização da jornada de trabalho e estabelecidos os setores contemplados com redução, conforme transcrição a seguir: Art. 2º Autorizar a flexibilização da jornada de trabalho, sem prejuízo pecuniário, para servidores lotados e em exercício nos setores previstos nessa portaria, de modo que cumpram a jornada de trabalho diário de 06 horas e carga horária semanal de 30 horas, dispensando o intervalo para refeições. §1º Os Setores que poderão ter a flexibilização da jornada de trabalho dos servidores lotados e em exercício, nos termos desta Portaria, são os seguintes: a) Biblioteca b) Coordenação pedagógica c) Coordenação de disciplinas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		<p>d) Departamento/coordenação de controle acadêmico e) Departamento/coordenação de saúde f) Departamento/coordenação de logística e manutenção.</p> <p>Ressalta-se que não restou comprovado o atendimento das exigências do art. 3º do decreto 1590/1995, nos setores apontados nas mencionadas portarias, quais sejam, “Quando os servidores exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno.” Na portaria nº 1100/2015, por sua vez, foram incluídas a Coordenação de Serviço de Integração, Estágios, Egressos e Emprego SIEE e a Coordenação de Multimeios no Rol dos setores autorizados a flexibilizar horário. Os servidores lotados nos setores não contemplados nas portarias nº 3076/2014 e nº 1100/2015 retornaram a jornada integral de 40 horas semanais.</p> <p>Ressalta-se que não restou comprovado o atendimento das exigências do art 3º do decreto nº 1590/1995, nos setores apontados nas mencionadas portarias, quais sejam, “Quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno.”</p>
Recomendação 140779	Inclusão no texto da portaria de anexo contendo os setores do Instituto cujos serviços se enquadram nas situações previstas no art. 3º do decreto nº 1590, com detalhamento dos serviços prestados pelos servidores contemplados com a redução da jornada de trabalho para 6h diárias.	<p>Tipo: Atendimento</p> <p>O Gestor encaminhou cópia das portarias nº 3076, de 31 de outubro de 2014 e 1100, de 06 de abril de 2015, estabelecendo os setores que poderão ter flexibilização da jornada de trabalho, e detalhamento dos serviços executados nos setores previstos nas portarias.</p>
Recomendação 140780	Que os servidores não enquadrados nos termos do art. 3º do decreto nº 1590, e que tiveram a jornada de trabalho reduzida para 06 horas diárias, com base na portaria nº 71522, voltem a cumprir 8 horas diárias, nos termos do art. 19 da lei 8112/90.	<p>Tipo: Atendimento</p> <p>Verificou-se que o art. 2º da Portaria nº 3076/2014, está autorizando a flexibilização da jornada de trabalho e estabelecidos os setores contemplados com a redução, conforme transcrição a seguir:</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		<p>Art. 2º Autorizar a flexibilização da jornada de trabalho, sem prejuízo pecuniário, para servidores lotados e em exercício nos setores previstos nessa portaria, de modo que cumpram a jornada de trabalho diário de 06 horas e carga horária semanal de 30 horas, dispensando o intervalo para refeições.</p> <p>§1º Os Setores que poderão ter a flexibilização da jornada de trabalho dos servidores lotados e em exercício, nos termos desta Portaria, são os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> Biblioteca Coordenação pedagógica Coordenação de disciplinas Departamento/coordenação de controle acadêmico Departamento/coordenação de saúde Departamento/coordenação de logística e manutenção. <p>Na portaria nº 1100/2015, por sua vez, foram incluídos a Coordenação do serviço de Integração, Estágios, Egressos e Emprego – SIEE e a Coordenação de Multimeios no rol dos setores autorizados a flexibilizar o horário. Os servidores lotados nos setores não contemplados nas Portarias nº7 3076/2014 e nº 1100/2015 retornaram à jornada de integral de 40 horas semanais.</p>
Recomendação 140937	Elaborar fixas para acompanhamento e comprovação das horas alocadas para atendimento das atividades extraclasse, como previsto no parágrafo único do art. 6º da Resolução 039/2010-CONSUP.	Tipo: Atendimento O Gestor encaminhou os formulários para acompanhamento das atividades extraclasse.
O ofício nº 10811/2015/CGU-Regional/PI encaminhou o relatório nº 201411557 contendo as seguintes recomendações:		
Recomendação 01 referente à constatação 1.1.1.6	Elaborar normativo interno que formaliza sua política de transparência das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 40 da lei 12527/2011 (lei de acesso à informação).	Não obtivemos informações sobre o grau de implementação desta recomendação.
Recomendação 02 referente à constatação 1.1.1.7	Elaborar normativo interno que regulamente a proteção dos direitos relativos à invenção, propriedade industrial e aos direitos autorais resultantes de projetos de pesquisa, detalhando entre outros: a) fluxo do processo, a titularidade e a copropriedade dos direitos, bem como o setor/departamento responsável pela tramitação do processo junto aos órgãos encarregados da concessão do direito de proteção; b) a celebração de contratos de licença para a exploração do objeto de	Atendida por meio de Resolução do CONSUP.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	proteção dos direitos e a destinação dos resultados financeiros da exploração dos direitos; e c) a gestão do conhecimento científico e tecnológico por meio da disseminação da cultura de propriedade intelectual, do sigilo das informações sensíveis, da proteção do conhecimento e da comercialização das inovações geradas na Instituição.	
Recomendação 01 referente à constatação 1.1.1.8	Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento das atividades desenvolvidas pelos docentes, utilizando-se dos sistemas disponíveis na Unidade, padronizando seu uso em todos os campi, de modo a permitir o controle, a avaliação e a transparência das atividades de ensino, fazendo cumprir as regras estabelecidas na resolução/CONSUP nº 39/2010 e Portaria 439, de 24 de março de 2014.	Atendida. Implantação do PSAD.
Recomendação 02 referente à constatação 1.1.1.8	Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento das atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes, utilizando-se de sistema informatizado e padronizado para utilização em todos os Campi de modo a permitir o controle e a avaliação dessas atividades, fazendo cumprir as regras estabelecidas na Resolução/CONSUP nº 39/2010.	Atendida. Implantação do PSAD.
Recomendação 03 referente à constatação 1.1.1.8	Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento das atividades de pesquisa desenvolvidas pelos docentes, utilizando-se de sistema informatizado e padronizado para utilização em todos os Campi de modo a permitir o controle e a avaliação dessas atividades, fazendo cumprir as regras da Resolução/CONSUP nº 39/2010.	Atendida. Implantação do PSAD.
Recomendação 04 referente à constatação 1.1.1.8	Desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os campi, que permita o acompanhamento das metas institucionais pactuadas com o MEC no Termo de Metas e Compromissos (TAM).	Não obtivemos informações sobre o grau de implementação desta recomendação.
Recomendação 01 referente à constatação 1.1.1.9	Realizar levantamento da quantidade de professores dos Campi do Instituto que não cumprem a carga horária mínima exigida na legislação/regulamentos e providenciar a sua regularização (remoção, distribuição equitativa entre professores e outros), a exemplo daqueles selecionados nas alíneas “a” e “c” desta constatação.	Não obtivemos informações sobre o grau de implementação desta recomendação.
Recomendação 02 referente à constatação 1.1.1.9	Realizar levantamento da quantidade de professores com carga horária superior a 08 horas semanais alocadas no Plano de Ocupação Docente para atividade Extraclasse e providenciar a regularização, a exemplo daqueles selecionados na alínea “b” desta constatação.	Atendida. Implantação do PSAD.
Recomendação 03 referente à constatação 1.1.1.9	Elaborar fichas para acompanhamento e comprovação das horas alocadas para atendimento das atividades extraclasse, como previsto no parágrafo único do art. 6º da Resolução 039/2010-CONSUP.	Não obtivemos informações sobre o grau de implementação desta recomendação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Recomendação referente constatação 1.1.1.9 04 à	Instituir rotina administrativa que assegure o cumprimento da exigência estabelecida no art. 8º da resolução/CONSUP nº 39/2010 quanto à necessidade de anuência dos Coordenadores dos Núcleos de Pesquisa/Extensão das horas alocadas para projetos de pesquisa/extensão nos Planos de Ocupação Docente.	Não obtivemos informações sobre o grau de implementação desta recomendação
Recomendação referente constatação 1.1.1.9 05 à	Instituir rotina administrativa que assegure o encaminhamento de cópias (inclusive mídia digital) dos Planos de Ocupação Docente à Reitoria no início de cada período letivo, como previsto no art. 14 da Resolução/CONSUP nº039/2010.	Atendida. Implantação do PSAD e RSAD.
Recomendação referente constatação 1.1.1.9 06 à	Apresentar no prazo de 180 dias, plano de ação com vistas a aprimorar o planejamento de novos cursos regulares bem como da contratação de professores e reestruturar se necessário, os cursos ofertados de forma a melhorar o aproveitamento da força de trabalho docentes do Instituto. Estabelecer metas de execução de curto (semestrais), médio (anuais) e longo prazo (4 anos), bem como indicadores, alinhados ao PDI do Instituto.	Não obtivemos informações sobre o grau de implementação desta recomendação.
Nota explicativa: “Não obtivemos informações sobre o grau de implementação desta recomendação”, está representado pela <i>falta de fornecimento dos dados solicitados ao setor competente</i> .		

Fonte: AUDIN e CONTROLADORIA, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A título de esclarecimento, em resposta ao relatório nº 201411557, foi encaminhado o Ofício nº 164/2015/REITORIA/IFPI, de 06 de abril de 2015, contendo o seguinte teor:

Esclarecimento 1: No que se refere à ausência de normativo que estabeleça a política de transparência das atividades dos docentes do IFPI – item 1.1.1.6, devemos ratificar e informar que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFPI está passando por um momento de mudanças dentre eles a implantação da transparência de seus atos e das atividades docentes. Para tanto, no dia 20 de março do corrente ano foi lançado no sistema de gerenciamento de atividades docentes que pode ser visto através do link: http://www5.ifpi.edu.br/index.phb?option=com_content&view=article&id=5000. Por meio desse sistema de gerenciamento será possível dar maior divulgação de informação de interesse público como atividades de ensino (hora aula atendimento extraclasse, supervisão de estágio etc.) pesquisa e extensão. Vale ressaltar que atualmente a transparência de forma analítica das atividades de extensão são publicadas em periódicos e eventos nacionais, regionais e locais, com obrigatoriedade da apresentação de resultados dos projetos de extensão seminário institucional de extensão e publicação no periódico Somma do IFPI, mas entendemos que por intermédio do Sistema de Gerenciamento das Atividades docentes, a transparência das ações relativas ao ensino, pesquisa e extensão estará resolvida., uma vez que estas informações estarão disponibilizadas no site do IFPI, tudo em estrita observância ao princípio constitucional da publicidade e aos artigos da Lei nº 12527/2011 (lei de acesso à informação).

Esclarecimento 2 Em relação a ausência de regulamentação quanto à proteção aos direitos relativos à invenção, à propriedade e aos direitos autorais decorrentes de pesquisa – item 1.1.1.7, devemos salientar que, de fato, o IFPI não dispõe de regulamentação/política de propriedade intelectual. Todavia, já estamos desenvolvendo estudos para implantação de tal política, considerando a necessidade de um normativo quanto à orientação e proteção do conhecimento desenvolvido no âmbito da Instituição. Com vistas a essa regulamentação o IFPI já dispõe de uma minuta de política de Propriedade Intelectual, que será discutida pela Comissão que será nomeada para essa finalidade, tão logo seja aprovado o orçamento público federal para o exercício financeiro 2015. Outrossim, existe uma ação em andamento que é o desenvolvimento em conjunto com a diretoria de extensão tecnologia e comunicação ligada à pro reitoria de extensão e a assessoria do Núcleo de Inovação Tecnologia de um projeto no âmbito do IFPI para disseminação de ações de Empreendedorismo, Propriedade Intelectual e Inovação, tendo como foco principal a realização de eventos nos campi para conscientização dos pesquisadores de ações desta natureza. O projeto está em fase final, aguardando apenas o preenchimento dos formulários aplicados juntos aos coordenadores de extensão e de pesquisa e inovação dos campi do IFPI.

Com base no exposto, temos como meta principal a aprovação de uma política de propriedade intelectual que englobe todos os aspectos citados nas recomendações do ponto 1.1.1.7 até o segundo semestre do ano de 2015.

Esclarecimento 3: No que diz respeito à fragilidade nos mecanismos de controle, monitoramento e avaliação das atividades de docentes – item 1.1.18, temos a esclarecer sobre:

- a) Sistema eletrônico de controle de frequência sem utilização pelos docentes: foi concedido em sentença proferida em 28 de novembro de 2014, Mandado de segurança coletivo ao Sindicato dos docentes do IFPI, através do processo nº 0010648-1420144014000, onde se declarou nula a Portaria nº 439/2014, de 24 de março de 2014, publicada no boletim eletrônico de serviço edição extra em 25 de março de 2014.
- b) Necessidade de aprimoramento do registro das atividades de ensino realizadas em sala de aula: foi assinado em 27 de agosto de 2015 contrato de manutenção do Sistema Q-Acadêmico para ser utilizado por todos os campi com o objetivo de registrar as

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

atividades de ensino tais como: início e fim da aula, frequência dos alunos, conteúdo ministrado, material utilizado, entre outros.

- c) Divergência nos registros das cargas horárias de disciplinas idênticas ministradas por docentes diversos: esclarecemos que a carga horária a ser ministrada no semestre seguinte é distribuída entre os docentes da área, que se reúnem e dividem as disciplinas, conforme sua afinidade. Não existe distinção na alocação das disciplinas, os professores se resolvem em tudo acompanhados pelas coordenações dos cursos adjudicados pelo chefe do Departamento com homologação pelo Diretor de Ensino através do Plano de Ocupação Docente.
- d) Necessidade de aprimoramento do registro e acompanhamento das atividades de pesquisa e de extensão: preliminarmente, devemos informar que está sendo elaborado Sistema Informatizado para acompanhamento, também das atividades de pesquisa e extensão. Por conseguinte, ratificamos que o controle de atividade em pesquisa aplicada ocorrerá inicialmente por meio das seguintes ferramentas:
- Pelas informações inseridas no Plano de Ocupação Docente on-line pelo próprio docente-pesquisador;
 - Pelo acompanhamento dos cronogramas inseridos nos projetos de pesquisa informados pelos docentes pesquisadores;
 - Pelos relatórios parciais, entregue a cada três meses, e finais, ao término do Projeto de Pesquisa.
 - Pela produção técnico-científica do docente pesquisador que deverá ser inserida na plataforma do Currículo Lattes, periodicamente e acompanhada pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação pelo site <http://www4.ifpi.edu.br/lattes>. É importante informar que a última atualização ocorreu em 22/09/2015, pois o IFPI está aguardando a liberação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para atualização na plataforma.
- e) Falhas no tramite e/ou na aprovação de Planos de Ocupação Docente: esta falha está sendo vencida com a implantação, no dia 20 de março do corrente ano, do sistema de gerenciamento de atividades docentes que pode ser visto através do link: <http://sistemas.ifpi.edu.br/psad/>.
- f) Não foi constatada a elaboração de Relatórios Individuais de Trabalho (RIT) ou equivalentes pelos docentes dos Campi visitados: ratificamos que com a implantação do Plano Semestral de Atividades Docentes (PSAD) esta falha também está vencida. Ressaltamos que o PSAD é composto de três módulos: Plano Semestral de Atividade Docente e Administração do Sistema. No módulo Relatório Semestral de Atividades desenvolvidas pelo docente.
- g) Não se constatou existência de mecanismo de controle das atividades dentro e fora da jornada de trabalho do docente, de forma a evitar acúmulos indevidos e assegurar o cumprimento do §4º do art. 12 da Resolução CD/FNDE nº 04, de 04 de março de 2012. Não procede a afirmação da nobre analista desse conceituado órgão de controle, quanto a não existir mecanismos de controle das atividades dentro e fora da jornada de trabalho. Afirmamos que existe controle eficiente, embora possa não ser eficaz, e, com a implantação em sua totalidade do Sistema de Controle Acadêmico (Q

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Acadêmico), será possível perseguirmos o grau de satisfação da eficácia dos controles internos, senão vejamos.

Esclarecimento 4: Falhas no acompanhamento da carga horária dos docentes – item 1.1.1.9.

No que diz respeito às recomendações desse item temos a esclarecer:

- a) Quanto aos servidores com carga horária semanal em saldo de aula inferior a 8 horas, informamos que será ofertada uma turma extra do Curso Técnico em Edificações na modalidade concomitantemente/subsequente para o período letivo 2015/2 a fim de distribuir a carga horária dos docentes professores e atender a exigência de no mínimo 8 horas de sala de aula, o que também elevará a proporção aluno professor. Quanto aos demais cursos em todos os campi, será realizado levantamento de carga horária das disciplinas dividindo-as o mais equitativamente possível e respeitando o regime de trabalho de cada docente.
- b) No tocante as horas alocadas para atividade extraclasse superior a 8 horas semanais, professores em regime de 40 horas semanais e Dedicção exclusiva cuja soma das horas destinadas às atividades de ensino e de complementação totalizaram menos de 20 horas, ausência dos Coordenadores dos Núcleos de Pesquisa e Extensão nos Planos de Ocupação docentes relativa às horas alocadas para projeto de pesquisa e não apresentação dos Planos de Ocupação Docente de alguns professores dos campi Zona Sul e Piripiri, letras “b”, “c”, “d” e “e”. respectivamente, do item 1.1.1.9 ratificamos que, com a implantação do Plano Semestral de Atividades Docentes (PSAD), estas falhas também estão vencidas, uma vez que o sistema não permite atividades extraclasse superiores a 8 horas semanais, como também a carga horária semanal destinada ao ensino inferior a 20 horas ou 12 horas. Conforme o regime de trabalho.

Finalizados os esclarecimentos, a AUDIN informa ainda que, em relação ao tratamento dado às recomendações feitas pela Controladoria-Geral da União, é oportuno ressaltar, que há no IFPI um órgão responsável, dentre outras atividades, pelo acompanhamento do atendimento às demandas advindas do TCU e da CGU, bem assim, pelo monitoramento de sua implementação no âmbito da Instituição. O órgão em comento é a Controladoria Interna, órgão executivo ligado diretamente à Reitoria.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Segundo a Controladoria Interna da UPC os dois processos analisados em 2015 tratam de duas matérias: afastamento de servidor para cursar programa stricto sensu, do qual não obteve a devida conclusão, e a glosa de despesa no valor inferior a R\$ 3.000,00 (três mil reais). As duas situações demandaram abertura de processo administrativo, sem que fosse concluída a fase de reconhecimento.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.

Este subitem abordará três questionamentos:

- A UPC observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços?

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- A UPC tem regulamento próprio de licitações e contratações?
- A UPC atende o art. 5º da Lei 8.666/93, que é a norma geral de licitação e contratações?

Segundo o Departamento de Licitações da Reitoria e do Departamento de Administração da Reitoria, todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações, terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, conforme artigo 5º, da lei 8.666/93.

O Departamento de Administração da Reitoria destaca que o cronograma segue a cláusula de pagamento das minutas padrões, conforme a especificação do objeto licitado:

- a) O pagamento será efetuado pelo contratante no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da contratada;
- b) No caso de as notas fiscais ou faturas serem emitidas e entregues no contratante em data posterior ao dia 20 (do mês da prestação do serviço), será imputado à contratada o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes;
- c) Nenhum pagamento será efetuado à contratada na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:
 - Atestação de conformidade do serviço executado;
 - Apresentação da comprovação dos documentos legais necessários;
 - O contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos do contrato.
- d) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação de fórmula específica.

Quanto ao cumprimento de pagamento das obrigações por parte da contratante, segundo a Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças (DOCF), os encargos tributários são pagos, conforme data específica de recolhimento. O pagamento do valor líquido da fatura fica condicionado ao repasse de recursos financeiros provenientes da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO).

O Departamento de Licitações da Reitoria destaca que há utilização dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, que beneficia Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que cabível, a citar editais preparados pela Reitoria.

No IFPI não existe manual próprio de licitações e contratações, mas segue normas e ordenamento jurídico sobre o tema.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Segundo o Departamento de Administração da Reitoria, nenhum dos contratos vigentes e nem encerrados no ano de 2015 foram contemplados em revisões, baseada no artigo 7º da Lei nº 12.546/2011 e no art. 2º do Decreto nº 7.828/2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

7.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

A UPC no ano de 2015 incorreu em despesas apenas do tipo institucional e legal, conforme Quadro 70, e não houve despesas com ações de Publicidade Mercadológica e de Utilidade Pública. Segundo a Instrução Normativa da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), da nº 5/2011, de 5 de junho de 2011, a Publicidade Institucional e Publicidade Legal são definidas como:

Publicidade Institucional: a que se destina a divulgar atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender ao princípio da publicidade, de valorizar e fortalecer as instituições públicas, de estimular a participação da sociedade no debate, no controle e na formulação de políticas públicas e de promover o Brasil no exterior;

Publicidade Legal: a que se destina a dar conhecimento de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender a prescrições legais. (SECOM, 2011)

Quadro 70 - DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2031/20RL	R\$ 7.850,00	4.350,00
Legal	2031/20RL	R\$ 423.800,00	R\$ 413.427,23
Mercadológica	-		
Utilidade pública	-		

Fonte: Tesouro Gerencial 2015/PROAD.

A Publicidade Institucional foi decorrente de serviços de publicação em jornal com circulação no Piauí, com informativo sobre a história e ações do IFPI em razão das comemorações de 106 anos. A publicação legal foi decorrente de serviços com a Imprensa Nacional e outros jornais locais, atendendo aos fins previstos. Os valores que não foram pagos no exercício, foram inscritos em Restos a Pagar.

Quanto aos resultados da estratégia de publicidade institucional, a Diretoria de Comunicação do IFPI observa a necessidade de constante solidificação da imagem, diante das mudanças que ocorreram na rede atualmente, além da disseminação de informações acerca da expansão do IFPI, que agora atende a 18 municípios do Piauí com 20 campi, além dos polos de educação a distância e unidades remotas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Os resultados podem ser observados no número de inscritos no Exame Classificatório, processo seletivo para ingresso em cursos técnicos, que saltou de 7.183 inscritos na edição 2015-2 para 13.263 na edição 2016-1. A ação também foi refletida na busca por cursos superiores, já que na última edição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o IFPI recebeu mais de 26 mil inscrições de candidatas.

Quanto aos resultados da estratégia de publicidade legal, os setores responsáveis pelo atesto dos serviços manifestam a efetividade das ações.



TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 01/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	866.295,76	-	Despesas Orçamentárias	304.571.237,31	-
Ordinárias	227.487,70	-	Ordinárias	62.429.489,30	-
Vinculadas	669.898,06	-	Vinculadas	242.141.748,01	-
Educação		-	Educação	177.686.612,24	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		-
Operação de Crédito		-	Operação de Crédito	63.344.669,77	-
Alienação de Bens e Direitos		-	Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais		-	Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)		-	Previdência Social (RGPS)		-
Doações		-	Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	669.898,06	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	864.512,37	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	245.953,63	-
Demais Recursos		-	Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-31.090,00	-			-
Transferências Financeiras Recebidas	341.582.378,11	-	Transferências Financeiras Concedidas	44.596.531,26	-
Resultantes da Execução Orçamentária	309.383.093,14	-	Resultantes da Execução Orçamentária	33.659.027,84	-
Cota Recebida		-	Cota Concedida		-
Repasso Recebido	275.728.665,30	-	Repasso Concedido	4.600,00	-
Sub-repasso Recebido	33.654.427,84	-	Sub-repasso Concedido	33.654.427,84	-
Recursos Arrecadados - Recebidos		-	Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida		-
Repasso Devolvido		-	Repasso Devolvido		-
Sub-repasso Devolvido		-	Sub-repasso Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	32.199.284,97	-	Independentes da Execução Orçamentária	10.937.503,42	-
Transferências Recebidas para Pagamento	30.773.007,32	-	Transferências Concedidas para	10.708.915,72	-
Demais Transferências Recebidas	114,27	-	Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.426.163,38	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	228.587,70	-
Movimentações para Incorporação de		-	Movimentações para Incorporação de		-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	31.300.963,57	-	Despesas Extraorçamentárias	24.905.132,52	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	9.433.335,41	-	Pagamento dos Restos a Pagar	4.369.926,47	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não	21.243.264,13	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não	19.913.450,88	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	621.555,17	-	Depósitos Restituíveis e Valores	621.755,17	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.808,86	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de	2.808,86	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de		-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício		-	Cancelamento de Direitos do Exercício		-
Arrecadação de Outra Unidade		-	Transferência de Arrecadação para		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos		-			-
Saldo do Exercício Anterior	6.437.442,09	-	Saldo para o Exercício Seguinte	6.114.178,44	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.437.442,09	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.114.178,44	-
TOTAL	380.187.079,53	-	TOTAL	380.187.079,53	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

ANEXO 2

TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4.417.530,00	4.417.530,00	866.295,76	-3.551.234,24
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	4.417.530,00	4.417.530,00	638.805,17	-3.778.724,83
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	227.490,59	227.490,59
Multas e Juros de Mora	-	-	2,89	2,89
Indenizações e Restituições	-	-	227.487,70	227.487,70
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-

Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.417.530,00	4.417.530,00	866.295,76	-3.551.234,24
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.417.530,00	4.417.530,00	866.295,76	-3.551.234,24
DÉFICIT	-	-	303.704.941,55	303.704.941,55
TOTAL	4.417.530,00	4.417.530,00	304.571.237,31	300.153.707,31
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO	-	1.636.000,00	1.636.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	1.636.000,00	1.636.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	223.864.444,00	302.992.742,00	292.010.742,82	277.163.947,25	269.584.331,33	10.981.999,18
Pessoal e Encargos Sociais	147.773.524,00	222.974.822,00	220.008.932,45	219.992.731,15	219.898.294,80	2.965.889,55
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	76.090.920,00	80.017.920,00	72.001.810,37	57.171.216,10	49.686.036,53	8.016.109,63
DESPEAS DE CAPITAL	33.885.530,00	34.521.530,00	12.560.494,49	6.164.025,93	4.310.306,44	21.961.035,51
Investimentos	33.885.530,00	34.521.530,00	12.560.494,49	6.164.025,93	4.310.306,44	21.961.035,51
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPEAS	257.749.974,00	337.514.272,00	304.571.237,31	283.327.973,18	273.894.637,77	32.943.034,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	257.749.974,00	337.514.272,00	304.571.237,31	283.327.973,18	273.894.637,77	32.943.034,69
TOTAL	257.749.974,00	337.514.272,00	304.571.237,31	283.327.973,18	273.894.637,77	32.943.034,69

ANEXO 2.1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.947.868,63	9.907.045,18	7.729.840,15	7.562.156,25	571.796,43	4.720.961,13
Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00	27.999,01	-	-	77.999,01	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.897.868,63	9.879.046,17	7.729.840,15	7.562.156,25	493.797,42	4.720.961,13
DESPESAS DE CAPITAL	4.912.444,83	12.905.497,45	12.534.280,30	12.351.294,63	1.759.992,12	3.706.655,53
Investimentos	4.912.444,83	12.905.497,45	12.534.280,30	12.351.294,63	1.759.992,12	3.706.655,53
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.860.313,46	22.812.542,63	20.264.120,45	19.913.450,88	2.331.788,55	8.427.616,66

ANEXO 2.2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	46.222,37	4.269.017,17	4.170.857,13	140.036,44	4.345,97
Pessoal e Encargos Sociais	-	63.826,58	61.790,87	2.035,71	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	46.222,37	4.205.190,59	4.109.066,26	138.000,73	4.345,97
DESPESAS DE CAPITAL	35.593,58	233.179,78	199.069,34	62.135,89	7.568,13
Investimentos	35.593,58	233.179,78	199.069,34	62.135,89	7.568,13
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	81.815,95	4.502.196,95	4.369.926,47	202.172,33	11.914,10



TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	8.830.923,07	21.172.364,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.114.178,44	6.437.442,09
Créditos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-
Clientes	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	547.249,74	13.278.014,96
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.169.494,89	1.456.907,94
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	249.567.522,59	230.039.457,23
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	248.771.537,71	229.489.199,33
Bens Móveis	96.771.282,73	79.409.615,26
Bens Móveis	96.797.838,66	79.436.171,19
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-26.555,93	-26.555,93
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	152.000.254,98	150.079.584,07
Bens Imóveis	152.407.492,20	150.396.419,31
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-407.237,22	-316.835,24
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	795.984,88	550.257,90
Softwares	795.189,88	550.257,90
Softwares	795.189,88	550.257,90
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	795,00	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	795,00	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Diferido	-	-
Diferido	-	-
(-) Amortização Acumulada	-	-
TOTAL DO ATIVO	258.398.445,66	251.211.822,22

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	6.202.425,15	67.587.056,45
ATIVO PERMANENTE	252.196.020,51	183.624.765,77
SALDO PATRIMONIAL	-	-

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
PASSIVO CIRCULANTE	12.407.167,62	17.020.297,54
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	773.848,89	279.196,67
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7.397.126,33	3.374.181,04
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	17.599,40
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões de Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	4.236.192,40	13.349.320,43
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões de Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	12.407.167,62	17.020.297,54
-		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	245.991.278,04	234.191.524,68
Resultado do Exercício	11.852.939,80	-
Resultados de Exercícios Anteriores	234.191.524,68	234.191.524,68
Ajustes de Exercícios Anteriores	-53.186,44	-
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	245.991.278,04	234.191.524,68
-		
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	258.398.445,66	251.211.822,22
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
PASSIVO FINANCEIRO	41.721.478,05	97.382.373,29
PASSIVO PERMANENTE	5.900,79	-49.689.219,66
SALDO PATRIMONIAL	216.671.066,82	203.518.668,59

Quadro de Compensações

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	28.431.036,24	24.713.993,00
Execução dos Atos Potenciais Ativos	28.431.036,24	24.713.993,00
Garantias e Contragarantias Recebidas a	644.427,23	644.427,23
Direitos Conveniados e Outros	27.786.609,01	24.069.565,77
Direitos Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-
TOTAL	28.431.036,24	24.713.993,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS
Recursos Ordinários
Recursos Vinculados
Educação
Seguridade Social (Exceto RGPS)
Operação de Crédito
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas
Outros Recursos Vinculados a Fundos
TOTAL

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	8.794.683,68	8.012.531,89
Execução dos Atos Potenciais Passivos	8.794.683,68	8.012.531,89
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	8.794.683,68	8.012.531,89
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	8.794.683,68	8.012.531,89

SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
	-5.519.079,12
	-29.999.973,78
	-30.796.530,08
	-430.620,00
	-31.661,12
	1.484.765,24
	-225.927,82
	-35.519.052,90



TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
 ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 01/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	16.535.231,76	-
INGRESSOS	343.070.229,04	-
Receitas Derivadas e Originárias	866.295,76	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	638.805,17	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	227.490,59	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	342.203.933,28	-
Ingressos Extraorçamentários	621.555,17	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	341.582.378,11	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-326.534.997,28	-
Pessoal e Demais Despesas	-251.936.812,46	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-27.880.819,78	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-224.058.801,54	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2.808,86	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-29.379.898,39	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-29.379.898,39	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-45.218.286,43	-
Dispêndios Extraorçamentários	-621.755,17	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-

Transferências Financeiras Concedidas	-44.596.531,26	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-
Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.858.495,41	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-16.858.495,41	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-16.741.762,10	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-116.733,31	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-323.263,65	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6.437.442,09	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.114.178,44	-



TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI - AUTARQUIA
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	363.681.119.74	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	639.045.17	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	639.045.17	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.89	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.89	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	349.656.008.73	-
Transferências Intragovernamentais	341.582.378.11	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orcamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	8.073.630.62	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	12.838.246.68	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	111.875.00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	12.726.371.68	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	547.816.27	-
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	547.816.27	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	351.828.179.94	-
Pessoal e Encargos	207.400.645.46	-
Remuneração a Pessoal	165.048.602.38	-
Encargos Patronais	28.603.289.30	-
Benefícios a Pessoal	12.796.672.08	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	952.081.70	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26.201.291.86	-
Aposentadorias e Reformas	21.205.403.74	-
Pensões	4.921.709.55	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	74.178.57	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	43.469.412.51	-
Uso de Material de Consumo	4.207.803.76	-
Serviços	39.171.206.77	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	90.401.98	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7.054.50	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	6.814.50	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	240.00	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	51.915.395.74	-
Transferências Intragovernamentais	44.596.531.26	-
Transferências Intergovernamentais	70.541.00	-

Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	7.248.323.48	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16.242.866.15	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	5.821.648.50	-
Desincorporação de Ativos	10.421.217.65	-
Tributárias	200.698.83	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.742.00	-
Contribuições	198.956.83	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.390.814.89	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	6.264.085.15	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	126.729.74	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	11.852.939.80	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014